



Renata Guimarães Quelha de Sá

Em Busca de Transparência:

Uma análise das movimentações sócio-políticas dos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da abordagem *ANTI-History*

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC- Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração de Empresas.

Orientadora: Prof^ª. Alessandra de Sá Mello da Costa

Rio de Janeiro
Março de 2018



Renata Guimarães Quelha de Sá

**Em Busca de Transparência:
Uma análise das movimentações sócio-
políticas dos múltiplos atores envolvidos no
processo de constituição do Memorial da
Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da
abordagem *ANTI-History***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Alessandra de Sá Mello da Costa

Orientadora

Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof^a. Denise Franca Barros

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Prof. Luis Alexandre Grubits de Paula Pessôa

Departamento de Administração - PUC-Rio

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial do Centro de Ciências
Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Renata Guimarães Quelha de Sá

Graduou-se em Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2002. Trabalhou durante 15 anos em empresas multinacionais e em 2016 iniciou sua carreira acadêmica. Foi bolsista CNPq durante o curso do mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e ingressou em 2018 no Doutorado em Administração da mesma instituição.

Ficha Catalográfica

Sá, Renata Guimarães Quelha de

Em busca de transparência : uma análise das movimentações sócio-políticas dos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da abordagem *ANTI-History* / Renata Guimarães Quelha de Sá ; orientadora: Alessandra de Sá Mello da Costa. – 2018.

208 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2018.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses.
2. Pesquisa histórica em Administração.
3. *ANTI-History*.
4. Teoria Ator-Rede.
5. Lugares de memória de resistência.
6. Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). I. Costa, Alessandra de Sá Mello da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

Às minhas meninas, Giovana e Marilena, que me ensinam todos os dias a verdadeira dimensão do amor incondicional.

Agradecimentos

A minha querida orientadora, Alessandra de Sá Mello da Costa, pela parceria, generosidade, paciência, carinho e atenção durante toda a pesquisa. Obrigada por confiar, acreditar em mim e me ensinar tantas coisas. É uma honra trilhar este caminho com você ao meu lado.

Ao grande amor da minha vida, Giovana, por me dar esperança e força para seguir em frente. Obrigada, minha filha, por me mostrar sempre o que realmente importa. Te amo além, minha Matusquela.

À minha mãe, Marilena, por absolutamente tudo. Nada disso seria possível sem seu apoio, amor, confiança e fé na minha capacidade. Te devo o mundo.

Ao Dy, por ser meu porto seguro e por nunca desistir de mim mesmo nos momentos mais loucos e complicados.

A todos os meus amigos e familiares que me acompanharam nessa jornada e entenderam os (muitos) momentos de ausência. Em especial à Didi, meu orgulho e paixão e às amigas Clone e Lica, irmãs que a vida me deu.

Ao grupo de Pesquisa Histórica em Administração pelas trocas, cumplicidade, carinho, apoio e paciência. Em especial aos amigos Rafael Cuba Mancebo, Marcelo Almeida, Ana Claudia Pinheiro e Juliana Binhote.

À minha companheira de pesquisa e de vida, de risadas e de sonhos, Talita de Oliveira Trindade. Muito orgulho de tudo o que aprendemos e do que iremos ainda construir.

Às amigas que a turma de mestrado me presenteou, Gabriella Berman, Karla Angelkorte e Laís Tavares. Juntas somos mais fortes. Sempre.

Agradeço à equipe do Memorial da Resistência de São Paulo e ao Núcleo de Preservação da Memória Política, em especial ao Maurice Politi, que motivaram e contribuíram imensamente para esta pesquisa.

Ao CNPq e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

Resumo

Quelha de Sá, Renata Guimarães; Costa, Alessandra de Sá Mello da. **Em busca de transparência: uma análise das movimentações sócio-políticas dos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) à luz da abordagem *ANTI-History***. Rio de Janeiro, 2018. 208p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho busca contribuir para o avanço do conhecimento na área de Estudos Organizacionais por meio da análise da constituição da organização Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) dentro do paradigma construtivista social com o emprego da lente relacional e crítica proposta pela abordagem *ANTI-History*. Ao assumir a organização como um “verbo”, um fenômeno emergente, inacabado e em constante transformação e não mais como um “substantivo” estático, representável, coerente, neutro e discreto, de acordo com os preceitos do *Organizing*, foi possível trazer à tona as negociações e manobras dos diferentes atores envolvidos, bem como a contribuição de cada um deles para a constituição do MRSP por meio da *ANTI-History*. Dessa forma, foi possível ressaltar e tornar transparentes as relações sócio-políticas e de poder subjacentes à constituição do MRSP, assim como o processo contínuo de (re) configuração e ressignificação do espaço enquanto um lugar de memória de resistência, acentuando a importância de se investigar intencionalidades associadas ao que foi “resgatado” e das interpretações do passado de acordo com agendas e interesses de determinados atores. A análise e a triangulação de diversas fontes, associadas à postura reflexiva e crítica exigida pela *ANTI-History*, permitiram identificar, resgatar e demonstrar as ações e implicações de uma multiplicidade de atores, promovendo uma contextualização mais profunda e detalhada da análise do fenômeno ao remover o véu de aparente simplicidade da organização e, por fim, revelando possíveis apagamentos e silenciamentos de memórias.

Palavras-chave

Pesquisa Histórica em Administração; *ANTI-History*; Teoria Ator-Rede; Lugares de memória de resistência; Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)

Abstract

Quelha de Sá, Renata Guimarães; Costa, Alessandra de Sá Mello da (Advisor). **In search of transparency: an analysis of the socio-political movements of multiple actors involved in the process of constitution of the Memorial of Resistance of São Paulo (MRSP) through ANTi-History approach.** Rio de Janeiro, 2018. 208p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study seeks to contribute to the advancement of knowledge in the area of Organizational Studies through the analysis of the constitution of the Memorial São Paulo (MRSP) within the social constructivist paradigm from a relational and critical perspective proposed by the ANTi-History approach. By assuming the organization as a "verb", an emerging phenomenon, unfinished and in constant transformation and no longer as a "noun" static, representative, coherent, neutral and discreet, in accordance with the Organizing precepts, one can bring to light the negotiations and maneuvers employed by the different actors involved, as well as contribution of each of these to the constitution of the MRSP. Thus, highlighting and giving transparency to the socio-political and power relations that are subjacent to the constitution of an organisations such as the MRSP, as well as the on-going process of (re) configuration and resignification of the space as a place of memory dedicated to resistance, only increase the importance of looking more closely at the intentionalities associated with that which was "recovered" and the interpretations of the past according to the agendas and interests of certain actors. The analysis and the triangulation of several sources, associated with the reflexive and critical posture required by an ANTi-History researcher, allowed to identify, recoup and demonstrate the actions and implications of a multiplicity of actors, promoting a deeper and more detailed contextualization of the analysis by removing the veil of apparent simplicity of the organization and, finally, revealing possible cases of effacement and silencing.

Keywords

Historical Research in Management; ANTi-History; Actor-Network Theory (ANT); Sites of memory of resistance; Memorial of Resistance of São Paulo (MRSP)

Sumário

1. Introdução	12
1.1. Objetivo	18
1.2. Objetivos específicos	19
1.4. Delimitação	20
2. Referencial Teórico	22
2.1. Teorias da Prática e Práticas Organizativas	22
2.2. Teoria Ator-Rede (TAR)	26
2.2.1. Introdução	26
2.2.2. A Teoria Ator-Rede e a rejeição aos dualismos	29
2.2.3. A Teoria Ator-Rede e o <i>Organizing</i> nos Estudos Organizacionais	32
2.2.4. Principais conceitos da Teoria Ator-Rede	35
2.2.5. A Teoria Ator-Rede e o Construtivismo Social	43
2.2.6. Princípio da Simetria	44
2.2.7. Princípio da Translação	47
2.2.8. Encerramento da seção	52
2.3. Teoria Ator-Rede Histórica (<i>ANTI-History</i>)	53
2.3.1. Introdução	53
2.3.2. <i>ANTI-History</i> e a Virada Histórica nos Estudos Organizacionais	56
2.3.3. O Termo “ <i>ANTI-History</i> ” e seus desdobramentos	59
2.3.4. Fundamentos da <i>ANTI-History</i>	61
2.3.5. A Heterogeneidade dos Atores: a importância da delegação material na criação de histórias	64
2.3.6. Processos de translação e o surgimento de histórias oficiais	66
2.3.7. Encerramento da Seção	68
2.4. Memória e os Estudos Organizacionais	70
2.4.1. Introdução	70
2.4.2. <i>Organizational Memory Studies (OMS)</i>	71
2.4.3. Para além da <i>Organizational Memory Studies (OMS)</i>	73
2.4.4. <i>Social Memory Studies (SMS)</i>	76
2.4.5. Encerramento da seção	81

2.5. Lugares de Memória de Resistência	83
2.5.1. Lugares de Memória	83
2.5.2. Memórias Subterrâneas	87
2.5.3. DEOPS/SP – Contexto histórico	91
2.5.4. Lugares de Memória de Resistência	94
2.5.5. Encerramento da seção	97
3. Procedimentos Metodológicos	99
3.1. Premissas da <i>ANTI-History</i>	99
3.2. Unidade de Análise: a constituição do MRSP	103
3.3. Coleta e seleção dos dados	104
3.4 Limitações do Método	106
4. Análise e Interpretação dos resultados	108
4.1. O Ponto de Partida	109
4.2. Turning Points	110
4.2.1. 1º <i>Turning Point</i> : O tombamento do edifício do antigo DEOPS/SP como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)	112
4.2.2. 2º <i>Turning Point</i> : Constituição do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo	118
4.2.3. 3º <i>Turning Point</i> : Início da ocupação e gestão do espaço pela Pinacoteca do Estado de São Paulo	133
4.2.4. 4º <i>Turning Point</i> : Lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”	147
4.2.5. 5º <i>Turning Point</i> : Início da implantação do Projeto Museológico	154
4.2.6. 6º <i>Turning Point</i> : Inauguração do MRSP	162
5. Conclusão	168
6. Referências bibliográficas	172
Anexo 1	196

Lista de figuras

Figura 1: Principais fundamentos da Teoria Ator-Rede (Adaptação de Durepos & Mills, 2011, p.707).	31
Figura 2: Principais fundamentos da ANTi-History (Adaptado de Durepos, 2009, p.193).	63
Figura 3: A estrutura da memória organizacional segundo Walsh & Ungson (1991, p.64).	72
Figura 4: Pilares da ANTi-History: caráter relacional, performativo e reflexivo.	102
Figura 5: Turning points do processo de constituição do MRSP	111
Figura 6: Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) no processo de constituição do MRSP, adaptado de Callon (1999, p.71).	118
Figura 7: Modelo simplificado do macro-ator “Mobilizações Sociais (Abrão & Torelly, 2010)	125
Figura 8: Ator-rede formado na busca pela reparação moral e econômica (Abrão & Torelly, 2010)	131
Figura 9: Ator-rede formado para a reformulação do Memorial da Liberdade	145
Figura 10: Ator-rede formado no contexto de renovação da justiça de transição de 2006-2008	153
Figura 11: Ficha Técnica do Projeto de Exposição de Longa Duração apresentada no livro oficial do MRSP (Bruno et al., 2009, p.97)	157
Figura 12: Ator-rede formado na implementação do Projeto Museológico no MRSP	161
Figura 13: Captura de tela do site oficial: destaque para os atores Pinacoteca do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura (Site Oficial do Memorial da Resistência de São Paulo)	165

Lista de quadros

Quadro 1: Resumo dos principais conceitos da Teoria Ator-Rede	43
Quadro 2: Legislação relacionada aos arquivos (1997 – 2002) (Rodrigues, 2011, p.272)	120
Quadro 3: Legislação relacionada aos arquivos (2003 – 2009) (Rodrigues, 2011, p.277)	121
Quadro 4: Matérias veiculadas no Jornal Folha de São Paulo (Acervo da Folha de São Paulo)	122
Quadro 5: Atores centrais <i>black box</i> vs. identificados na pesquisa	167

Lista de abreviações e siglas

ANT	Actor-Network Theory
ANTI-History	Teoria Ator-Rede Histórica
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONDEPE	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
MRSP	Memorial da Resistência de São Paulo
TAR	Teoria Ator-Rede

Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou.

Nietzsche, *Heráclito de Éfeso*

1. Introdução

Ao reivindicar a transformação do antigo prédio do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em São Paulo em um lugar de memória de resistência, a demanda por memória implicava mais do que compartilhar memórias até então silenciadas. Ao contrário, o objetivo dos grupos sociais envolvidos era promover a reflexão sobre os acontecimentos do passado, desenvolver a cultura da cidadania e dos direitos humanos, além de ampliar o debate sobre a memória política e da importância da mobilização social não só em outros tempos passados, como também aos dias atuais com uma agenda socioeducativa (Felipini Neves, 2011).

Espaço onde ocorreu, por décadas, sistemáticas violações de direitos humanos e de repressão por agentes do governo, o DOPS/SP (cujo nome foi alterado posteriormente para Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS – em 1975) foi uma repartição pública criada em 1924 para reprimir ações consideradas contrárias à ordem e a segurança do governo. Até ser extinto em 1983, era conhecido como um dos departamentos mais temidos da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), órgão do Ministério da Justiça, o DEOPS/SP ganhou importância no decorrer dos anos da ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985. Tratava-se da polícia política mais antiga, criada com a Lei Estadual nº 2.034/1924 e regulamentada pelo Decreto nº 4.405-A/1928 cujas “atribuições eram, na prática, tão amplas que lhe permitiam investigar mesmo outras forças policiais de São Paulo” (Brasil, 2014, p.162). Dado o contexto e o papel desempenhado pelo DEOPS/SP, a transformação de seu antigo prédio em um lugar de memória de resistência adquire uma relevância ainda mais significativa.

Inaugurado em 24 de janeiro de 2009, o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) é uma organização dedicada à preservação e compartilhamento das memórias de resistência e das lutas pela justiça ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira. Anteriormente denominado Memorial da Liberdade, o espaço teve seu nome alterado em 1º de maio de 2008 depois das reivindicações de grupos

de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Após meses de trabalho de uma equipe multidisciplinar, incluindo assessoria de conteúdo de ex-presos políticos que vivenciaram o período de repressão e tortura nas celas do DEOPS e curadoria compartilhada com a Pinacoteca do Estado, o MRSP abriu, enfim, as portas ao público.

Assim, ressaltar e tornar transparentes as relações sócio-políticas e de poder subjacentes à constituição de uma organização como o Memorial da Resistência de São Paulo, bem como o processo contínuo de (re)configuração e ressignificação do espaço enquanto um lugar de memória da resistência, acentua-se, assim, a relevância de se investigar as intencionalidades associadas ao que foi “resgatado”, bem como as interpretações do passado de acordo com agendas e interesses de determinados atores. Torna-se necessário analisar cuidadosamente o processo de criação da organização por meio de uma lente crítica, pois a seleção e recuperação, compartilhamento, difusão e reforço de certos posicionamentos pode corroborar versões da história, narrativas ou memórias em detrimento de outras, que, por sua vez, estão suscetíveis à silenciamentos.

Nesse sentido, a constituição de lugares de memória, tal como o MRSP, torna-se ainda mais importante para a reconstrução da lembrança de uma sociedade. Ao resgatar memórias silenciadas de um período de repressão e de violação dos direitos humanos, como o da ditadura civil-militar brasileira, a sociedade tem a chance de avaliar outras versões e referências históricas para construção e conciliação de uma memória sobre uma base comum (Pollak, 1989).

A memória, segundo Nora (1989, p.8-9), é “perpetuamente atual”, espontânea, dinâmica, múltipla e sujeita à constantes evoluções justamente pelo seu caráter “vulnerável a manipulações e apropriações”. É, portanto, algo “mágico”, “afetivo” e de característica sagrada e absoluta dentro do grupo que a constitui. Por ser socialmente construída de forma contínua e coletiva no presente (Pollak, 1992), a memória se configura como um elo com o passado. Em outras palavras, uma ponte em constante mutação, pois a cada ir e vir das lembranças entre os tempos presente e passado sua constituição se altera. Torna-se fundamental, portanto, que exista uma “comemoração vigilante” e um desejo de recordar para que as memórias permaneçam vivas. É exatamente a tensão entre a liberdade das memórias espontâneas e a necessidade de que estas sejam “cristalizadas” e tangibilizadas em representações do passado que os lugares de memória existem. O “dever de

memória” (Genro & Abrão, 2010, p.21) é pilar central para a transformação da memória social e política da comunidade na qual essas memórias, então silenciadas e subterrâneas, podem ser ativadas (Draper, 2014). Contudo, isto não implica uma desconsideração ou minimização do efeito pedagógico de aprendizado a partir do conhecimento e das experiências do passado na retenção e construção das memórias dos indivíduos de uma comunidade (Felipini Neves, 2011; Schmidt, 2007). Logo, reprovar moralmente de forma ampla e clara os crimes cometidos durante regimes de exceção influencia não só a formação das memórias em comum, como também identidade daquela sociedade (Pinto, 2010).

Investigar a constituição do Memorial da Resistência de São Paulo por meio de uma lente crítica, processual, relacional e prática, entendendo a organização como um produto inacabado e em constante transformação - como um “verbo” - e não mais como um “substantivo” pronto, representável, coerente, estático, neutro e discreto (Alcadipani & Hassard, 2010; Cavalcanti & Alcadipani, 2013b; Law, 1992) permitiu à autora desta pesquisa adotar as premissas da teórico-metodologia *ANTI-History* (e da TAR: Teoria Ator-Rede ou *ANT: Actor-Network Theory*) no presente estudo.

A partir dessa perspectiva teórica, toda organização é tratada como um fenômeno emergente – dentro dos fundamentos do *Organizing* – e só existe por meio de contínuos esforços no ato de (re)organizar (Hassard & Alcadipani, 2010). Sua constituição e existência é resultante de uma série de associações e movimentos realizados por elementos heterogêneos – humanos e não-humanos – o que abre novas possibilidades para o entendimento das organizações (Tureta, 2011), cujo foco passa a ser direcionado para as relações e não mais para categorias, dicotomias ou polos antagônicos como em abordagens anteriores.

Não há, portanto, uma ordenação pré-estabelecida para essas associações, mas sim constantes processos de criação, configuração e estabilização (temporárias e mutáveis) dessas redes de elementos heterogêneos. O que confere, então, um caráter dinâmico e complexo às relações entre os atores ou elementos que constituem a organização (Alcadipani & Hassard, 2010; Amantino-de-Andrade, 2004; Callon, 1999; Latour, 2005; Law, 1992).

Dessa forma, ao investigar o processo de transformação de um antigo espaço de tortura e repressão (DEOPS/SP) em um lugar de memória de resistência (MRSP) por meio da abordagem *ANTI-History*, torna-se possível analisar as movimentações

sócio-políticas de múltiplos atores como também aprofundar o entendimento do fenômeno por meio de uma análise mais abrangente e contextualizada. Ou seja, a ordenação dos traços ou vestígios deixados pelos atores durante o processo de translação em tempos anteriores ao tempo presente (*socio-past*) resultará em uma versão da história constituída a partir de uma das várias ordenações possíveis. Cabe ressaltar que a narrativa emergente é apenas uma das versões possíveis sobre o processo de formação deste lugar de memória de resistência. Não é única versão e não busca ser reconhecida como verdade absoluta e inequívoca.

Diante disso, o presente trabalho busca contribuir para o avanço do conhecimento na área de Estudos Organizacionais por meio da análise da constituição de uma organização (MRSP) dentro do paradigma construtivista social com o emprego da lente relacional e crítica proposta pela abordagem *ANTi-History*. A análise e a investigação realizadas sobre o MRSP – dentro das premissas do *Organizing* na qual se compreende a organização como um processo instável e mutável resultante de associações (re) constituídas continuamente - nos oferecem a oportunidade de trazer à tona as relações de poder, negociações e manobras de diferentes grupos que resultaram em sua formação. Dessa forma, ao assumir a organização como uma entidade em permanente mudança e ao tornar transparentes as múltiplas relações e movimentações realizadas pelos atores em diferentes momentos do passado, torna-se possível observar a relevância e a contribuição de cada um deles nas várias etapas que resultaram na constituição do Memorial. Identificar, resgatar e demonstrar as ações - e suas implicações - de cada ator amplia a consciência e a observação crítica do pesquisador, permitindo uma contextualização mais profunda e detalhada da análise do fenômeno, removendo o véu de aparente simplicidade da organização e revelando possíveis apagamentos e silenciamentos.

Com base no contexto apresentado, a pergunta problema que norteou a pesquisa foi: *Como ocorreu o processo de constituição da organização Memorial da Resistência de São Paulo a partir das relações sócio-políticas dos atores envolvidos?*

1.1. Objetivo

O presente estudo teve como objetivo investigar e tornar transparentes as relações sócio-políticas dos atores envolvidos no processo de transformação de um

espaço organizacional de violência e de violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (DEOPS/SP) em um lugar de memória de resistência, o Memorial de Resistência de São Paulo (MRSP) por meio da abordagem teórico-metodológica *ANTi-History*.

1.2. Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto, foram definidos os seguintes objetivos intermediários que orientaram a presente pesquisa:

1. Examinar a Teoria Ator-Rede (TAR) ou *Actor-Network Theory* (ANT), sua origem, fundamentos e conceitos em relação à Teoria Ator-Rede Histórica ou *ANTi-History*, sua elaboração, objetivos, fundamentos, princípios e aplicações.
2. Examinar os estudos de memória em Estudos Organizacionais (*Organizational Memory Studies* (OMS) e *Social Memory Studies* (SMS)) à luz dos estudos sobre Lugares de Memória e Lugares de Memória de Resistência.
3. Identificar e seguir a trajetória dos atores envolvidos e seus papéis no processo de constituição do Memorial de Resistência de São Paulo, até sua inauguração em 2009, em um lugar de memória.
4. Identificar os traços deixados no *socio-past* pelos múltiplos atores durante o processo de constituição do Memorial de Resistência de São Paulo (até sua inauguração em 2009) em um lugar de memória.

1.3. Relevância

O presente estudo torna-se relevante para a academia de Administração, mais especificamente, para a área de Estudos Organizacionais, por adotar a teórico-metodologia *ANTi-History*, escolha que reforça a importância da aproximação da História e da Administração e dos métodos históricos para coleta e análise de dados em pesquisas na área. Nesse sentido, a *ANTi-History*, como uma abordagem histórica alternativa, rompe com conceitos estáticos adotados anteriormente para o passado, conferindo uma característica mais dinâmica, mutável, fluida e relacional para a produção do conhecimento sobre determinados fenômenos a partir de

vestígios do passado. Ao defender a construção social da realidade como base epistemológica, a abordagem *ANTI-History* abre a possibilidade para múltiplas interpretações, conhecimentos e narrativas sobre os fenômenos sociais, assumindo um caráter emancipatório ao proporcionar espaço para atores até então marginalizados ou silenciados nas versões oficiais da história. Todo conhecimento, toda memória e toda narrativa são, portanto, parciais e orientados por relações de poder de grupos em disputa. Ao tornar estas relações transparentes, o pesquisador tem a oportunidade de ampliar e aprofundar o entendimento do fenômeno, resgatando vozes e atores apagados, camuflados e/ou silenciados pela versão dominante.

Ao reconhecer que “nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro” (Costa & Saraiva, 2011, p.1761) e que determinadas memórias de certos grupos de indivíduos ou interpretações do passado podem ser tanto corroboradas (e compartilhadas) como enterradas (e esquecidas), torna-se relevante dar visibilidade ao processo de constituição de lugares de memória – mais especificamente de resistência - em uma sociedade. Dessa forma, investigar e compreender como lugares de memória de resistência são formados no contexto sócio-político brasileiro, conforme o caso emblemático deste presente estudo: o MRSP, nos permite refletir sobre a multiplicidade de narrativas possíveis por trás de uma versão oficial ou hegemônica, além de desnudar as movimentações de atores envolvidos, suas relações de poder e agendas políticas durante o processo.

Por fim, mas não menos importante, o estudo do processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo torna-se relevante para a autora desta pesquisa ao promover uma reflexão acerca dos princípios defendidos por essa organização sobre a dignidade humana, a importância do fortalecimento de uma cultura em direitos humanos para a nossa sociedade e da transmissão de conceitos de cidadania para gerações futuras, abrindo espaço para o diálogo, debate crítico e compartilhamento de experiências de um período tão sombrio de nossa história.

1.4. Delimitação

O estudo limita-se à investigação desde o processo de constituição do Memorial de Resistência de São Paulo até a sua inauguração em 2009. Dessa forma, um recorte temporal foi adotado para que o objetivo da pesquisa fosse plenamente

alcançado, sendo o limite superior o ano de 2009 e o limite inferior da linha temporal o ano do documento mais antigo relacionado à formação do MRSP.

Em relação às fontes investigadas para obtenção de dados, foi realizada uma busca exploratória cujo ponto de partida foi o acervo do próprio Memorial, mas que não se restringiu à esta entidade ou aos demais atores “oficiais”, respeitando o princípio da simetria da *ANTI-History*. Isto é, não houve privilégio de fontes oficiais em detrimento de narrativas alternativas, ou definição *a priori* sobre a centralidade do papel de atores humanos e não-humanos na formação dos atores-rede do fenômeno investigado.

Nesse primeiro momento não foram analisados processos de formação de outros lugares de memória de resistência no Brasil, tampouco realizadas comparações para identificação de afastamentos e aproximações, o que ficam como oportunidades para pesquisas futuras.

2

Referencial Teórico

2.1.

Teorias da Prática e Práticas Organizativas

De acordo com Tureta & Alcadipani (2009), a virada da prática nas ciências sociais colocou em evidência a necessidade de se aprofundar o entendimento sobre as atividades da vida cotidiana dos atores para análise de determinados fenômenos. Ainda que haja divergências entre os autores das teorias das práticas, um ponto de convergência entre os mesmos “é a ideia de que fenômenos como conhecimento, significados, atividades humanas, ciência e poder são manifestações ou componentes do campo da prática, portanto, só podem ser compreendidos e analisados a partir dele”, conforme ressaltado por Tureta (2011, p.49).

As teorias da prática surgiram como uma alternativa para pesquisadores insatisfeitos com a teoria social moderna, cujas abordagens estavam alinhadas aos paradigmas do *homo economicus* ou do *homo sociologicus*. Ao defender que as ações dos atores eram decorrentes (i) de seus propósitos e intenções individuais ou (ii) de valores e normas coletivos, as abordagens da teoria social moderna criavam dicotomias como agência/estrutura e sujeito/objeto, cujo foco variava entre os dois pólos entendidos como antagônicos (Tureta, 2011).

Segundo Feldman & Orlikowski (2011), central às teorias da prática é a noção de que a construção do social é um processo contínuo e emergente de ações adotadas e praticadas pelos indivíduos de forma recorrente.

A partir do redirecionamento do foco de análise para a dinâmica das relações, e, conseqüentemente, suas implicações no cotidiano, as autoras argumentam que o emprego de uma abordagem (ou lente) prática auxilia a investigação de fenômenos indeterminados, complexos e inéditos - característicos das organizações -, tornando-a um instrumento poderoso para essas análises.

O determinismo imposto pela definição de categorias rígidas e dicotomias foi suprimido nas teorias da prática. Essas abordagens deslocaram o foco de pólos opostos para as relações entre os elementos constituintes do fenômeno a ser investigado (Tureta & Alcadipani, 2009). Dessa forma, a separação entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais, uma das principais características da modernidade, é revisada nas teorias da prática. Além disso, defende-se ainda que as ações sejam dissociadas de um planejamento consciente ou de uma atitude deliberada, passando a “acontecer” (“*becoming*”) em redes de conexões que geram uma ideia de continuidade.

De acordo com Feldman e Orlikowski (2011), ainda que muitos teóricos da prática adotem um posicionamento humanista e defendam a agência dos indivíduos em primeiro plano, uma linha pós-humanista mais recente vem ampliando a análise com a inclusão de elementos não-humanos no campo dos Estudos Organizacionais. Segundo as autoras, pesquisadores como Michel Callon, Bruno Latour, Karin Knorr-Cetina, Andrew Pickering, Trevor Pinch e Lucy Suchman são alguns que defendem, em diferentes graus de reconhecimento de agência, o papel exercido por elementos não-humanos nos fenômenos, resgatando a materialidade nas práticas do social.

Em outras palavras, humanos e não-humanos passam a ser considerados componentes das práticas dos fenômenos em estudo. A abordagem pós-humanista não considera humanos como foco para a análise e única fonte de significado (Tureta & Alcadipani, 2009) e passa a reconhecer as relações de heterogeneidade do contexto social (Alcadipani & Hassard, 2010; Alcadipani & Tureta, 2009a).

Law (1992) argumenta que a maior parte das interações entre indivíduos é mediada por objetos. Como exemplo, ele comenta da comunicação entre pessoas por meio de textos (que por sua vez, são digitados em computadores, impressos em papel através de impressoras, em uma cadeia de elementos não-humanos) e podem ser enviados através do sistema postal. Essas associações e encadeamentos de elementos heterogêneos são necessários para que a relação entre autor e leitor seja

possível. No entanto, há uma tendência nas Ciências Sociais em relegar o que não é humano a um papel secundário, considerando-o marginal ao que é considerado social ou um “humilde servo. Como argumenta Latour (2005): “they [objects] exist, naturally, but they are never given a thought, a social thought. Like humble servants, they live on the margins of the social doing most of the work, but never allowed to be represented as such”, o que significa dizer, então, que a possibilidade de ação está atrelada exclusivamente à interpretação humana (Latour, 2005, p.73).

Tureta & Alcadipani (2009) reforçam a centralidade dos objetos nos estudos das práticas ao defenderem que atividades do nosso cotidiano demandam a participação de elementos não-humanos, seja de forma central ou periférica, provocando mudanças na própria atividade ou no processo como a mesma é realizada. Os autores afirmam que embora a questão da materialidade estivesse presente ao menos desde Karl Marx, somente recentemente a inclusão de elementos não-humanos foi ampliada de forma a ter seu papel reconhecido como agente constituinte no contexto organizacional. Cabe ressaltar também o destaque dado por esses autores a estudiosos das organizações no Brasil, como Maria Ceci Misoczky e Jackeline Amantino-de-Andrade¹ que também têm enfatizado a importância da materialidade nas relações sociais (Tureta & Alcadipani, 2009).

Em paralelo ao fortalecimento das teorias da prática nos Estudos Organizacionais, também ocorreram mudanças no entendimento da ontologia do social (Law, 1992; 1997b; Latour, 2005), que passou a incluir elementos não-humanos dotados de agência em suas relações com humanos, de acordo com perspectivas pós-humanistas (Tureta, 2011). Nesse ponto, ainda que alguns teóricos da prática sigam privilegiando humanos em suas análises (Feldman & Orlikowski, 2011), há outros autores, como os que adotam a Teoria Ator-Rede (TAR), que enfatizam uma abordagem de especial apelo empírico (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b) - e que serviu de base para a *ANTi-History*, teórico-metodologia adotada no presente trabalho. Nesse posicionamento, essa literatura defende a integração entre pessoas e objetos no campo de estudo, ampliando o conceito do social e equiparando o *status* ontológico entre humanos e não-humanos, conforme

¹ Para maiores informações, ver: AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Actor-Network Theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes inter-organizacionais? **Cad. EBAPE.BR**, v. 2, n.2, jun. 2004; e MISOCZKY, M. C. Quem Tem Medo do Fazer Acadêmico enquanto Práxis. **Revista Adm. Contemporânea**, v. 9, n.1, jan./mar. 2005.

defendido por Latour no trecho abaixo:

“ANT states that if we wish to be a bit more realistic about social ties than ‘reasonable’ sociologists, then we have to accept that the continuity of any course of action will rarely consist of human-to-human connections [...] or of object-object connections, but will probably zigzag from one to the other” (Latour, 2005, p.75).

É importante ressaltar que investigar fenômenos utilizando os aportes das teorias da prática não pressupõe necessariamente que esta seja reconhecida enquanto verdade absoluta ou que as demais teorias sociais estejam incorretas. Trata-se de uma alternativa de análise para compreensão de fenômenos cujo foco está voltado para as relações, sejam elas entre pessoas ou entre pessoas e objetos (Tureta & Alcadipani, 2009). Ou seja, foca no organizar (*organizing*) ou na organização enquanto processo instável (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b).

A TAR possibilita que a organização seja abordada como um processo inacabado, instável e em constante transformação (Tureta & Alcadipani, 2009) e não como uma entidade delimitada, pronta e representável (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b), cujas práticas organizativas são resultantes de redes de relações heterogêneas que transcendem os dualismos considerados em teorias anteriores.

Em outras palavras, a organização passa a ser vista como uma realização, como o resultado ou o efeito de uma rede de elementos heterogêneos, cabendo ao pesquisador investigar as relações entre atores que constituem as práticas organizativas. Não obstante, há poucos trabalhos teóricos ou empíricos desenvolvidos com base na TAR, o que indica um espaço ainda pouco explorado com oportunidades para estudos futuros (Tureta, 2011).

Tal posicionamento é compartilhado por outros pesquisadores, tais como Jackeline Amantino-de-Andrade (2004), Maria Fernanda Rios Cavalcanti & Rafael Alcadipani (2013b), que consideram a TAR um aporte interessante e com potencial de contribuição para os Estudos Organizacionais, mas argumentam que o emprego dessa teórico-metodologia ainda é incipiente nas pesquisas no meio acadêmico brasileiro. Tonelli (2016) ressalta, no entanto, que com o crescente espaço ocupado pela TAR, espera-se também um aumento do número de críticas e controvérsias, tais como neutralidade política, postura amoral ao considerar elementos humanos e não-humanos equivalentes e análise limitada de estruturas sociais, por exemplo (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b).

2.2. Teoria Ator-Rede (TAR)

2.2.1. Introdução

A Teoria Ator-Rede tem como principais autores Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Ela não implica uma simples reflexão sobre o social, mas sim uma proposta de análise das associações e conexões estabelecidas entre elementos (expandidos para além de humanos somente) que constroem o social (Alcadipani & Hassard, 2010; Cavalcanti & Alcadipani, 2013b; Durepos & Mills, 2011; Latour, 1999; 2005; Law, 1997b).

Dessa forma, a Teoria Ator-Rede permite que seja feita uma análise conjunta de diferentes dimensões, integrando de modo dinâmico aspectos relacionais e estruturais (Amantino-de-Andrade, 2004). Ou então buscando “um caminho para suprimir as divisões essencialistas e posições fixas” (Tureta & Alcadipani, 2009, p.57).

Também conhecida como “*sociology of translation*” ou “sociologia da translação” (Callon, 1999, p.68; Czarniawska, 2009, p.423; Law, 1992, p.1) ou semiótica da materialidade (Latour, 1996), a Teoria Ator-Rede (TAR) ou ANT (*Actor-Network Theory*) é uma metodologia pós-humanista que defende uma abordagem na qual humanos e não-humanos, fatores sociais, políticos, econômicos e técnicos sejam tratados no mesmo plano analítico, conforme os autores Hassard et al. (1999) argumentam no trecho abaixo:

“[...] Actor-Network Theory (ANT) gains much of its notoriety through advocating a socio-philosophical approach in which human and non-human, social and technical factors are brought together in the same analytical view. In seeking to make sense of complex social situations, ANT rejects any sundering of human and non-human, social and technical elements” (Hassard et al., 1999, p.388).

As perspectivas pós-humanistas se contrapõem, portanto, às dicotomias características da modernidade que separavam pessoas e objetos para a investigação de fenômenos sociais e consideravam o indivíduo como foco da análise e única fonte de conhecimento (Tureta, 2011).

Ao não assumir como certa a existência de estruturas sociais estáveis ou dualidades estanques (Latour, 2005; Law, 1992), a Teoria Ator-Rede é considerada

uma abordagem pós-estruturalista, representando uma alternativa epistemológica para entendimento de fenômenos organizacionais sem uma definição prévia baseada em modelos genéricos “*one fits all*” (Tureta & Alcadipani, 2009, p.57).

De acordo com Duarte & Alcadipani (2016), as ideias pós-modernas e pós-estruturalistas possibilitaram um novo olhar nos Estudos Organizacionais ao desafiar o conceito reificado e naturalizado de organizações enquanto entidades fixas, sólidas e delimitadas. Ao confrontar o privilégio concedido historicamente aos estados discretos, permanentes, estruturados e estáveis nas análises sociais - uma das características decorrentes da modernidade -, os estudiosos pós-modernos redirecionaram o foco para os processos de (re) arranjos transitórios e instáveis, mudando o conceito anteriormente atribuído à mudança como algo disfuncional e acidental dentro das organizações. Em outras palavras, a transitoriedade e a mudança passam a ser reconhecidas como atributos inerentes das organizações, conforme defendido por Chia (1995):

“[...] a modernist thought style relies on a ‘strong’ ontology (the study of the nature and essence of things) of *being* which privileges thinking in terms of discrete phenomenal ‘states’, static ‘attributes’ and sequential ‘events’. Postmodern thinking, on the other hand, privileges a ‘weak’ ontology of *becoming* which emphasizes a transient, ephemeral and emergent reality. From this thought style, reality is deemed to be continuously in flux and transformation and hence unrepresentable in any static sense” (Chia, 1995, p.579. Grifos do autor).

Segundo Latour (1996), a TAR não parte de um uma lei universal, social ou natural. A teórico-metodologia se aplica à uma situação local, eliminando as particularidades que não se encaixam no macro conceito adotado. Há uma inversão e a universalidade ou a ordem não são a regra, mas sim a exceção que deve ser explicada. Dessa forma, as relações entre os elementos constituintes do social possibilitam arranjos múltiplos em um contínuo “tornar-se” que se contrapõe fundamentalmente ao “ser” estático defendido pelo pensamento moderno, como ressalta Law (1999) no trecho abaixo:

“Actor-network is, has been, a semiotic machine for waging war on essential differences. It has insisted on the performative character of relations and the objects constituted in those relations. It has insisted on the possibility, at least in principle, that they might be otherwise” (Law, 1999, p.7).

De acordo com os pressupostos da TAR, a realidade é relacional. Ou seja, ela não está “lá fora” de forma independente, mas existe como resultado de interações,

ordenações e articulações de elementos distintos que configuram um estado em contínua construção e transformação (Duarte & Alcadipani, 2016, p.65). Portanto, sociedade, organizações, conhecimento, instituições sociais, agentes e máquinas são gerados por redes de materiais diversos (humanos e não-humanos), sendo considerados produtos de uma rede de elementos heterogêneos, cujas características são determinadas de acordo com o processo de organização e ordenação dos mesmos (Law, 1992; 1997b; 1999):

“For relations are, yes, materially heterogeneous. They take the forms that they do, if they do (and they do so only contingently and often enough precariously) because they are performed, held in place, in a variety of different media: words; bodies; texts; machines; buildings. All mixed up. Materially heterogeneous” (Law, 1997b, p.4).

Dessa forma, não há uma ordem pré-estabelecida e estanque, mas sim um constante processo de criação, adaptação, ordenação e estabilização dessas redes heterogêneas (Alcadipani & Hassard, 2010; Callon, 1999; Law, 1992; Latour, 2005), o que confere um caráter dinâmico para as organizações, que passam a ser reconhecidas como “entidades contínuas e incompletas, precárias e parciais” (Alcadipani & Tureta, 2009a, p.409). Ao defender que a ordem é o efeito de uma estabilização parcial e temporária de elementos constituintes da rede resultante de um processo de ordenação (Amantino-de-Andrade, 2004; Law, 1999), a TAR direciona o foco para o entendimento das complexas e dinâmicas associações entre esses elementos, como ressalta Law (1992) no trecho abaixo:

“[...] any particular effort at ordering encounters its limits, and struggles to accept or overcome those limits. Another way of saying this is to note that the bits and pieces assembled pro tem into an order are constantly liable to break down, or make off on their own. Thus, analysis of ordering struggle is central to actor-network theory” (Law, 1992, p.5).

Uma vez que o escopo da TAR é muito extenso, os próximos tópicos trazem conceitos e princípios específicos da Teoria Ator-Rede que serviram como base teórica para o desenvolvimento da *ANTi-History* por Gabrielle Durepos e Albert Mills (2009), abordagem teórico-metodológica adotada nesta pesquisa para análise do fenômeno de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). Cabe ressaltar que no presente estudo não foram detalhadas as etapas e cronologia do processo de avanço e renovação da TAR – conhecido como Teoria Ator-Rede e Depois (*Actor-Network Theory and After*) – iniciado a partir dos anos 1990

conforme argumentado por Lee & Hassard (1999) e Durepos & Mills (2011). Conceitos e princípios dos principais autores em artigos seminais – da versão “antes” e “depois” da TAR - foram empregados e articulados de modo que as “ferramentas” necessárias possibilitassem a compreensão do fenômeno em estudo.

2.2.2. A Teoria Ator-Rede e a rejeição aos dualismos

Segundo Latour (1999), seria mais apropriado afirmar que as Ciências Sociais não têm alternado historicamente o foco entre o micro e o macro, entre agência e estrutura ou entre ator e sistema, mas sim entre dois descontentamentos igualmente significativos. A insatisfação resultante ao direcionar exclusivamente a atenção a um dos níveis, seja ele macro ou micro, leva o cientista social a buscar no outro nível explicações complementares para suas inquietações e assim sucessivamente em movimentos circulares “*ad infinitum*” (Latour, 1999, p.17).

Sendo assim, a Teoria Ator-Rede (TAR) concentra sua atenção no movimento entre os níveis micro e macro (não mais em uma visão estática e ordenada da realidade), alternando turnos entre os dualismos presentes nas Ciências Sociais, não para superar os descontentamentos entre as análises, mas sim para explorar alternativas que expliquem a existência dessas insatisfações, buscando “entender o fenômeno baseado em suas duas faces” (Latour, 1999, p.19). Não se trata, portanto, em aplicar um *zoom* nos diferentes níveis, mas sim reconhecer que essas divisões são efeitos, consequências, e não algo definido *a priori* (Latour, 1999; Law, 1999). Em outras palavras, não há necessidade de escolher entre uma visão local ou global – ou entre qualquer outra dicotomia do pensamento moderno - já que o conceito de rede permite que o aparente dualismo seja suprimido e o foco direcionado para as conexões e associações entre os elementos do fenômeno em estudo (Latour, 1996; 1999):

“The original idea [of the expression ‘actor-network’] was not to occupy a position in the agency/structure debate, not even to *overcome* this contradiction. Contradictions, most of the time and especially when they are related to the modernist predicament, should not be overcome, but simply ignored or bypassed” (Latour, 1999, p.16. Grifos do autor).

Ao adotar o conceito da semiótica, que defende as entidades como produtos de relações estabelecidas entre seus elementos constituintes e também com as

demais entidades (Callon, 1999; Latour, 2005; Law, 1999), a TAR defende que as entidades adquirem forma e atributos como consequência dessas associações (Hassard & Alcadipani, 2010). Ou seja, não existe um atributo inerente a uma entidade; ao contrário, ele é sim resultante e adquirido por meio das relações estabelecidas.

Dessa forma, tudo pode ser considerado incerto e reversível, pelo menos a princípio (Alcadipani & Tureta, 2009a; Law, 1999). Portanto para a TAR, a existência não é dada, mas sim construída – e performada – por meio de relações e práticas (Alcadipani & Tureta, 2009b; Law, 1992; 1997a; Latour, 2005), como defendido por Law (1997a) no trecho abaixo:

“For the semiotics tell us that entities achieve their form as a consequence of the relations in which they are located. But this means that it also tells us that they are *performed* in, by, and through those relations. A consequence is that everything is uncertain and reversible, at least in principle. It is never given in the order of things” (Law, 1997a, p.3. Grifos do autor).

O objetivo da TAR, conforme enunciado por Latour (1996) no trecho abaixo, reforça o deslocamento do foco de análise para a circulação, interação e conexão entre elementos humanos e não-humanos e a construção da realidade através das mesmas, bem como a atribuição de características a estes elementos:

“The *attribution* of human, unhuman, nonhuman, inhuman, characteristics; the *distribution* of properties among these entities; the connections established between them; the *circulation* entailed by these attributions, distributions and connections; the *transformation* of those attributions, distributions and connections, of the many elements that circulates and of the few ways through which they are sent” (Latour, 1996, p.7. Grifos do autor).

O próprio termo ator-rede, um oxímoro intencional, carrega uma tensão entre o centralizado “ator” e a descentralizada “rede”, cuja diferença é reconhecida e configura-se ao mesmo tempo como uma forma de identidade através dessa conexão indispensável (Law, 1999; Tonelli, 2016). Sendo assim, o ator é um efeito da rede e não existe fora dela, visto que adquire forma e características de acordo com as associações que faz na rede (Callon, 1999). O foco na TAR passa a ser no que ocorre entre os atores de modo a identificar como um ator é modificado em virtude da interação com os demais (Durepos & Mills, 2011). A realidade é, então, explicada concomitantemente pelo ator e pela rede em que se relaciona e não por um deles exclusivamente.

Ao considerar que as entidades existem em redes de relações e são construídas através de múltiplos processos de (re) arranjos, (re) configurações e negociações de interesses dos atores envolvidos, a TAR suprime as esferas delimitadas pelas dicotomias humanos/não-humanos, micro/macro, antes/depois, agência/estrutura, contexto/conteúdo, material/social (Law, 1999) e direciona sua atenção à formação das articulações, fugindo de singularidades e de visões preestabelecidas (Tureta, 2011) por meio de uma lente processual, conforme destacado por Durepos e Mills (2011) abaixo:

“By shifting the focus from an analysis ordered around human and nonhuman *categorization* to one that looks *processually* at the interactions between nonhuman and human actors, new insights are offered on the composition of society” (Durepos & Mills, 2011, p.709. Grifos dos autores).

Segundo Durepos & Mills (2011, p.707), os principais fundamentos da TAR estão elencados na Figura 1:

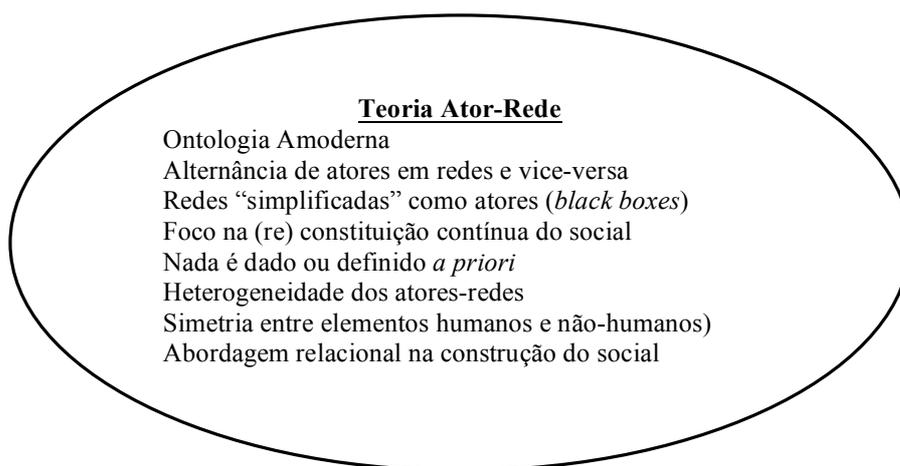


Figura 1 - Principais fundamentos da Teoria Ator-Rede (Adaptação de Durepos & Mills, 2011, p.707).

Cabe esclarecer que não é objetivo deste estudo levantar ou aprofundar discussões ontológicas e epistemológicas acerca dos conceitos de Amodernidade ou Pós-modernidade, empregados pelos autores adotados no Referencial Teórico. O que é relevante para a discussão pretendida nesta dissertação é o princípio comum que ambos trazem em relação à (i) renúncia de categorizações defendidas pelo pensamento moderno entre o mundo social e o mundo físico, (ii) contestação dos (aparentes) dualismos e (iii) abordagem relacional para investigação e entendimento de fenômenos sociais. Em outras palavras, o foco é deslocado para

as interações – e seus efeitos - entre os elementos constituintes do fenômeno, não mais categorizados e analisados isoladamente conforme as premissas do pensamento moderno, como argumentado por Durepos (2009) abaixo:

“The modernist categorization scheme, among other things, states that the social world be understood as composed of human actors and the physical world as composed of physical actors and that each be studied in separate realms. [...] A view of the social world based on the isolation of one type of actor, whether human or nonhuman, will miss the effect that human and nonhuman interactions likely have on one another” (Durepos, 2009, p.156).

2.2.3.

A Teoria Ator-Rede e o *Organizing* nos Estudos Organizacionais

Um dos conceitos adotados pela TAR é *Organizing*. Ele implica que a organização deve ser encarada como um “verbo”, como uma entidade dinâmica e em constante transformação, um fenômeno heterogêneo emergente (*organizing*) (Hassard & Alcadipani, 2010) e não como um “substantivo”, algo estático, coerente e estável (*organization*) (Alcadipani & Hassard, 2010; Cavalcanti & Alcadipani, 2013b; Law, 1992), sendo essa uma das principais contribuições da TAR para os Estudos Organizacionais segundo Tonelli (2016). A existência da organização só é possível através de contínuos esforços no ato de organizar, ou seja, do processo de *organizing* (Hassard & Alcadipani, 2010).

Nesse ponto, cabe ressaltar a importância da ontologia do *Organizing* para os Estudos Organizacionais. Adotada e defendida pelos pesquisadores da Teoria Ator-Rede, além de estudiosos como Karl Weick², François Cooren³, Sally Maitlis e Marlys Christianson⁴, entre outros, o *Organizing* fornece condições para o estudo dos fenômenos organizacionais caracterizados por sua multiplicidade, heterogeneidade e complexidade crescentes.

A abordagem *Organizing* oferece uma lente temporal e processual que abre novas possibilidades para o entendimento das organizações “como elas acontecem” e não mais como algo dado, uma entidade imutável, neutra, estável e discreta. A organização passa a ser entendida com produto, com resultado final dos fenômenos

² Ver: WEICK, Karl. **The Social Psychology of Organizing**. Pennsylvania: McGraw Hill, 1979.

³ Ver: COOREN, François; KUHN, Timothy; CORNELISSEN, Joe. Communication, Organizing and Organization: an overview and introduction to the special issue. **Organization Studies**, v. 32, n.9, 2011.

⁴ Ver: MAITLIS, Sally; CHRISTIANSON, Marlys. Sensemaking in Organizations: taking stock and moving forward. **The Academy of Management Annals**, 2014.

e não mais como ponto de partida para as investigações (Duarte & Alcadipani, 2016) e o *organizing* é o seu “modo de existência”, conforme destacado por Latour no trecho abaixo:

“[...] I think it is important to show that from the point of view of organization practice, there is never an inside or an outside, there is never a small and a big, it is some entirely different puzzle that organizing has to solve, and to solve again and again. It is precisely at this point that we might finally distinguish organizing – as a mode of existence with a specific type of agency – and *organizations* as what is talked ‘about’ when we *stop* organizing [...]” (Latour, 2011, p.7. Grifos do autor).

Como já foi dito, de acordo com a TAR, a sociedade é constituída por atores humanos e não-humanos que se associam e criam padrões sociais, reproduzindo-os ou alterando-os segundo as configurações assumidas em determinados momentos. Por conseguinte, o entendimento da construção do social pode ser alcançado à medida que o pesquisador acompanhe o movimento dos atores na formação das redes e na transformação das redes em atores (Durepos & Mills, 2011) em um movimento oscilatório característico dos atores-rede (Hassard & Alcadipani, 2010). Em outras palavras, a realidade, as organizações e o social, por exemplo, encontram-se em constante mudança, cujos arranjos, associações e constituições geram configurações distintas e instáveis. Nada é certo, dado ou constante ao longo do tempo.

Citando Czarniawska (2005), Tureta (2011, p.21) ressalta que “a questão fundamental não é como o social é formado, mas como coisas e pessoas se conectam e se reúnem para formarem aquilo que conhecemos como organização”. Latour (2011) afirma que organizar é sempre (re) organizar. O prefixo ‘re’ é empregado para lembrar a todos que a própria existência da organização é resultante de um processo contínuo de construção de “pontes” entre instantes consecutivos, quando as descontinuidades e rupturas – assumindo a lente processual do *organizing* - devem ser ultrapassadas para que a organização siga existindo. Em outras palavras, a organização está sempre emergindo no instante subsequente ao instante atual. Dessa forma, a continuidade da organização no futuro é assegurada por meio de uma decisão tomada no presente, que se justifica ou se embasa em algo trazido do passado, sem que haja uma única e inequívoca possibilidade de caminho. Trata-se do “preço a ser pago”, do ponto de crescimento no qual a organização ganha substância e garante sua continuidade. Sem esse movimento, sem o esforço

do *organizer* para avançar e sobrepor estas descontinuidades, a organização sucumbirá, pois não existe inércia organizacional: “*contrary to celestial bodies, there is no inertia at all in organizations. You stop carrying it on: it drops dead*” (Latour, 2011, p.4-5).

Devido ao caráter ontologicamente relativista, a TAR não defende a adoção de padrões/modelos/estruturas de análise ou a formulação de hipóteses prévias ao estudo, tampouco a definição do que deve ser observado (Alcadipani & Hassard, 2010; Alcadipani & Tureta, 2009a; Callon, 1999; Cavalcanti & Alcadipani, 2013b; Hassard et al, 1999; Latour, 2005; Lee & Hassard, 1999; Tonelli, 2016; Tureta, 2011). Pelo contrário, a TAR defende que o ponto de partida deve ser a observação das interações e associações feitas pelos elementos identificados no campo (e não definidos anteriormente), sem imposição de conceitos prévios pelo pesquisador (Law, 1992). Para essa abordagem, interessa compreender como as entidades são construídas por meio de múltiplos processos materialmente heterogêneos. A análise é feita a partir das associações, da ordenação de elementos heterogêneos observados pelo pesquisador, que aprende com os atores envolvidos, como destacado por Czarniawska (2009):

“It begins with an identification of actants (those which act and are acted upon). Thereupon one follows the actants through a trajectory — a series of programs and anti-programs — until they become actors, acquiring a distinct and relatively stable character” (Czarniawska, 2009, p.425-426).

De acordo com Tureta & Alcadipani (2009, p.57), “um dos pressupostos fundamentais da TAR é o de que não há qualquer tipo de definição rígida que possa ser aplicada em todas as situações”. Callon (1999) argumenta que, ainda que seja muito criticado, esse aspecto é uma das maiores forças da TAR, pois permite um maior número de possibilidades de ações e configurações que conferem identidade e características aos atores envolvidos para a explicação do fenômeno (Tonelli, 2016).

Para Latour (1999, p.19), a TAR pode ser considerada como “outra maneira de ser fiel aos *insights* da etnometologia”, deslocando o pesquisador da posição de “legislador” para a de “aprendiz” ao assumir que “os atores sabem o que estão fazendo e nós precisamos aprender com eles não somente o que eles fazem, mas como e por que o fazem” (“*ANT was simply another way of being faithful to the insights of ethnomethodology: actors know what they do and we have to learn from*

them not only what they do, but how and why they do it”). O autor defende que seguir os atores envolvidos e suas redes de relações, observando como eles constroem e explicam seu próprio espaço é mais produtivo para o pesquisador do que impor previamente definições que busquem explicar as construções dos atores, o que confere o caráter empiricamente realista da TAR (Tureta, 2011).

2.2.4. Principais conceitos da Teoria Ator-Rede

Ator

Segundo Law (1992), o ator só é ator na rede de elementos humanos e não-humanos que o sustenta. O autor desenvolve o conceito e explica que até mesmo uma pessoa (elemento humano) só é o que é por ser uma rede de elementos heterogêneos: ele (o ator) é um sociólogo por ter seu computador, seus colegas de profissão, seu escritório, seus livros, sua mesa de trabalho e seu telefone. Se tudo isso lhe fosse tirado, ele não seria um sociólogo que escreve artigos, ministra aulas e produz ‘conhecimento’ (seria uma pessoa diferente, mas não um sociólogo com todas essas características).

Em outro artigo, Law (1997c) desenvolve a mesma ideia por meio de um conto de desconstrução do poder de um executivo. Ao retirar todos elementos humanos e não-humanos que se relacionam com o executivo (telefone, mesa, computador, bilhetes aéreos, correio eletrônico, calculadora, planilhas de controle, máquina de fax, convites para palestras, secretária, subordinados, motorista, etc.), o autor o caracteriza como um “surdo-mudo social” (“*a social deaf-mute*”, p.3) e questiona se o que “restou” continua sendo um homem poderoso. Law (1997c) conclui que o poder é *estendido*, se distribui através de arranjos e emerge a partir dos mesmos, conforme destacado no trecho abaixo:

“[...] we are all spread out. We are nothing more than a network of social and technical relations. We are *made* by our organisational relations. Power resides elsewhere. It is always deferred. It is always a *product*. It is always an *effect*” (Law, 1997c, p.3. Grifos do autor).

Nesse sentido, a força de um ator pode ser avaliada de acordo com a robustez das associações estabelecidas com os demais elementos, assim como da sua capacidade em dissociar-se o mais rapidamente possível quando estes mesmos elementos são envolvidos por outro ator com diferentes objetivos (Callon & Latour,

1981). Ou seja, um ator será mais forte quanto maior for a sua capacidade, agilidade e desempenho para efetuar associações e também dissociações em direção ao seu objetivo.

Conforme mudam as associações estabelecidas entre ele e a rede, mudam também sua identidade e os efeitos que ele produz sobre a realidade. Ou seja, o ator é uma rede de elementos heterogêneos e também um produto dessa rede, portanto, tanto o ator quanto a rede são constituídos e sustentados conjuntamente e não podem ser analisados de forma isolada, como argumentado por Law (1992; 1999) nos trechos destacados abaixo:

“[...] Social agents are never located in bodies and bodies alone, but rather that an actor is a patterned network of heterogeneous relations, or an effect produced by such a network. The argument is that thinking, acting, writing, loving, earning – all the attributes that we normally ascribe to human beings, are generated in networks that pass through and ramify both within and beyond the body. Hence the term, actor-network – an actor is also, always, a network” (Law, 1992, p.4).

“Actors are network effects. Actor network theory is a ruthless application of semiotics. It tells that entities take their form and acquire their attributes as a result of their relations with other entities. In this scheme of things entities have no inherent qualities: essentialist divisions are thrown on the bonfire of the dualisms” (Law, 1999, p.3).

Ainda segundo Tureta (2011, p.66) “o surgimento de um ator, portanto, ocorre na medida em que a associação de vários atuantes se torna forte e estável o suficiente para ser bem-sucedida, fazendo com que vários se tornem um”. Cabe ressaltar que dada a precariedade e a dificuldade para sustentação de um alinhamento total e estabilizado entre atores, as redes oscilam entre os status de “ator” e de “rede” (Durepos & Mills, 2011; Law, 1992).

Atuante ou Actante

Segundo Czarniawska (2009), Algirdas Greimas (1917-1992) introduziu a noção de actantes como sujeitos gramaticais. Um actante é aquele que faz ou sofre um ato, incluindo pessoas, animais, objetos e conceitos. A substituição da palavra ator tem sido feita para mostrar que os actantes mudam de papéis ao longo de uma narrativa. O actante pode adquirir caráter e se tornar um ator ou pode permanecer como objeto da ação de algum ator, como destaca Latour (1996):

“The key point is that every entity, including the self, society, nature, every relation, every action, can be understood as ‘choices’ or ‘selection’ of finer and finer embranchments going from abstract structure – actants – to concrete ones – actors” (Latour, 1996, p.8).

No presente estudo, os elementos humanos e não-humanos identificados no processo de investigação e análise do fenômeno serão considerados atores. Em outras palavras, não será considerada a mudança de status actantes → atores ao longo da narrativa.

Agência

É a capacidade que elementos humanos e não-humanos possuem de alterar o curso de ação de outros atores relacionados ao fenômeno em estudo. De acordo com os princípios da Teoria Ator-Rede, atribuir agência a elementos não-humanos não significa conferir autonomia aos mesmos, mas sim reconhecer que não só humanos têm capacidade de modificar as ações de outros elementos em interação. Dessa forma, não há privilégio ou exclusividade de agência para humanos, considerando que as ações não ocorrem de forma isolada, mas sim através de mobilizações de elementos de diferentes naturezas (Tureta, 2011), conforme ressaltado por Latour (1996) e Durepos & Mills (2011) nos trechos abaixo:

“Human actors are not privileged over nonhuman actors (Latour, 1992; Law, 1991); instead, from an ANT perspective, both are endowed with the capacity to alter each other’s courses of action” (Durepos & Mills, 2011, p.709).

“An “actor” in AT [Actor-Network Theory] is a semiotic definition - an actant-, that is, something that acts or to which activity is granted by others. It implies no special motivation of human individual actors, nor of humans in general. An actant can literally be anything provided it is granted to be the source of an action” (Latour, 1996, p.7. Grifos do autor).

O conceito de agência da TAR suscitou críticas, principalmente de origem ética, conforme relatado no tópico “princípio de simetria” a seguir.

Macro-ator

A conexão de vários atores forma um macro-ator que, ao estabilizar estas associações, gera uma caixa-preta (Tureta, 2011, p.66), ou *black box*, conceito que será explicado adiante em detalhes. De acordo com Callon & Latour (1981, p.279), mais importante do que identificar e classificar um ator ou um macro-ator, é entender os mecanismos que fazem homens agirem como um só (“[...] *How can*

men act 'like one man'? ”). Os autores comparam a translação ao contrato social proposto por Thomas Hobbes em sua obra *Leviatã* (1651) e argumentam que o processo de translação inclui negociações, intrigas, atos de persuasão e até mesmo violência através dos quais o ator conquista a autoridade para falar em nome de outros, ou seja, tornar-se um porta-voz (*spokesperson*).

Ator Focal ou Ator Central

O ator central é aquele que é capaz de transladar seus interesses, interferindo, mediando e equilibrando os distintos interesses dos demais atores de modo que todos estabeleçam alianças em prol de um objetivo maior. Dessa forma, o ator central desperta o interesse dos demais atores, os envolve (ou recruta) de forma efetiva e finalmente os mobiliza como aliados, estabelecendo uma rede de relacionamentos, um ator-rede (Callon, 1999).

“Single point actor” ou “punctuated actor” ou “black box”

Uma vez que os atores que formam as redes sejam capazes de sustentar um profundo alinhamento de interesses em prol de um objetivo maior em comum, eles começam a agir como se fossem “um” e passam a ser percebidos como um ator e não mais como uma rede (Law, 1992). Essa configuração é denominada “*single point actor*”, “*punctuated actor*” ou “*black box*” ou “ator-rede simplificado” e simplifica a complexidade de suas relações e interações - de forma aparente apenas, pois trata-se apenas de como as demais entidades a enxergam -, como destacado nos trechos abaixo de Law (1992) e Durepos & Mills (2011):

“Actor network theorists sometimes talk of such precarious simplificatory effects as punctualisations. [...] Punctualisation is always precarious, it faces resistance, and may degenerate into a failing network” (Law, 1992, p.5).

“In other words, a given actor can come to represent a particular complex set of relationships (see Durepos *et al.*, 2008). However, to the degree that the actor eventually comes to conceal the social complexity that has allowed for its emergence, that actor can be understood as a black box, or a seemingly fixed social entity rather than a series of fluid entities of unknown duration and interpretation” (Durepos & Mills, 2011, p.709).

Em outras palavras, o conjunto de atores-rede que constitui um *black box* torna irrelevantes as associações e complexas redes que o constituem, deixando visíveis somente as entradas e saídas de sua “estrutura” e não mais a sua formação. Há uma simplificação da entidade e a voz ouvida é somente a do porta-voz

(spokesperson) que passa a representar todos os atores constituintes conforme argumentado por Callon & Latour (1981) abaixo:

“A black box contains that which no longer needs to be reconsidered, those things whose contents have become a matter of indifference. The more elements one can place in black boxes – modes of thoughts, habits, forces and objects – the broader the construction one can raise” (Callon & Latour, 1981, p.285).

Ainda segundo Murro e Beuren (2016, p.636), “*black box*” pode ser definido como um “conjunto de alianças estáveis em torno de um único actante”.

Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)

Refere-se à obrigatoriedade dos atores a passarem por um determinado ponto na rede (Murro & Beuren, 2016). Esse ponto na rede traz uma questão que interessa a todos os atores envolvidos e, caso não seja atendida, impedirá que cada um deles atinja individualmente seu objetivo (por mais variados que sejam). O PPO é, portanto, indispensável na formação da rede (Callon, 1999).

Centro de Cálculo

Segundo Tureta (2011, p.72), “o centro de cálculo é o local, um laboratório ou organização, onde se podem reunir acontecimentos, lugares e pessoas que se pretende controlar para que ocorra a combinação das inscrições desses elementos e o controle possa ser exercido”.

Inscrições e Móveis imutáveis (Immutable Mobiles)

Inscrições são materializações de entidades em algo inteligível, como documentos e arquivos, por exemplo, cujos rastros - deixados após os deslocamentos – permitem o mapeamento da rede-de-atores (Tureta, 2011). “Inscrições são instrumentos duráveis, portáteis e capazes de alcançar audiências com menor esforço comparado ao que seria dispendido por elementos humanos que realizassem a mesma tarefa” (“*inscription devices are durable (e.g., books outlive their authors), portable, and capable of reaching mass audiences through less effort than what would be required of a human actor engaged in a same task*”, Durepos, 2009, p.142). O conceito de móveis imutáveis trata da capacidade que elementos não-humanos possuem de reter conhecimento e disseminá-los além de seu ponto de origem, mantendo seu formato intacto, como por exemplo, mapas,

gráficos, coordenadas espaciais, etc. (Hassard & Alcadipani, 2010), permitindo a ação e o domínio à distância.

Ação à distância

É a capacidade – ampliada - que um ator pode adquirir de alterar o curso de ação de outros elementos envolvidos no processo de formação de uma rede. A condição para que a ação à distância ocorra é a preservação das características e atributos originais de elementos, sejam eles humanos (pessoas treinadas, por exemplo) ou não-humanos (atas, códigos, livros, apresentações, gráficos, por exemplo). Dessa forma, emissários podem se deslocar do centro de cálculo para áreas mais afastadas e permitir que o controle seja realizado (Tureta, 2011). Para a Teoria Ator-Rede, o poder está relacionado à capacidade de agir à distância, como ressaltado por Hassard & Alcadipani (2010) no trecho abaixo:

“By extension, the possibility of acting at a distance implies control at a distance and relies on the alignment of documents, devices, maps, and so forth. In so doing, it relies on establishing a materially heterogeneous network, one that permits movement and immutability, simultaneously allowing something previously unknown to become acted upon and controlled” (Hassard & Alcadipani, 2010, p.9).

Rede

Segundo Law (1999), há várias possibilidades para explicar a noção de rede na Teoria Ator-Rede. Uma delas é considerar a rede como um sistema alternativo de topologia, cujos elementos mantêm a integridade espacial da rede em virtude de suas posições em um conjunto de links ou relações. Dessa forma, a integridade do objeto está relacionada à estabilização desse conjunto de relações e suas características associadas aos diferentes padrões de conexão possíveis e, conseqüentemente, topologias distintas (além das formas “naturais” esperadas da geometria Euclidiana). A forma e a configuração de uma rede podem ser diferentes do padrão e conceitos pré-estabelecidos – ou naturalizados -, como destacado por Latour (1996):

“The notion of network, in its barest topological outline, allows us already to reshuffle spatial metaphors that have rendered the study of society-nature so difficult: close and far, up and down, local and global, inside and outside” (Latour, 1996, p.6).

Cabe ressaltar que o conceito de rede da Teoria Ator-Rede rendeu alguns mal-entendidos por ter sido associado à noção técnica de rede, como uma rede de computadores por exemplo, cujas características de ordenação e estabilidade podem não se aplicar à TAR. Latour (1996) argumenta que uma rede, conforme os preceitos da Teoria Ator-Rede, pode não possuir característica alguma de uma rede técnica, ou possuir algumas destas características, caso seus elementos se estabilizem. Ou seja, não deve se esperar, necessariamente, uma ordem entre os elementos constituintes ou uma configuração estabilizada e imutável para que uma rede seja reconhecida como tal na TAR.

Segundo os conceitos de resistência dos materiais, a força de uma rede não é originada de sua concentração, pureza ou unificação, mas sim da sua disseminação, heterogeneidade e do cuidadoso entrançamento das conexões mais frágeis (Latour, 1996). Ainda segundo Latour (1996), a noção de rede permite que dicotomias como macro/micro, perto/longe, dentro/fora presentes desde o início na teoria social, sejam eliminadas, como destacado abaixo:

“Instead of having to choose between the local and the global view, the notion of network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections” (Latour, 1996, p.6).

Spokesperson (porta-voz)

Segundo Callon (1999), um porta-voz único e final é resultado de uma mobilização progressiva dos atores que torna as proposições credíveis e inquestionáveis ao formar alianças e agir como uma força unificada. Murro e Beuren (2016, p.636) citam Latour (2001) e argumentam que o porta-voz é visto como “representante dos actantes e têm a incumbência de expandir os acontecimentos para incluir atores não humanos nas relações”.

O Quadro 1 traz a definição simplificada dos principais conceitos da Teoria Ator-Rede.

Conceitos	Definição
Ator (Actante) *	Um ator (actante) é aquele que faz ou sofre um ato, incluindo pessoas, animais, objetos e conceitos. O ator é uma rede de elementos heterogêneos e também um produto dessa rede, ou seja, o ator só é ator na rede de elementos humanos e não-humanos que o sustenta, adquirindo suas características e propriedades dentro da mesma (Law, 1992).
Agência	É a capacidade que elementos humanos e não-humanos possuem de alterar o curso de ação de outros atores relacionados ao fenômeno em estudo. Atribuir agência a elementos não-humanos não significa conferir autonomia aos mesmos, mas sim reconhecer que não só humanos têm capacidade de modificar as ações de outros elementos em interação (Law, 1992).
Macro-ator	A conexão de vários atores forma um macro-ator que ao estabilizar suas associações resulta em um <i>black box</i> (Tureta, 2011).
Ator central	É aquele capaz de transladar seus interesses, interferindo, mediando e equilibrando distintos interesses dos demais atores, de modo que todos estabeleçam alianças em prol de um objetivo maior (Callon, 1999).
Black box	É um ator-rede que devido à sua capacidade de sustentar um profundo alinhamento de interesses entre seus elementos, passa a agir como se fosse “um” – simplificando para as demais entidades a complexidade de suas associações - e é percebido como um ator e não mais como uma rede (Law, 1992).
Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)	Trata-se de um ponto na rede que traz uma questão que interessa a todos os atores envolvidos e, caso não seja atendida, impedirá que cada um deles atinja individualmente seu objetivo (por mais variados que sejam). O PPO é, portanto, indispensável na formação da rede (Callon, 1999)
Centro de cálculo	“É o local, um laboratório ou organização, onde se podem reunir acontecimentos, lugares e pessoas que se pretende controlar para que ocorra a combinação das inscrições desses elementos e o controle possa ser exercido” (Tureta, 2011, p.72).
Inscrições e Móveis imutáveis	“Inscrições são instrumentos duráveis, portáteis e capazes de alcançar audiências com menor esforço comparado ao que seria dispendido por elementos humanos que realizassem a mesma tarefa” (Durepos, 2009, p.142). Possuem a capacidade de reter conhecimento e disseminá-los além de seu ponto de origem, mantendo seu formato intacto (Hassard & Alcadipani, 2010).
Ação à distância	É a capacidade – ampliada - que um ator pode adquirir de alterar o curso de ação de outros elementos envolvidos no processo de formação de uma rede. A condição para que a ação à distância ocorra é a preservação das características e atributos originais de elementos (Tureta, 2011).
Rede	Pode ser considerada como um sistema alternativo de topologia, cujos elementos mantêm a integridade espacial da rede em virtude de suas posições em um conjunto de links ou relações. A integridade da rede está relacionada à estabilização desse conjunto de relações e suas características associadas aos diferentes padrões de conexão possíveis (Latour, 1996; Law, 1999).

Spokesperson (porta-voz)	É o representante dos actantes, porta-voz único e resultante da mobilização progressiva dos atores de uma determinada rede, que tornam as proposições credíveis e incontestáveis ao formar alianças e atuar como uma força única (Callon, 1999).
---------------------------------	--

Quadro 1: Resumo dos principais conceitos da Teoria Ator-Rede⁵

2.2.5. A Teoria Ator-Rede e o Construtivismo Social

Segundo Law (1992, p.2), ao considerar o social constituído por redes de materiais heterogêneos cujas resistências foram superadas (“*ordered networks of heterogeneous materials whose resistance has been overcome*”), a Teoria Ator-Rede defende que as redes sejam formadas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas, enfim, por qualquer outro elemento não-humano.

Dessa forma, a construção da realidade pode ser entendida como resultado da mobilização de elementos heterogêneos, da associação de humanos e não-humanos em “redes que constituem aquilo que chamamos de real” (Peci & Alcadipani, 2006, p.148). Em última instância, “não teríamos uma sociedade se não fosse pela heterogeneidade das redes que formam o social” (“[...] *the argument is that we wouldn't have a society at all if it weren't for the heterogeneity of the networks of the social*”) (Law, 1992, p.3), o que torna humanos e não-humanos elementos indissociáveis na análise segundo os preceitos da TAR (Tonelli, 2016).

Ao afirmar que, a princípio, não existe uma supremacia dos elementos humanos sobre os elementos não-humanos (Latour, 1996; Law, 1992) e que a heterogeneidade das redes é que forma o social (real), Tonelli (2016, p.381-382) argumenta que a Teoria Ator-Rede rompe com o construtivismo social, perspectiva que nega a capacidade de atuação de não-humanos. Segundo este autor, o construtivismo social não considera que elementos não-humanos possam ser a origem de eventuais problemas e que essa perspectiva “prioriza o linguístico, tirando do foco as entidades não linguísticas, não humanas e não sociais”, sendo essa a principal controvérsia frente a Teoria Ator-Rede.

Tureta & Alcadipani (2009) reforçam a diferença fundamental da TAR ao afirmar que, no plano analítico, elementos não-humanos são tão capazes de

⁵ Elaborado pela autora desta pesquisa a partir da literatura consultada. Cabe ressaltar que no presente estudo não foi feita distinção entre ator e actante.

modificar o contexto em que estão inseridos quanto elementos humanos, o que retira a primazia dos últimos sobre os primeiros. Latour (2005) esclarece que a definição de ação, segundo a TAR, não se restringe somente ao que é intencional, mas sim à capacidade de um determinado agente para alterar a situação em que está inserido. Com base nesse princípio, elementos não-humanos podem ser considerados atores, pois apresentam capacidade de ação.

Segundo Peci & Alcadipani (2006, p.148), Latour contribuiu para o aprofundamento das críticas ao construtivismo social ao questionar as dicotomias como sendo “algo da ordem natural das coisas”, atribuindo sua existência como resultado da forma purista do pensamento moderno, que segrega as ciências sociais das ciências naturais. Além disso, Latour também critica o aspecto “social” definido pelo construtivismo social, no qual a construção da realidade é feita unicamente por agentes humanos, ignorando, portanto, o papel desempenhado pelos objetos. Law (1992, p.3) corrobora a importância dos elementos não-humanos ao argumentar que a TAR nega que “as pessoas sejam necessariamente especiais”, defendendo um tratamento simétrico entre os mesmos, como ressalta Latour (2005):

“ANT is not, I repeat is not, the establishment of some absurd ‘symmetry between humans and non-humans’. To be symmetric, for us, simply means *not* to impose *a priori* some spurious asymmetry among human intentional action and a material world of causal relations” (Latour, 2005, p.76. Grifos do autor).

Dessa forma, elementos humanos e não-humanos são tratados de forma equivalente e com igual importância na Teoria Ator-Rede (Tureta & Alcadipani, 2009), segundo o princípio de simetria, detalhado a seguir.

2.2.6. Princípio da Simetria

O conceito de simetria da Teoria Ator-Rede é originado do Programa Forte de Sociologia do Conhecimento - (PFSC) de David Bloor (1976) e, segundo Tonelli (2016), essa influência contribuiu para diferenciar a TAR de outras correntes teóricas, além de “elaborar o argumento de um mesmo estatuto ontológico entre discursividade e materialidade, humanidade e objetividade” (Tonelli, 2016, p.383). Ao contrário do defendido na época, que só considerava legíveis para explicações conhecimentos científicos não verdadeiros, a simetria proposta por Bloor baseava-se no tratamento equânime para crenças verdadeiras e falsas, pois considerava-as

produtos sociais de causas similares (Tureta & Alcadipani, 2009). Ou seja, “tudo” merece uma explicação (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b).

O conceito de simetria proposto por Bloor foi extrapolado e estendido na TAR (Tonelli, 2016) e passou a considerar como pressuposto de simetria não somente o tratamento imparcial e igualitário entre crenças verdadeiras e falsas, mas também que sociedade e natureza são constituintes do mesmo plano ontológico. Dessa forma, a assimetria existente nas Ciências Sociais, que circunscrevia às interações humanas a construção do social e a capacidade de agência somente a humanos, é suprimida na Teoria Ator-Rede.

Segundo Cooren et al. (2006), as pesquisas de Michel Callon, Bruno Latour e John Law demonstram que os papéis exercidos por máquinas, ferramentas, documentos, elementos arquitetônicos e artefatos de maneira geral tendem a ser negligenciados nas Ciências Sociais e, mais especificamente, nos Estudos Organizacionais. Para os autores, reconhecer a contribuição desses elementos não-humanos nas ações e na construção do social pode auxiliar a resolução de problemas de natureza teórica ou analítica.

Segundo Tureta e Alcadipani (2009, p.55) “ao focar exclusivamente nos humanos, há a tendência de se retirar de cena os materiais que constroem e moldam atividades cotidianas, não permitindo que se contemple um escopo maior de participantes das práticas sociais, atribuindo às pessoas toda a responsabilidade pelas ações, desprezando, assim, o papel dos não-humanos no processo”. Ou seja, para os autores, considerar somente elementos humanos no cenário de análise poderia acarretar em uma simplificação do fenômeno a ser estudado.

O conceito de simetria proposto pela TAR amplia o horizonte de análise ao considerar elementos não-humanos, além dos humanos, no mesmo plano analítico e sem superioridade *a priori* entre sujeitos e objetos. Dessa forma, elementos sociais não deveriam receber um “status especial” na explicação de um fenômeno antes de se observar, no campo, as associações entre seus elementos constituintes, sejam eles humanos ou não-humanos (Law, 1992), conforme destacado no trecho abaixo de Durepos & Mills (2011):

“Human actors are not privileged over nonhuman actors (Latour, 1992; Law, 1991); instead, from an ANT perspective, both are endowed with the capacity to alter each other’s courses of action” (Durepos & Mills, 2011, p.709).

Além disso, segundo a abordagem, atores não possuem características e atributos isoladamente; ao contrário, isso se define dentro de conjuntos de relações estabelecidas, o que corrobora a importância de se analisar as conexões em um determinado fenômeno. Na Teoria Ator-Rede, a classificação entre sujeito e objeto é menos importante do que as associações feitas por esses elementos. Em outras palavras, a principal preocupação da TAR é em como esses arranjos ocorrem e quais são seus modos de organização (Cavalcanti & Alcadipani, 2013b).

Sendo assim, é possível afirmar, segundo a TAR, que elementos não-humanos fazem parte do social, podendo modificá-lo e até mesmo inviabilizá-lo caso sejam suprimidos, como o uso do *hashi* por um brasileiro para comer um prato da culinária japonesa (modificação de um costume local ao substituir talheres tradicionais como garfo e faca por outro artefato) ou o sumiço da bola em uma partida de futebol (inviabilizando a partida), conforme exemplificado por Tureta e Alcadipani no artigo “O *objeto* objeto na análise organizacional: a Teoria Ator-Rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo” (Tureta & Alcadipani, 2009). A importância da materialidade nas relações do social também é defendida por Peci e Alcadipani (2006) e Tonelli (2016), como explicitado nos trechos abaixo:

“A ideia é que a sociedade é feita de humanos e não humanos, sujeitos e objetos. No cotidiano, humanos e não humanos nunca estão dissociados. Eles formam, em conjunto, redes que constituem aquilo que chamamos de real. Cada ação que realizamos está associada, ou é mediada, por não humanos que também agem, apresentando, assim como os humanos, capacidade de ação” (Peci & Alcadipani, 2006, p.148).

“A simetria permite perceber que o mundo, a realidade e todas as entidades atuantes são produto de relações, fabricações e construções intermináveis, em que o objetivo e o subjetivo se misturam e se transformam. Cada entidade [...] é marcada por um atributo imprescindível: o hibridismo entre humanos e não-humanos. Não há como isolar características de um e de outro” (Tonelli, 2016, p.384).

O princípio de simetria da TAR recebe críticas por levantar potenciais problemas morais e éticos ao propor a igualdade do status ontológico entre objetos e pessoas (Latour, 1999; Law, 1992; Tureta & Alcadipani, 2009). No entanto, segundo Cooren *et al.*, (2006, p.535), defender a agência de elementos não-humanos não significa atribuir autonomia aos mesmos ou assumir que objetos “possuam almas” (“[...] *by agency we do not mean that inanimate objects have a soul or that there is a ghost in the machine*”), mas sim reconhecer que as

associações são formadas entre elementos heterogêneos e que não há distinção, antagonismo ou incompatibilidade entre humanos e não-humanos em uma rede de atores. Dessa forma, os objetos podem “fazer coisas” e contribuir, à sua própria maneira, para a constituição das relações e processos sociais.

Law (1992) esclarece essa questão ao pontuar que por mais que a ética esteja (e deva realmente estar) presente na sociologia, são campos distintos. Ao declarar que não há diferença fundamental entre pessoas e objetos, o posicionamento adotado pela TAR é analítico e não ético. O princípio de simetria não postula que humanos sejam tratados como máquinas e, tampouco nega às pessoas seus direitos, deveres e responsabilidades.

2.2.7. Princípio da Translação

Trata-se de um conceito-chave da Teoria Ator-Rede, sendo tão importante a ponto de torná-la conhecida como “sociologia da translação” (Callon, 1999; Czarniawska, 2009; Law, 1992). Segundo Tonelli (2016, p.384-385), Bruno Latour foi influenciado pelo pensamento do filósofo francês Michel Serres, cuja “crítica da modernidade baseada na impossibilidade prática do homem de separar (purificar) as ciências do mundo exterior (separar o fato da crença)” inspirou a antropologia das ciências praticada por Latour.

O conceito de translação funciona exatamente por seu caráter polissêmico, pois além da sua associação à linguagem, também significa transformação e transferência, como indicado por Czarniawska (2009) e Hassard et al (1999):

“For Serres, translation is a generalized operation, not merely linguistic, and it takes many different forms. It may involve displacing something, or the act of substitution; it always involves transformation” (Czarniawska, 2009, p.424).

“Above all, the actor network (a purposively oxymoronic term) is realized through the common ‘enrolling’ of human and non-human participants into a network through processes of ‘negotiation’ and ‘translation’” (Hassard, Law e Lee, 1999, p.388).

Fundamentalmente, este conceito destaca a impossibilidade de que qualquer coisa permaneça imutável ao ser movida de um lugar para outro, além de evocar a materialidade necessária para que tal movimento ocorra (Czarniawska, 2009). A autora desenvolve o conceito ao explicar, por exemplo, que ideias, palavras ou imagens precisam ser materializadas para que possam se mover entre locais ou entre

pontos no tempo. O caráter dinâmico e fluido do processo de translação é ressaltado por Law (1992) e Callon (1999) nos trechos abaixo:

“[...] translation is a verb which implies transformation [...]. This, then, is the core of the actor-network approach: a concern with how actors and organisations mobilise, juxtapose and hold together the bits and pieces out of which they are composed” (Law, 1992, p.6).

“Translation is a process before it is a result. [...] Translation is the mechanism by which the social and natural worlds progressively take form. The result is a situation in which certain entities control others. Understanding what sociologists generally call power relationships means describing the way in which actors are defined, associated, and simultaneously obliged to remain faithful to their alliances. The repertoire of translation is not only designated to give a symmetrical and tolerant description of a complex process which constantly mixes together a variety of social and natural entities. *It also permits an explanation of how a few obtain the right to express and to represent the many silent actors of the social and natural worlds they have mobilized*” (Callon, 1999, p.81-82. Grifos da autora desta pesquisa).

Para Callon (1999, p.81), além de deslocar, o ato de transladar também significa “expressar em sua própria linguagem o que outros dizem e querem, porque a maneira de certa maneira e como se associam uns com os outros: é estabelecer-se como porta-voz” (“*but to translate is also to express in one’s own language what others say and want, why they act in the way they do and how they associate with each other: it is to establish oneself as a spokesman*”). A translação é um processo e não um resultado, ou seja, é a realização de associações entre elementos heterogêneos que permite a organização do mundo de diferentes maneiras. O autor argumenta que, caso a translação seja bem-sucedida, somente “vozes em uníssono serão ouvidas” (“*at the end of the process, if it is successful, only voices speaking in unison will be heard*”), pois o resultado será um todo coeso - ou um ator-rede -, cujo caráter contingencial lembra a todos que tais conexões são precárias e instáveis, não adquirindo uma estabilidade como resultado de tais associações.

Law (1997a) compara translação à traição ao argumentar que somente através da deslealdade é possível tornar igual o que antes era distinto. Segundo Tonelli (2016, p.386) “para o autor, tradução remete a similaridade, fidedignidade entre a origem e o resultado daquilo que é traduzido. Traição, ao contrário, remete à diferença que transforma. [...] a translação visa a minar a ideia de que poderia haver algo como fidelidade de representação: tradução fiel”.

Os processos de translação são responsáveis por produzir as conexões entre elementos para configuração das redes heterogêneas e, por consequência, da

realidade. Por meio da translação e do alinhamento sistemático dos atores, as redes são formadas, criando, reproduzindo ou alterando as configurações sociais (Durepos & Mills, 2011).

Esse princípio é considerado uma das principais ferramentas epistemológicas da Teoria Ator-Rede, pois engloba o trabalho realizado pelos atores durante o processo de modificação e deslocamento dos seus interesses contraditórios para o estabelecimento de uma rede-de-atores (Alcadipani & Tureta, 2009a).

Segundo Callon (1999), o processo de translação se divide em 4 etapas:

1) **Problematização (“*problematization*”)**

Nesta etapa, os atores envolvidos no fenômeno são determinados e suas identidades definidas de modo que um Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) comum a todos possa ser estabelecido na rede em construção (Callon, 1999). As possibilidades de interação e alianças entre os atores, bem como as margens de manobra são negociadas e delimitadas durante o processo. Cabe ressaltar que a etapa de problematização não reduz a investigação a uma simples formulação do problema, pelo contrário, ela envolve e identifica os atores ao estabelecer a ligação entre eles. Sendo assim, não é possível formular a identidade e atingir os objetivos de cada ator de maneira independente, já que suas características e atributos são formadas e ajustadas durante a ação.

2) **Interesse/Atração de Interesses (“*interessement*”)**

“É um conjunto de ações através das quais uma entidade tenta impor e estabilizar os demais atores” identificados na etapa de problematização (“*Interessement is the group of actions by which an entity [...] attempts to impose and stabilize the other actors [...]*”) (Callon, 1999, p.71). O autor esclarece que a etimologia da palavra explica as ações nesta etapa e argumenta que “estar interessado é estar entre coisas (*inter-esse*), estar interposto” (“*to be interested is to be in between (inter-esse), to be interposed*”). Nesse sentido, despertar interesse de um ator é realizar manobras que possam ser interpostas entre este ator e os demais, de modo a cortar ou enfraquecer a ligação entre eles. Murro e Beuren (2016, p.636) argumentam que a etapa de atração “busca atrair os interesses dos agentes para que se possam criar alianças robustas, por meio de uma série de artefatos e mecanismos de atratividade”.

3) **Envolvimento/Recrutamento (“*enrollment*”)**

Callon (1999) esclarece que por mais convincente que seja o argumento empregado na etapa de atração de interesses, ainda não é garantido que alianças sejam formadas, ou seja, que haja um envolvimento efetivo entre os atores e que papéis inter-relacionados ou interdependentes sejam definidos e atribuídos aos atores que os aceitarem. Dessa forma, somente uma atração de interesses bem-sucedida leva ao envolvimento, como destacou o autor (Callon, 1999) abaixo:

“*Interessement* achieves enrollment if it is successful. To describe enrollment is thus to describe the group of multilateral negotiations, trials of strength, and tricks that accompany the *interessements* and enable them to succeed” (Callon, 1999, p.74).

Os mecanismos para que o envolvimento ocorra são múltiplos, tais como, violência física, sedução, negociação ou consentimento sem discussão.

Segundo Murro e Beuren (2016, p.636), refere-se “à atribuição e coordenação de potenciais papéis aos atores elencados na problematização”.

4) **Mobilização de Aliados (“*mobilization of allies*”)**

Segundo Callon (1999), mobilizar é tornar móveis entidades que não o eram previamente. Dessa forma, os atores, que antes estavam dispersos e com acesso não-facilitado, são deslocados e rearranjados em certo local e tempo. Ao transformar o envolvimento em um suporte ativo, a mobilização de aliados é alcançada. Caso seja bem-sucedida, uma rede de relacionamentos limitada e restrita, ou um ator-rede, foi constituído.

À medida que ocorra uma progressão no processo de mobilização dos atores, o encadeamento de intermediários resultará em um exclusivo e definitivo porta-voz (*Spokesperson*) que tornará as propostas confiáveis e indiscutíveis ao formar alianças e atuar como uma força unificada.

Dessa forma, a realidade social e natural é o “resultado de uma negociação acerca da representatividade dos porta-vozes” (Callon, 1999, p.79). Se o consenso é alcançado, as áreas de manobra ficarão restritas, formando uma rede de relacionamentos coesa. No entanto, o consenso e as alianças que o sustentam podem ser contestadas a qualquer momento, o que leva à transformação da translação em

traição e à redefinição da constituição do ator-rede, entendendo a precariedade das relações estabelecidas, como reforça Callon (1999) abaixo:

“The initial problematization defined a series of negotiable hypotheses on identity, relationships, and goals of the different actors. Now at the end of the four moments described, a constraining network of relationships, or what I called elsewhere an actor-network (Callon 1986), has been built. But this consensus and the alliances which it implies can be contested at any moment. Translation becomes treason” (Callon, 1999, p.79).

De acordo com Murro e Beuren (2016, p.636), na etapa de mobilização de aliados “alguns métodos são utilizados para que os principais interesses dos atores focais não se desvinculem do propósito inicial e não busquem novas possibilidades para a solução de uma determinada questão”.

Ainda que a explicação dos quatro momentos da translação possa parecer prescritiva para uma abordagem reflexiva e ontologicamente relativista como a Teoria Ator-Rede, Hassard & Alcadipani (2010) ressaltam que a ordenação alcançada ao final do processo de translação representa apenas uma das configurações entre várias possíveis. Ou seja, não há a proposição de uma regra geral ou a prescrição de associações futuras antes da análise ser conduzida. Não existe uma receita a ser seguida: não há uma “*Callon's four-moments recipe*” (Hassard & Alcadipani, 2010, p.10).

A própria noção de translação enfatiza a continuidade de deslocamentos e transformações, com os consequentes ajustes e negociações que os acompanham. De acordo com Callon (1999, p.68), a translação é o mecanismo pelo qual “a identidade dos atores de uma rede, a possibilidade de interação e as áreas de manobra são negociadas e delimitadas” (“[...] a general process called translation, during which the identity of actors, the possibility of interaction, and the margins of manoeuvre are negotiated and delimited”).

Ao ressaltar que o movimento de translação pode envolver o deslocamento ou a substituição de coisas, Czarniawska (2009) destaca que o processo pode assumir diferentes formas, mas sempre envolverá transformação. Consequentemente, aquilo que é envolvido na translação (transladando ou sendo transladado), seja conhecimento, pessoas ou coisas, assume uma identidade incerta.

Dessa forma, cabe aos processos de translação estabelecer associações, sejam elas fortes ou frágeis, entre os elementos, ordenando-os de determinada maneira em função dos objetivos almejados e do nível de cooperação negociado, o que resulta

em uma realidade distinta a cada nova configuração. Em outras palavras, o princípio de translação trata do “[...] trabalho por meio do qual os atores modificam, deslocam, e transladam seus interesses diversos e contraditórios” (Latour, 1999, p. 20).

2.2.8.

Encerramento da seção

Este tópico apresentou os principais conceitos e fundamentos da Teoria Ator-Rede de modo a estabelecer o embasamento necessário para a adoção da teórico-metodologia Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*) na análise do fenômeno social pretendido, que é a constituição do Memorial da Resistência de São Paulo. Ao destacar que fenômenos são componentes do campo da prática e que, portanto, só podem ser investigados e compreendidos a partir dele, as teorias da prática – a Teoria Ator-Rede sendo uma delas – evitam as dicotomias defendidas por outras teorias sociais e passam a focar nas relações dinâmicas e instáveis entre elementos e não mais em estados estáticos e estáveis como “padrões naturalizados”. A Teoria Ator-Rede compartilha essas ideias e resgata a materialidade do papel secundário ocupado anteriormente ao defender a simetria entre elementos humanos e não-humanos – sua equivalência ontológica – no plano analítico.

O conceito do social é expandido na TAR e passa a reconhecer as relações e movimentos entre elementos heterogêneos ao mesmo tempo em que seu caráter ontologicamente relativista e empiricamente realista fornecem as “ferramentas” necessárias para investigação dos fenômenos sem a aplicação de modelos do tipo “*one fits-all*” definidos *a priori*, mas sim seguindo os atores e suas práticas à medida que as relações sejam desenvolvidas. Ou seja, os fenômenos somente podem ser entendidos se estudados sob uma ótica relacional (Durepos, 2009).

Por fim, cabe ressaltar que o objetivo deste estudo não foi esgotar os conceitos, princípios e fundamentos da TAR – seria assunto para uma tese, no mínimo -, mas sim apresentar os principais elementos de uma das bases teóricas adotadas para o desenvolvimento da Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*), apresentada no tópico a seguir.

2.3. Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*)

2.3.1. Introdução

Elaborada por Gabrielle Durepos e Albert Mills em 2009, a Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*) foi desenvolvida adotando conceitos e princípios de três aportes teóricos: (i) Teoria Ator-Rede (TAR ou *ANT* em inglês), (ii) Sociologia do Conhecimento (SoK) e (iii) Historiografia.

Em contraste à Teoria Ator-Rede, o foco da *ANTi-History* não é direcionado ao estudo de fenômenos no tempo presente (“*present condition*”), mas sim a compreender a constituição presente a partir de uma condição passada (“*past condition*”). Conforme ressaltado por alguns pesquisadores (Durepos & Mills, 2011; Myrick, Mills & Mills, 2013), apesar dos criadores da Teoria Ator-Rede reconhecerem que os elementos que compõem a sociedade têm raízes no passado e mencionarem com certa regularidade conceitos como “passado” e “história” em seus estudos, seu emprego é feito de forma desproblematizada e não-reflexiva - *gap* identificado por Durepos (2009) e endereçado com a elaboração da *ANTi-History* em sua tese de doutorado sob orientação de Albert J. Mills.

De acordo com Durepos & Mills (2016), trata-se de uma abordagem relacional que rejeita o conceito de história como uma representação estática do passado. No entanto, cabe ressaltar que os preceitos da *ANTi-History* não negam ou contestam eventos ou fenômenos ocorridos no passado, mas sim refutam a ideia de que esse “passado” seja entendido como algo consumado, estável e imutável dentro de uma concepção realista positivista, como destacada no trecho abaixo de Durepos (2009):

“By denying the existence of the past in a realist ontological sense, *ANTi-History* does not seek to de-privilege or deny the past or the dead but instead to suggest that acknowledging alternative and plural conceptualizations of the past may provide liberationist potential” (Durepos, 2009, p.160).

Em outras palavras, o simples fato de já ter acontecido em algum momento “antes do tempo presente” não significa que a constituição do “passado” deva ser explicada através de uma única leitura com uma ordenação prescrita (Durepos, 2009; Myrick, Mills & Mills, 2013). Não há *a* leitura, mas sim *múltiplas formas* de leitura, de criação de conhecimento sobre esse passado. *Múltiplas histórias*.

De acordo com Durepos & Mills (2017), trata-se de uma abordagem relacional que rejeita o conceito de história como uma representação estática do passado, refutando a ideia de que esse “passado” seja entendido como algo consumado, estável e imutável dentro de uma concepção realista positivista. Ao invés disso, a *ANTI-History* adota um caráter emancipatório ao defender a pluralidade de narrativas possíveis sobre fenômenos ocorridos no passado: “*suggest that acknowledging alternative and plural conceptualizations of the past may provide liberationist potential*” (Durepos, 2009, p.160).

Para a elaboração desta teórico-metodologia, foi desenvolvido o conceito *socio-past* que reforça a diferença em relação ao “passado” naturalizado/*mainstream* e estável para uma abordagem que ressalta o dinamismo e a emergência de histórias resultantes de associações entre elementos de natureza heterogênea. Com base nos fundamentos da Teoria Ator-Rede - que defendem que as translações são responsáveis pelas associações entre atores e consequente configuração das redes heterogêneas que modelam a realidade e a sociedade (Latour, 2005) - Durepos & Mills (2011) argumentam que a constituição da sociedade em um tempo anterior ao presente (“*a time before now*”), ou “*socio-past*”, ocorre também através das associações e translações (Durepos & Mills, 2017) entre atores enquanto eles se dedicam a construir ou performar a história (“*do history*”). Uma versão da história (um ator-rede alinhado ou um *black box*) emerge e se constitui como produto desse processo de associações entre elementos, como destacado por Durepos & Mills (2011; 2017):

“[...] to the composition of the *before-now-society* or, more succinctly, the *socio-past*. The aim of ANTi-History is to trace the *socio-past* to see how it oscillates as history, and ANT scholars have taught us well in the art of tracing associations” (Durepos & Mills, 2011, p.711. Grifos dos autores).

“Doing history means tracing all the links that have come to (perhaps only temporarily) bind actors of the past, while paying special attention to the alterations ‘actors’ undergo by virtue of their place in the trajectory. It means mapping the shape assumed by actors as they form(ed) a network. History is defined by its relations and expressed within those relations” (Durepos & Mills, 2017, p.61).

Para a *ANTI-History*, a constituição do *socio-past* engloba todos os períodos anteriores ao tempo presente (“*before now*”) de forma não-linear e de acordo com o conceito mais fluido e contínuo que determina o período de estudo, conforme argumento de Durepos (2009) abaixo:

“The construction of the past, through a relational lens, is closely related to understanding the socio-past through the process of *folding*. We can never assume this construction as having a beginning state or an end state because folding is understood as continuous and fluid” (Durepos, 2009, p.163).

Nesse sentido, cabe uma ressalva a respeito do tempo na história em linha ao que foi proposto na abordagem *ANTI-History*. Prost (2012, p.96) ressalta a história como resultado de um “tempo complexo, construído e multifacetado” e defende que “o tempo da história está incorporado, de alguma forma, às questões, aos documentos e aos fatos; é a própria substância da história”. Ou seja, não há uma linearidade no tempo histórico, haja vista que até mesmo a questão do passado que inquieta o historiador (ou pesquisador) é elaborada no presente, o que já imputa um caráter mais fluido e um movimento característico da operação histórica: “o vaivém permanente, entre passado e presente, assim como entre os diferentes momentos do passado, é a operação peculiar da história” (Prost, 2012, p.104). Em outras palavras, “o tempo não é dado ao historiador tal como ele se apresenta nesse preciso momento, preexistente à sua pesquisa, mas é construído por um trabalho próprio ao ofício de historiador [pesquisador]” (Prost, 2012, p.106). A não-linearidade é reforçada por Prost (2012) no trecho abaixo:

“O tempo na história não é uma reta, nem uma linha quebrada feita por uma sucessão de períodos, nem mesmo um plano: as linhas entrecruzadas por ele compõem um relevo. Ele tem espessura e profundidade” (Prost, 2012, p.114).

Outro ponto fundamental para a *ANTI-History* é o reconhecimento da instabilidade e das oscilações intrínsecas de qualquer ator-rede. Isto é, devido ao caráter precário e instável dos atores-rede formados – ainda que haja certo grau de alinhamento que simplifique sua constituição aos olhos das demais entidades e o torne um *black box* – há oscilações constantes entre o status de rede e de ator e um intercâmbio entre ambos, o que torna impossível analisar o fenômeno isolando o ator ou a rede (daí o oxímoro ator-rede criado por Latour, Law e Callon para reforçar essa característica). A história, como qualquer *black box*, não é dada e, segundo os fundamentos da *ANTI-History*, deve ser estudada com uma lente relacional e relativista, refutando análises de eventos ou personagens de forma isolada e absoluta, como defendem Durepos & Mills (2017):

“In short, relationalism as a central facet of ANTi-History is the idea that history is made up of a series of relationships that bound actors (traces of the past) as networks

(plausible histories) and networks as actors (histories that conceal their conditions of creation and participate in subsequent history production” (Durepos & Mills, 2017, p.58).

Trata-se, portanto, de uma abordagem alternativa à historiografia *mainstream*, que pode ser empregada para entender a constituição do *socio-past* de qualquer ator-rede (Durepos, 2009; Myrick, Mills & Mills, 2013), conforme Durepos (2009) defende:

“ANTi-History, I contend, is an alternative historiography to the mainstream that can be used to understand the constitution of the socio-past of any actor-network, including an organization, technology, truth, ritual, fact, textbook, culture, practices, and so on” (Durepos, 2009, p.151).

Por considerar a pluralidade de histórias resultantes de processos de (re) constituição e (re) ordenação de atores, a *ANTi-History* não é simplesmente uma abordagem que retrate o passado, mas sim uma maneira de revelar histórias – e leituras – alternativas que possibilitem a emergência de vozes escondidas, marginalizadas ou suprimidas (Mills & Durepos, 2010).

Não será foco do presente estudo detalhar os aportes teóricos da Sociologia do Conhecimento e da Historiografia adotados para a elaboração da Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*), mas sim apontar os principais conceitos – compartilhados ou desenvolvidos a partir dos três aportes -, objetivos, princípios, vantagens e limitações desta teórico-metodologia que servirão de instrumentos para a investigação da constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) como um *black box*.

2.3.2.

***ANTi-History* e a Virada Histórica nos Estudos Organizacionais**

Uma das motivações apontadas por Durepos (2009) para o desenvolvimento da *ANTi-History* foi a potencial contribuição vislumbrada pelos autores desta abordagem para a Virada Histórica (“*historic turn*”) nos Estudos Organizacionais. Segundo Booth & Rowlinson (2006), ainda que a aproximação entre Administração e História não seja recente, os avanços observados não viabilizaram todo o seu potencial ontológico, epistemológico e metodológico acerca dos problemas, objetos e abordagens de análise.

De acordo com Clark & Rowlinson (2004), a perspectiva histórica no campo dos Estudos Organizacionais e os consequentes debates historiográficos levaram ao reconhecimento da ambiguidade intrínseca do termo “história”, que engloba tanto os eventos e ações humanas em um tempo passado, quanto a narrativa ou o relato que os indivíduos constroem a partir dos mesmos, o que demandaria maior reflexão dos pesquisadores.

Segundo os preceitos da Virada Histórica, as organizações são constituídas a partir de acontecimentos anteriores, ou seja, são o produto de seu passado e moldadas segundo o mesmo (Kieser, 1994). Tal visão permite ao pesquisador investigar fenômenos e ampliar a compreensão das condições atuais das organizações, dos atores envolvidos e do contexto em que estão inseridos de forma mais contextualizada e aprofundada, o que pressupõe uma reflexão mais crítica e ética (Booth & Rowlinson, 2006; Clark & Rowlinson, 2004). Também permite a elaboração de olhares e conhecimentos dissonantes daqueles que se querem hegemônicos ou “naturalizados” pela sociedade (Barros & Carrieri, 2015), enriquecendo o conhecimento das organizações no tempo presente, como ressaltado por Kieser (1994):

“Historical analyses do not replace existing organization theory; they enrich our understanding of present-day organizations by reconstructing the human acts which created them in the course of history and by urging organization theories to stand the test of a confrontation with historical developments” (Kieser, 1994, p.619).

Durepos & Mills no artigo “*ANTI-History, relationalism, and the historic turn in management and organization studies*” (2017) classificam a Virada Histórica em 4 fases não-cronológicas e interligadas, apresentando-as e fundamentando-as no desenvolvimento do estudo. Não cabe aqui o detalhamento de cada uma das fases. O que se apresenta relevante para o presente estudo são os argumentos apresentados pelos autores para romper com os conceitos estáticos de passado e história, conferindo um caráter mais fluido, mutável, relacional e crítico à produção de conhecimento sobre o passado (Durepos & Mills, 2017).

Booth & Rowlinson (2006) argumentam que uma postura mais conscientizada da história (“*historical awareness*”) é frequentemente associada a um caráter mais crítico, alinhando o pesquisador com os princípios do CMS (*Critical Management Studies*) e reforçando a reflexão acerca da constituição e ocorrência de fenômenos sociais. Para eles, “a busca de leis abstratas e gerais”,

devido ao apelo cientificista, acaba por “isolar e separar as ciências sociais da história” (“*social science cut itself off from history*”) (Booth & Rowlinson, 2006, p.6). Os autores afirmam que a Virada Histórica problematiza e critica a abordagem “universalista” – isto é, teorias aplicáveis à fenômenos em qualquer sociedade e em qualquer tempo - e a abordagem “presentista” – nas quais não há contextualização ou precedentes históricos considerados para a análise - das teorias organizacionais nas Ciências Sociais. A crítica à uma “história universal” é reforçada por Durepos & Mills (2017) no trecho abaixo:

“In contrast to universal histories which are assumed transcendental and relevant to all people across all times, relational histories render transparent the ties to the communities from which they have stemmed. Knowledge of the past is always made somewhere; it is enacted in specific locations and regions. This means it is regional, not universal” (Durepos & Mills, 2017, p.59).

Costa, Barros & Martins (2010, p.289) corroboram a crítica à abordagem de caráter “universalista” e “presentista” ao afirmarem que a perspectiva histórica auxilia o pesquisador a contextualizar o evento estudado. Assim, evita-se anacronismos, isto é, “utilização de conceitos e ideias de uma época para analisar fatos de outro tempo histórico”, que poderiam conferir um caráter determinístico, atemporal e universal indesejado às pesquisas. Além disso, espera-se que o emprego da pesquisa histórica como método de análise proporcione o embasamento necessário para aqueles pesquisadores que desejam expandir as possibilidades de análise por meio de novos olhares e abordagens de pesquisa.

Ao considerar que não existe uma única e verdadeira maneira de conhecer o passado e que, portanto, a História é múltipla, a *ANTI-History* se propõe a contar uma das versões possíveis a partir das associações e movimentações realizadas pelos atores identificados no quadro de análise do fenômeno (Durepos, 2009; Durepos & Mills, 2017). Segundo Barros & Carrieri (2015), utilizar a história como forma de enriquecer os debates – e especialmente a história associada ao cotidiano – e expor os processos que culminaram na consolidação de uma narrativa ou uma história como versão dominante em detrimento de outras alternativas, torna possível destacar as particularidades e singularidades das dinâmicas locais, combatendo o caráter universalista das lógicas hegemônicas.

A *ANTI-History* (Teoria Ator-Rede Histórica) reforça seu caráter reflexivo ao investigar tais conexões, possibilitando ao pesquisador levantar questionamentos a

respeito da constituição de determinada versão, quais vozes foram silenciadas ou representadas e quais entidades foram beneficiadas a partir deste conhecimento histórico (Booth & Rowlinson, 2006). Dessa forma, as características e atributos de uma história são resultantes das associações e movimentações ocorridas no *socio-past*, ou seja, não existem de forma isolada e independente, como argumentado por Durepos & Mills (2017) e Myrick et al. (2013):

“Thus, the seemingly “individual” or “singular” events that make up the past assume their significance and meaning, as they are constituted or configured in a set of relations or a network” (Durepos & Mills, 2017, p.59).

“[...] history is not a representation of the past so much as an effect of actor networks that are revealed through reassembly” (Myrick et al., 2013, p.365).

Cabe ao pesquisador, portanto, apresentar uma visão interpretativa - sua leitura - com base nas associações observadas, assumindo o papel de um dos atores participantes do fenômeno analisado.

2.3.3.

O Termo “*ANTI-History*” e seus desdobramentos

O próprio termo “*ANTI-History*” evidencia algumas premissas adotadas por esta teórico-metodologia ao fazer uma relação entre a sigla **ANT** (Actor Network-Theory) e o prefixo “**anti**” indicativo de oposição.

Dessa forma, é considerada uma abordagem “anti-história” por: (1) assumir-se como uma historiografia alternativa ao *mainstream* e defender que a história é socialmente construída, refutando o entendimento de que histórias do passado sejam pré-ordenadas e permaneçam imutáveis aguardando somente uma futura descoberta; (2) questionar as limitações impostas pela visão positivista e fixa da História tradicional e o conceito de social unicamente formado por indivíduos; (3) ser “anti-história”, mas “pró-histórias”, reforçando a multiplicidade de versões possíveis e, por fim, (4) defender a construção da história a partir das relações entre elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, sem privilegiar *a priori* o papel das pessoas na explicação do fenômeno, como ressaltado por Durepos (2009) e Mills & Durepos (2010):

“[...] *ANTI-History* is dedicated to tracing the constitution of the socio-past and does this by (a) assuming the socio-past is constituted of heterogeneous actors and (b)

following the traces of these heterogeneous socio-political actors to (re) assemble their constitution” (Durepos, 2009, p.152)

“ANTi-History sets out to simultaneously represent and destabilize selected past events with the ultimate aim of pluralizing history” (Mills & Durepos, 2010, p.26)

É fundamental para essa teórico-metodologia que se reconheça o papel ativo do pesquisador durante a investigação do fenômeno. Em outras palavras, a ordenação dos atores-rede constituintes do *socio-past* proposta pelo pesquisador resultará em uma versão da história e trará a sua leitura acerca do fenômeno. No entanto, Durepos (2009) ressalta que apesar de importante e parte do processo, a voz do pesquisador não deve se sobrepor às vozes dos demais atores.

Tal argumento está alinhado à visão de Latour (1999, p.19) sobre a Teoria Ator-Rede como “outra maneira de ser fiel aos *insights* da etnometologia”, que assume que a observação dos atores – que sabem o que estão fazendo – é mais produtiva na busca de explicações sobre o fenômeno em investigação do que a definição prévia de um modelo pelo pesquisador. Em outras palavras, o pesquisador deve estar vigilante ao seu papel de “aprendiz” e não de “legislador” e privilegiar a voz do ator-rede ao invés da sua própria, como Durepos & Mills (2011) argumentam:

“In following the actor-networks that constitute a socio-past, an ANTi-History approach would thus encourage privileging the voice of the actors followed over that of the actor who is following or (re)assembling. This means that the actor-network should speak louder than the voice of the trained historian” (Durepos & Mills, 2011, p.712).

Por seu caráter empiricamente realista e ontologicamente relativista – compartilhado da Teoria Ator-Rede -, não há prescrição de associações antes da análise ser conduzida e a investigação do fenômeno deve ser realizada por meio da observação dos movimentos e associações executados pelos atores. Durepos & Mills (2011) ressaltam que os atores-rede não possuem enredo ou argumento antes de suas movimentações e conexões sócio-políticas, mas sim a partir da execução das mesmas em função de um determinado propósito.

2.3.4. Fundamentos da *ANTI-History*

A *ANTI-History* compartilha diversos fundamentos da Teoria Ator-Rede - elencados e explicados anteriormente no tópico 2.2 -, no entanto, cabe resgatar alguns deles e reforçar suas contribuições para um maior entendimento dos conceitos e premissas adotados no presente estudo.

Devido ao seu caráter ontologicamente amoderno e relativista, a *ANTI-History* renuncia categorizações impostas pelo pensamento moderno, contesta dualismos e reducionismos e adota uma abordagem relacional para o estudo dos fenômenos. Não há uma verdade absoluta e universal, não há inícios e fins, mas um processo contínuo de tornar-se (“*becoming*”). Assume-se, portanto, que as maneiras de entendimento do social são sempre parciais à medida que são construídas a partir do quadro de referência de uma entidade ou ator-rede e suas relações, como ressalta Durepos (2009):

“The actor-networks that constitute a socio-past are never understood as sewn up, unchanging, or concrete, instead, the focus is on how one phenomenon is transformed into the next, on how one actor is altered through engaging with the next. [...] Therefore, the socio-past and its constituent actor-networks are understood through a process of becoming” (Durepos, 2009, p.162-163).

Mais relevante do que classificar elementos com base na separação entre mundo social/Ciências Sociais e mundo natural/Ciências Naturais ou, de antemão, reduzir o quadro de análise ao privilegiar a voz/relevância dos indivíduos em detrimento de elementos não-humanos, a Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTI-History*) foca nas relações, nas movimentações e associações feitas por elementos de natureza distintas, conforme salienta Durepos (2009):

“Thus, I do not impose a pre-created plot on the past but instead follow the actors around and trace the multitude of associations of actors to understand how the socio-past *holds together* [...] I do not use my theoretical insight to give my empirical observations an a priori or premature certainty” (Durepos, 2009, p.198. Grifos da autora).

A realidade é socialmente construída e é resultante de associações entre redes de elementos heterogêneos. Dessa maneira, realidade, organizações, conhecimento, máquinas, agentes e o próprio social, para citar alguns exemplos, são instáveis e encontram-se em processo contínuo de mudança através da (re) configuração e (re) constituição de suas conexões que conferem características e configurações

distintas a cada (re) organização. Nada é dado *a priori*. Nada é certo ou constante ao longo do tempo (Law, 1992; 1999).

Dessa forma, considerando-se que para a Teoria Ator-Rede o conhecimento é produto da ordenação de elementos humanos e não-humanos, a criação do conhecimento sobre o passado - ou seja, a história -, também é resultante da ordenação de atores-rede em um processo dinâmico e não definido *a priori* (Durepos, 2009; Durepos & Mills, 2011; Myrick et al., 2013). Uma das versões históricas possíveis é, portanto, um ator-rede simplificado ou um *black box*, como argumenta Durepos (2009) abaixo:

“As I follow all actors, both human and nonhuman, as they engage in interest work, acts of translation, and enrollment in their efforts at network building. I also assume that *history* is an effect of a multitude of actors that have achieved extreme alignment” (Durepos, 2009, p.198. Grifos da autora).

Em outras palavras, narrativas histórias são *black boxes* (ou *punctuated actors* ou atores-rede simplificados) cujas associações, negociações, manobras e configurações que resultaram em sua existência tornaram-se invisíveis para as demais entidades. O resultado é que somente as entradas e saídas de um *black box* são notadas, pois o extremo alinhamento entre seus atores-rede constituintes garante uma simplificação e a escuta de uma só voz em uníssono (Callon & Latour, 1981; Durepos, 2009; Durepos & Mills, 2011). Tal argumento é reforçado por Durepos (2009) no trecho selecionado abaixo:

“[...] I also assume that histories are *punctuated actors* or *black boxes* in that once they are published, the multitude of actors that have enabled their emergence and creation are erased from view and forgotten” (Durepos, 2009, p.198. Grifos da autora)

Durepos & Mills (2017, p.60) ainda propõem o conceito de sítios de oscilação (“*sites of oscillation*”) como sendo locais de performatividade, ou seja, onde os movimentos – ou fluxos – contínuos entre elementos (“*In-Between*”) promovem um contexto para que potenciais translações ocorram. É quase como um *continuum* entre elementos, um estado de latência, de elaboração e de incerteza em relação às conexões que efetivamente ocorrerão e que definirão os atores-rede, bem como suas características e atributos, como ressaltado por Durepos & Mills (2017):

“[...] the site of oscillation is a point at which a series of actors, through their actions, fuse together to fix or dissipate a sense of an event. It is where actors become networks and vice versa. It is where a version of the past becomes history and where

history comes to assume a role in the past of an event” (Durepos & Mills, 2017, p.60).

“The site of oscillation in one of performance, where there is potential for translating the composition of an actor or delegating a task onto another [...] it is a site where heterogeneous (i.e. human and nonhuman) actors might eventually assume their position as links in a network and where, by virtue of that position, they eventually assume a very specific meaning” (Durepos & Mills, 2017, p.60).

Ainda segundo os autores, ao adotar os princípios de uma história relacional, assume-se que a história adquire sua forma – ou uma determinada versão – nos sítios de oscilação. É nesse fluxo permanente de idas e vindas entre os elementos no espaço dinâmico entre eles - “*In-Between*” - que a mobilização ou desmobilização de um ator acontece, que as negociações podem resultar em translações de propósitos e interesses e que atores-rede têm suas trajetórias, atributos e configurações definidos. Algumas relações são apontadas por Durepos e Mills (2017) como potenciais sítios de oscilação, tais como, passado ↔ história, ator ↔ rede, humano ↔ não-humano, pesquisador ↔ vestígios ou traços do passado e inscrição histórica ↔ formação/disposição/hábito de leitura. Cabe ressaltar que a lista apresentada não é exaustiva e serve como um “auxílio” para o pesquisador na observação dos elementos humanos e não-humanos no mapeamento da rede-de-atores do fenômeno pesquisado.

A Figura 2 resume os principais fundamentos da *ANTI-History* cobertos até o momento:



Figura 2: Principais fundamentos da *ANTI-History* (Adaptado de Durepos, 2009, p.193).

2.3.5.

A Heterogeneidade dos Atores: a importância da delegação material na criação de histórias

Cabe resgatar alguns conceitos elencados no tópico 2.2 para contextualizar o importante papel desempenhado pelos arquivos e outras fontes documentais para a análise de um fenômeno empregando a Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*). Considerando que elementos humanos e não-humanos têm a mesma relevância no plano analítico segundo o princípio de simetria da Teoria Ator-Rede e ambos são dotados de agência, documentos históricos são um exemplo de delegação material e reforçam a inter-relação entre humanos e não-humanos na (re) constituição do *socio-past*.

Segundo Durepos (2009), um arquivo – incluindo as duas definições adotadas pela autora: (i) condição social ou conjuntos de regras informais associados a um local e período e (ii) espaço físico de ordenação e armazenamento de elementos - é considerado um centro de cálculo e um local de translação na Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*), como destacado abaixo:

“The archive can be understood as translating the interests and influencing the multitude of actors that pass through it. Following this, it can be understood as a site of translation. In turn, the archive is a useful site for tracing the socio-politics of the actor-networks” (Durepos, 2009, p.191).

De acordo com Coimbra (2010, p.90) “na acepção mais comum e aceita com maior consensualidade, um arquivo é antes de mais nada o lugar onde se guardam documentos ou materiais diversos relacionados com uma pessoa, acontecimento ou época”, no entanto há outras definições conforme a autora destaca, entre elas: “o arquivo como um lugar de poder” de Jacques Derrida e “sistema de formação e de transformação de afirmações” de Michel Foucault.

Ao avaliar e refletir sobre o avanço da internet e das tecnologias de informação, Barros (2016) apresenta e problematiza o debate acerca do conceito de arquivo enquanto local físico⁶ – que não será detalhado no presente trabalho – e argumenta que a expansão da capacidade de armazenamento e compartilhamento

⁶ Para maiores informações, ver: BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization Studies. **O&S: Organizações & Sociedade**, v.23, n.79, p.609-623, out./dez. 2016.

de registros resultante não elimina a decisão a ser tomada pelo responsável/arquivista a respeito do que deve ser mantido ou não, preservado ou deixado de fora do arquivo, como destacado abaixo:

“When deciding whether to archive (or discard), the function of an archivist working in an organization dedicated to maintaining archives has become more wide-ranging, as the capacity to store information has, in turn, become more generally disseminated. Nevertheless, absent data and the “veracity” of present data are inherent to archival studies: a judgement will always have to be made about what will, or will not, be preserved and this has not changed with the advent of the internet” (Barros, 2016, p.611).

Tais discussões reforçam a inexistência de um “papel inocente” no processo de arquivamento. Há que se considerar, portanto, as decisões e os julgamentos feitos de maneira recorrente no processo de constituição de qualquer arquivo. Nesse sentido, cabe ressaltar que a noção de documento é ampliada na historiografia da história nova, deixando de ser considerado algo “objetivo” e “inocente”. Segundo Costa & Saraiva (2011, p.1765), “a própria ausência de documentos passa a ser significativa, pois elucida que esses são sempre produtos de uma sociedade que os fabricou conforme relações de forças e de poder”.

A importância das inscrições e do processo de delegação material na constituição de redes e de mobilização de atores encontra reforço no argumento de Nora (1989) ao defender que a memória moderna é, acima de tudo, constituída por materiais em arquivo:

“Modern memory is, above all, archival. It relies entirely on the materiality of the trace, the immediacy of the recording, the visibility of the image. [...] hence the obsession with the archive that marks our age, attempting at once to complete conservation of the present as well as the total preservation of the past” (Nora, 1989, p.13).

Ou seja, a ação à distância possibilitada pelos documentos gerados – incluindo aqueles cuja origem é a memória de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos - constituiu-se em uma fonte relevante na disseminação e compartilhamento de determinada configuração de atores-rede ou de versões de experiências ocorridas no *socio-past*.

Segundo Tureta (2011, p.72), “o centro de cálculo é o local, um laboratório ou organização, onde se podem reunir acontecimentos, lugares e pessoas que se pretende controlar para que ocorra a combinação das inscrições desses elementos e

o controle possa ser exercido”. Considera-se, portanto, um arquivo como um centro de cálculo por ser um local onde documentos são reunidos e organizados, possibilitando ao pesquisador acesso a informação relevante para investigar determinado fenômeno, identificar os atores envolvidos e a constituição de um ator-rede.

Deve-se ressaltar que documentos são inscrições ou materializações de algo inteligível que deixam rastros após seus deslocamentos, permitindo o mapeamento da rede-de-atores (Tureta, 2011). Segundo Durepos & Mills (2011), inscrições são exemplos de delegações materiais - quando uma atividade ou conhecimento de um elemento humano é delegado a um elemento não-humano – e por seu caráter durável e portátil/móvel são capazes de agir à distância com menor esforço quando comparado a um elemento humano.

Devido à capacidade de disseminar o conteúdo delegado sem alterações, os atores não-humanos delegados – como documentos, por exemplo – podem atrair, negociar e mobilizar demais atores, fortalecendo a configuração de determinado ator-rede e suas conexões com os demais. Portanto, quanto maior for a capacidade de ação à distância (pressupondo alinhamento entre seus elementos constituintes), maior será o poder e o controle exercidos por um ator-rede – uma história ou qualquer outro *black box*. Ao ser compartilhada, uma história se legitima e silencia versões alternativas podendo tornar-se a versão dominante de um fenômeno do *socio-past*.

2.3.6.

Processos de translação e o surgimento de histórias oficiais

Considerando que as etapas do processo de translação sejam bem-sucedidas, um ator-rede é formado. Caso haja um alinhamento extremo entre seus elementos constituintes, há a formação de um *black box*, nesse caso, uma versão possível da história resultante da ordenação dos traços deixados no *socio-past*.

Segundo Durepos (2009), uma história é disseminada e legitimada à medida que é reconhecida como plausível e compartilhada pelo coletivo, reforçando sua própria versão sobre o passado. Porém, dada a instabilidade inerente à configuração de um ator-rede – ainda que seus elementos estejam alinhados em um dado momento - pode-se afirmar que os processos de translação são contínuos e uma

história somente é dominante por ser negociada por diversos atores e disseminada de forma recorrente.

Tais negociações envolvem fatores políticos, culturais e sociais e ao não tornarem transparentes as conexões e movimentações sócio-políticas dos atores que resultaram na configuração e constituição de um *black box* como o Memorial da Resistência de São Paulo e a história associada à sua constituição, confere-se um caráter de neutralidade que, segundo os princípios da Teoria Ator-Rede História, não é possível.

Considerando-se que o conhecimento – do tempo passado (história) ou do presente - é produto de uma série de conexões estabelecidas por elementos heterogêneos e que os movimentos de translação envolvem negociações e disputas de interesses por diferentes atores, o resultado necessariamente tem um caráter político e parcial. A própria formação de um ator-rede pressupõe o alinhamento dos atores – mesmo que temporário - em torno de um objetivo proposto por algum desses atores (ator central), negociado e aceito pelos demais. Portanto, não há *uma única* verdade, não há *uma única* história, mas múltiplas versões possíveis, todas parciais, como destacado por Durepos (2009):

“ANTi-History assumes that *impartiality* in research represents an impossible attainment given that the situatedness of the historian or social scientist will invariably be at play in terms of guiding the choice of method used and the manner of representing *facts* and therefore will always *bias* results” (Durepos, 2009, p.159. Grifos da autora).

Dessa forma, quanto mais extensas e fortes forem as conexões constituintes de um *black box*, menor será sua instabilidade e maior será sua capacidade de legitimar-se como versão dominante, silenciando versões alternativas e tornando invisíveis as associações que culminaram em seu surgimento e constituição.

O processo de translação de uma história – e do reforço de sua posição oficial e dominante - pode ocorrer de duas maneiras, segundo Durepos (2009; Durepos & Mills, 2011): (i) a história, como um ator, envolve e mobiliza outros atores como aliados, que passam a aceitar esta versão ou leitura como legítima e, por consequência, enfraquecem versões alternativas e (ii) um ator-rede se utiliza de uma determinada história – ou interpretação e conhecimento do *socio-past* – e a mobiliza para fortalecer sua causa/objetivo e a rede da qual é elemento constituinte. Em

ambas alternativas, há o caráter político movido pelos interesses de um ator-rede, como destacado por Durepos & Mills (2011):

“It [ANTi-History] assumes that the process of constructing history can be understood through the *interest-driven* politics of actor-networks” (Durepos & Mills, 2011, p.715. Grifos dos autores)

2.3.8. Encerramento da Seção

Segundo Durepos (2009, p.159) um dos objetivos da Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTi-History*) é “desprivilegiar verdades universais em favor de interpretações plurais do social”.

A partir da premissa de que todo conhecimento sobre o passado é coletivo, parcial e distribuído através de uma rede de conexões de elementos heterogêneos (Durepos, 2009), a construção do conhecimento comunitário *per se* ocorre através de movimentações sócio-políticas de negociação, atração de interesses e translação de atores-rede. Em outras palavras, ocorre por meio das relações e associações de múltiplos atores e não somente de um indivíduo, como ressaltado por Durepos (2009):

“Communal historical knowledge implies that the act of *knowing the past* cannot be understood as cognitive or embedded within one individual mind but instead must be understood as dispersed, distributed, and shared throughout a collective of situated actors” (Durepos, 2009, p.167. Grifos da autora).

Portanto, pode-se argumentar que o conhecimento é sempre parcial, situado e posicionado, sendo influenciado pelas circunstâncias e contexto em que é constituído. A determinação da validade e legitimidade de certo conhecimento do *socio-past* e as histórias que emergem a partir das movimentações de seus atores-rede é influenciada por fatores políticos e culturais. Algumas histórias são reconhecidas, legitimadas e reforçadas através de inscrições, tornando-se oficiais para aquela sociedade (ou pelo menos para a maioria desta), enquanto outras permanecem alternativas e subterrâneas.

Dessa forma, a simplificação do processo de formação de uma organização, na configuração de um *black box*, esconde a influência de fatores políticos e das relações negociadas e estabelecidas que possibilitaram sua constituição, deixando-as subterrâneas e invisíveis aos olhos de outras entidades. A adoção da teórico-

metodologia Teoria Ator-Rede Histórica (*ANTI-History*) permite que tais relações e complexidades sejam trazidas à tona - no presente estudo busca-se dar transparência ao processo de constituição do *black box* Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) e sua história -, como salienta Durepos (2009):

“The final point concerning the method of ANTi-History pertains to ensuring that the (re) assembly of a socio-past is performed transparently. [...] This means that histories must render transparent the socio-politics of the actor-networks that were involved in the constitution of the history” (Durepos, 2009, p.183).

Devido ao caráter emancipatório e simétrico da *ANTI-History* assume-se como premissa a pluralidade de histórias emergentes no *socio-past*, geradas através de distintas ordenações e movimentos de translação executados pelos atores-rede envolvidos no processo. Em outras palavras, as vozes oficiais ou versões/histórias/memórias dominantes não são privilegiadas ou alçadas ao posto de arautos da verdade segundo essa abordagem. O caráter crítico da *ANTI-History* reconhece outras possibilidades de ordenação dos atores envolvidos, portanto, novas interpretações e/ou distintas vozes sendo ouvidas na elaboração de histórias – ou conhecimento do *socio-past*, pluralizando narrativas possíveis, como destacado por Durepos (2009):

“Pluralizing history provides the potential for liberating actors from interpretations of the past that constrain or disenfranchise their interpretations of the past and allows them to find comfort in their emergent shared interpretations” (Durepos, 2009, p.170).

Para o presente estudo, entender a constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) enquanto *black box*, por meio da abordagem *ANTI-History*, possibilita primeiramente o reconhecimento da pluralidade de versões possíveis de histórias da formação desta organização, bem como a multiplicidade de atores envolvidos e negociações, mas também a contribuição que o MRSP traz como um lugar de memória que combate o esquecimento e o silenciamento das violações dos Direitos Humanos cometidas no edifício enquanto abrigava o DEOPS/SP. A memória, ou a história que emerge por meio do conhecimento do *socio-past*, oferece a rica possibilidade de reflexão e transformação das gerações futuras.

2.4.

Memória e os Estudos Organizacionais

2.4.1.

Introdução

Os Estudos de Memória – *Memory Studies* – apresentam um campo amplo e fértil de conceitos e taxonomias nem sempre convergentes e homogêneos, constituído por meio de aportes de várias áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, História, Literatura – mas não limitado a estas - conforme ressaltado nos artigos de Rowlinson et al. (2010) e de Roediger & Wertsch (2008).

O reconhecimento da relevância dos estudos de memória nessas diversas áreas do conhecimento, bem como a multiplicidade de premissas, conceitos e *backgrounds* assumidos por diferentes pesquisadores sobre o tema resultaram na criação do periódico *Memory Studies* em janeiro de 2008. O periódico defende uma discussão aberta e cautelosa sobre os conceitos adotados em diversos estudos e ressalta os desafios da interdisciplinaridade para a sistematização e melhoria das bases metodológicas do campo Estudos de Memória, como destacado por Roediger & Wertsch (2008):

“The founding of this new journal [Memory Studies] recognizes the emerging field of memory studies, one that draws on a range of disciplinary traditions to examine the forms and functions of representing the past. The concept of memory is used by scholars in many different disciplines and in a multitude of senses. On the one hand, interest and excitement about memory can provide a unifying theme, as exemplified in this journal, but on the other hand, the bewildering diversity of uses of the term may lead to miscommunication and frustration” (Roediger & Wertsch, 2008, p.9).

Inicialmente associados a contextos de aprendizagem organizacional e adaptação a mudanças em uma abordagem denominada *Organizational Memory Studies (OMS)*, os benefícios dos Estudos de Memória para a área de Estudos Organizacionais não eram unanimidade entre estudiosos da academia. Considerada utilitarista, a abordagem *Organizational Memory Studies (OMS)* foi criticada por adotar um modelo mecanicista onde as memórias seriam “recuperadas” sem que o processo de recordação e a complexidade de emoções envolvidas fossem levados em consideração. Afastando-se desta visão inerte e processual, desenvolve-se o

campo *Social Memory Studies (SMS)*, que passa a defender a construção social da memória como algo mais fluido e dinâmico que pode ser reestruturado de acordo com a agenda sócio-política de determinados atores no tempo presente ao recordar algo do passado.

Não é objetivo da presente dissertação aprofundar a discussão sobre os diferentes tipos de memórias e seus estudos em várias áreas de conhecimento, mas sim, traçar um breve caminho sobre o campo de Estudos de Memória na área de Estudos Organizacionais – através das abordagens *Organizational Memory Studies (OMS)* e *Social Memory Studies (SMS)* -, bem como conceitos, premissas e relevância para a investigação de fenômenos sociais e suas memórias - dominantes ou silenciadas - dentro das organizações.

2.4.2. Organizational Memory Studies (OMS)

Considerada *mainstream* e hegemônica na área de Estudos Organizacionais em Administração, a abordagem *Organizational Memory Studies (OMS)* é caracterizada pela adoção de modelos de cunho produtivista e empirista e por uma busca incessante de relações mensuráveis entre tipos de memórias e variáveis estratégicas e/ou econômicas das organizações.

Apontada como marco inicial, a pesquisa sobre memória organizacional desenvolvida por James P. Walsh e Gerardo Rivera Ungson em 1991 propôs um modelo utilitarista e estático de “conhecimento armazenado” que foi seguido por outros estudiosos com ênfase em pesquisas sobre rotinas, sistemas de informação e redes sociais, tais como Cohen & Bacdayan (1994), Stein (1995), Huber, Davenport & King (1998), Moorman & Miner (1998), Cross & Baird (2000), Olivera (2000), entre outros (Feldman & Feldman, 2006; Nissley & Casey, 2002).

De acordo com Walsh & Ungson (1991, p.61), pode-se considerar a memória organizacional como uma “informação armazenada a partir da história da organização que pode ser trazida para suportar decisões no presente” (“*In its most basic sense, organizational memory refers to stored information from an organization’s history that can be brought to bear on present decisions*”).

De maneira simplificada, o conceito proposto pelos autores defende a estruturação das informações recebidas e processadas em compartimentos de

armazenagem (“*storage bins*” or “*retention facilities*”), sendo cinco internos e um externo à organização. A partir da combinação do que é armazenado nos seis compartimentos e das informações adquiridas pelos indivíduos, a informação requerida pode ser recuperada, conforme indicado na Figura 3 abaixo:

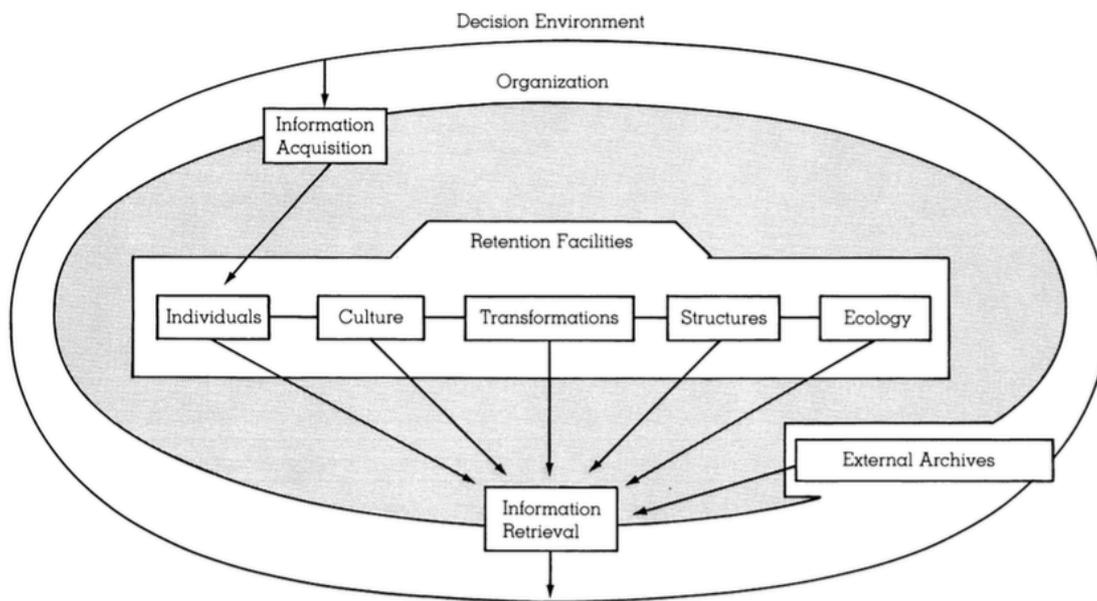


Figura 3: A estrutura da memória organizacional segundo Walsh & Ungson (1991, p.64).

Dentre os cinco compartimentos internos de armazenagem (“*Individuals*”, “*Culture*”, “*Transformations*”, “*Structures*”, “*Ecology*”), vale ressaltar o que trata do papel dos indivíduos no processo de aquisição e recuperação das memórias organizacionais. Walsh & Ungson (1991) ressaltam que, ainda que a interpretação e a retenção de informações estejam relacionadas primariamente aos indivíduos – de maneira similar à memória –, a coerência dos processos de solução de problemas e tomada de decisão de uma organização somente é possível devido ao compartilhamento de informações através das relações entre os indivíduos.

Em outras palavras, o “sistema interpretativo organizacional” transborda e extrapola o nível individual ao compartilhar informações entre os indivíduos e armazenar interpretações sobre o passado em sistemas e artefatos – não somente na mente de pessoas. A memória organizacional é, portanto, um construto nos níveis individual e organizacional, como ressaltado por estes autores nos trechos abaixo:

“In general, an organization may exist independent of particular individuals, but it should be recognized that individuals acquire information in problem-solving and decision-making activities. [...] However, interpretations of problems and solutions vary with individuals. The thread of coherence that characterizes organizational interpretations is made possible by the sharing of interpretations” (Walsh & Ungson, 1991, p.61).

“[...] the retention of organizational memory is not just an individual-level phenomenon, but can apply to a supraindividual collectivity as well through a process of sharing” (Walsh & Ungson, 1991, p.68).

Segundo Rowlinson et al. (2010), o *OMS* é limitado por seu caráter presentista e utilitarista no uso da memória para tomada de decisão, gestão do conhecimento e performance gerencial dentro das organizações, além de não considerar os contextos social e histórico dos quais a memória é recuperada. Os autores argumentam que os modelos mecânicos - nos quais a memória é associada a um compartimento de armazenamento conforme defendido por Walsh & Ungson (1991) – e a metodologia individualista adotados por pesquisadores do *OMS* restringem os estudos da memória. Ao adotar tal modelo, a memória organizacional passa a ser conceituada como uma coletânea de memórias individualizadas dos membros da organização e declarada pelos pesquisadores contrários à *OMS* como uma série de memórias “coletadas” e não memórias coletivas, sendo esta uma das principais críticas à *OMS*.

De acordo com os princípios do *OMS*, as memórias seriam, portanto, *recuperadas* de maneira quase processual, como um documento dentro de um arquivo, sem que a própria experiência subjetiva da recordação daquela memória em particular fosse levada em consideração. Em outras palavras, os sentidos trazidos por essa recordação do passado para o indivíduo no tempo presente estariam fora do campo de análise.

2.4.3.

Para além da Organizational Memory Studies (OMS)

Uma das principais críticas ao *Organizational Memory Studies*, *mainstream* do *Memory Studies* nos Estudos Organizacionais, é seu caráter presentista e produtivista, que restringe, ou até mesmo simplifica, as possibilidades de emprego da memória organizacional (Feldman & Feldman, 2006; Rowlinson et al., 2010),

direcionando-a somente para a tomada de decisão no presente, conforme ressaltado por Rowlinson et al. (2010):

“As a result, Walsh and Ungson remain locked into a view of organizations focused on the needs of the moment. They do not recognize that recollection, or imaginative reconstruction of the past, represents much more than merely a functional aid for decision making in the present” (Rowlinson et al., 2010, p.76).

Embora Walsh & Ungson (1991) tenham reconhecido as organizações como sistemas interpretativos, cujos significados são desenvolvidos e sustentados por meio de trocas e interações sociais com o ambiente - como destacado na Figura 3 - a imagem da memória organizacional como um repositório estático e processual continuou sendo associada ao modelo proposto por estes pesquisadores e, conseqüentemente, à linha epistemológica e ontológica do *OMS*.

O modelo mecanicista, e suas metáforas de memórias como repositórios ou arquivos que podem ser recuperados de forma racional, foi criticado por não contemplar a complexidade das associações feitas pelos indivíduos. Ou seja, na abordagem *OMS* não são considerados o contexto mais amplo no qual as memórias são recuperadas ou as emoções envolvidas no processo de recordação de experiências e eventos do passado pelos indivíduos, como destacado por Feldman & Feldman (2006):

“The main limitation of computer and biological metaphors is that they assume that the search for information is a rational process by a memory-free ego, stimulated by functional needs in the current situation” (Feldman & Feldman, 2006, p.868).

De forma alternativa, Nissley & Casey (2002) defendem uma abordagem distinta para a memória organizacional, afastando-a da visão inerte e processual de um compartimento de armazenagem para algo mais fluido, dinâmico e socialmente construído. Segundo os autores, museus corporativos podem ser enquadrados como locais de memória organizacional, como uma ferramenta gerencial, alinhada, portanto, aos interesses de um grupo dominante, cujas vozes sobrepõem outras silenciadas ou esquecidas no processo. Nissley & Casey (2002) vão adiante e extrapolam tal afirmação ao argumentar que sendo museus corporativos uma expressão da memória organizacional, a memória organizacional em si também apresenta um viés político. No entanto, tais argumentos também sofreram críticas de pesquisadores como Rowlinson et al. (2010), que continuaram a reconhecer a lente produtivista e utilitarista do paradigma dominante do *OMS* nos conceitos

propostos, onde a memória organizacional seria empregada estrategicamente em museus corporativos como instrumento para construção da identidade e imagem organizacionais planejadas pelos seus executivos.

Independente das críticas sofridas, é possível observar e destacar algumas das principais contribuições de Nissley & Casey. Especificamente no artigo “*The politics of the exhibition: viewing corporate museums through the paradigmatic lens of Organizational Memory*” de 2002, os autores destacam: (i) o afastamento do conceito de memória organizacional estática sugerido por Walsh & Ungson (1991), (ii) a defesa de museus corporativos como entidades que vão além de meros repositórios de artefatos para algo mais amplo, relevante e estratégico dentro de um contexto que envolve a agenda e as decisões políticas de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) – afirmativa extrapolada para a memória organizacional, (iii) a construção social de histórias interpretadas por cada ator - entre eles, os visitantes - ratifica a multiplicidade de versões possíveis e a inexistência de uma verdade única e absoluta e, por fim, (iv) o cunho político existente, intrínseco e indissociável na elaboração de espaços de memória através de políticas de lembrança e de esquecimento.

Feldman & Feldman (2006), por sua vez, sugerem que uma perspectiva crítica não deve se limitar à uma simples rejeição ao cunho presentista e utilitarista do *OMS* e sua adoção como ferramenta estratégica para tomada de decisão, mas sim fomentar novos questionamentos e discursos emancipatórios dentro das práticas organizacionais e estabelecer a ética como uma das principais questões dentro das organizações. Os autores propõem conceitos para os Estudos de Memória que estabelecem a recordação em si como um processo e uma prática e a organização como uma entidade socialmente construída e resultante do que executa, ou seja, dentro de uma perspectiva centrada na prática. Defendem também o conceito de *organizational remembering* no lugar de *organizational memory*, indicando a fluidez, o dinamismo e a relação entre os elementos constituintes do processo de construção contínua de sentido e de memória nas organizações (Feldman & Feldman, 2006).

Outro ponto criticado do *Organizational Memory Studies* faz referência à excessiva preocupação de Walsh & Ungson (1991) com a precisão e acuracidade da história, tarefa vista com ceticismo por outros pesquisadores de acordo com Rowlinson et al. (2010, p.79). Chamada de “ingênua”, tal preocupação pressupõe

que dada percepção, relato ou recordação de uma experiência do passado poderia ser “congelada” e “armazenada” em diferentes compartimentos – conforme as premissas do modelo mecanicista proposto. Tais expectativas de imobilidade, inércia e estabilidade de entidades na sociedade são contrárias aos princípios do paradigma construtivista social haja vista que a constituição da realidade, de histórias e de memórias, por exemplo, é feita de forma recorrente e relacional, sofrendo continuamente mudanças, como destacado por Rowlinson et al. (2010):

“The methodological individualism that is prevalent in OMS makes it difficult to engage with the rapidly expanding sociological and historical literature in social memory studies, where a more social constructionist approach to ‘collective memory’ is generally favoured” (Rowlinson et al., 2010, p.69).

Por fim, o modelo mecanicista, bem como o direcionamento exclusivo dos estudos da memória como ferramenta estratégica para tomada de decisão, aprendizagem organizacional, aumento de produtividade e eficiência das organizações (Feldman & Feldman, 2006; Walsh & Ungson, 1991) foram alvos de diversas críticas, que embora heterogêneas e fragmentadas, impulsionaram pesquisadores para elaboração de outras abordagens nos Estudos de Memória. Tal direcionamento na abordagem de Walsh & Ungson (1991) – e por consequência o de diversos pesquisadores que seguiram o mesmo conceito dentro da abordagem *OMS* – é ressaltada por Rowlinson et al. (2010) no trecho abaixo:

“Overall Walsh and Ungson retain a functional managerialist view of organizational memory as a process of information retrieval that can aid decision making, rather than asking about the meaning of memory for organization members” (Rowlinson et al., 2010, p.75).

2.4.4. Social Memory Studies (SMS)

Por meio de uma abordagem mais coletiva e com a adoção de uma lente construtivista social, o movimento *Social Memory Studies (SMS)* defende que a organização constrói a sua memória através de narrativas, ritos e símbolos, cujo foco está na memória coletiva e não mais nas memórias individuais agrupadas sem contextualização – ou memórias coletadas. Há uma rejeição à abordagem da psicologia com o subjetivismo inerente à mente dos indivíduos.

Com base em pesquisas no campo de *Social Memory Studies*, Rowlinson et al. (2010) creditam a introdução do conceito de memória coletiva na contemporaneidade ao sociólogo francês Maurice Halbwachs [1877-1945] - como destacado no trecho abaixo - e corroboram tal argumento com pesquisas de estudiosos mais contemporâneos como Barbara Misztal, Jeffrey Olick, Joyce Robbins e Eviatar Zerubavel.

“Social Memory Studies derived from Halbwachs (1992) are therefore partly defined by a rejection of ‘an individual-psychological approach to memory’ (Rowlinson et al., 2010, p.72).

Para a presente pesquisa será adotada a definição geral proposta por Olick & Robbins (1998, p.112), que define o campo do *Social Memory Studies* como “*a general rubric for inquiry into the varieties of forms through which we are shaped by the past, conscious or unconscious, public and private, material and communicative, consensual and challenged*”. É possível observar nesta definição o caráter dinâmico, processual, maleável, espontâneo e, por vezes, não consciente, da memória que antagoniza com os modelos utilitaristas, racionais e funcionalistas defendidos por pesquisadores como Walsh & Ungson (1991) no *OMS*, como destacado por Pollak (1992) no trecho abaixo (conferência transcrita e traduzida por Monique Augras):

“A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são em função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p.204).

O artigo de Olick & Robbins (1998, p.106) “*Social Memory Studies: From ‘Collective Memory’ to the Historical Sociology of Mnemonic Practices*”, publicado no periódico “*Annual Review of Sociology*”, reitera que a multiplicidade de conceitos dentro das mais variadas áreas de conhecimento e contextos conferem um caráter multidisciplinar ou como destacado pelos autores: “*nonparadigmatic*”, “*transdisciplinary*” e “*centerless*” à abordagem *Social Memory Studies*. Os autores se propõem a “remediar a relativa desorganização” do campo ao cobrir as variadas definições, a história dos estudos da memória e elencar bases para pesquisas futuras. Dentre outros tópicos do artigo, cabe ressaltar as delimitações do campo *Social Memory Studies*, entre elas, a sua relação com a historiografia quando Olick &

Robbins (1998) declaram o posicionamento de Halbwachs de que a “História é memória morta”, ou seja, uma forma de “preservar o passado com o qual não temos mais uma relação experimental ‘orgânica’ ” – o que, em hipótese alguma na opinião da autora desta pesquisa, permite prescindir da História nos Estudos Organizacionais.

Dez anos mais tarde, Olick (2008) resgata o caminho percorrido nos Estudos de Memória no artigo intitulado “‘*Collective memory*’: a memoir and prospect”, publicado no 1º volume do periódico “*Memory Studies*”, ressaltando a importância da interdisciplinaridade entre os campos de conhecimento para o desenvolvimento do *Social Memory Studies*, bem como o crescimento significativo de literatura disponível, conferências e edições especiais de periódicos sobre “memórias coletivas” observados nesse período. Além disso, Olick (2008) também compara o contexto da produção acadêmica nos Estudos de Memória no período de dez anos (2008 vs. 1998), sendo o marco de 1998 o ano do artigo desenvolvido por ele em parceria com Robbins (já citado previamente) – e menciona, entre outros tópicos, a dificuldade do idioma – considerando os autores franceses que não haviam sido traduzidos para o inglês ou traduções equivocadas – e até mesmo a divergência entre os pesquisadores da área acerca da definição e seleção de artigos seminais para discussão e alinhamento de conceitos, apontando-os como obstáculos para o desenvolvimento, expansão e aprofundamento da pesquisa no campo.

Cabe ressaltar a discussão sobre o limite entre memória e historiografia, que gerou muitas críticas a respeito da potencial seletividade da primeira e da reivindicação de verdade da última. Estudiosos pós-modernos derivaram tal embate para a discussão da dualidade conhecimento/interpretação e argumentaram que a História é escrita por indivíduos – com suas próprias agendas e interesses – e que a seleção e interpretação das fontes empregadas é sempre arbitrária (Kansteiner, 2002; Olick & Robbins, 1998). Dessa forma, considerando-se tal aspecto, a oposição entre memória e história poderia ser suavizada ao reconhecer a existência de uma tensão necessária entre o que é lembrado através das memórias e o que é reinterpretado do passado pelas lentes da historiografia, que podem ser, por vezes, antagônicos. Em outras palavras, tanto na memória quanto na história há que se considerar a existência de um processo de seleção, interpretação e distorção, que pode ocorrer de forma consciente ou não (Kansteiner, 2002). Olick & Robbins

(1998) também suavizam o potencial dualismo entre memória e história ao afirmar que “a história é o passado que lembramos”, como indicado abaixo:

“History is the remembered past to which we no longer have an “organic” relation – the past that is no longer an important part of our lives – while collective memory is the active past that forms our identities. Memory inevitably gives way to history as we lose touch with our pasts” (Olick & Robbins, 1998, p.111).

Olick & Robbins (1998) e Olick (1999) argumentam que, segundo Halbwachs, memória é uma questão de como as mentes trabalham em conjunto em uma sociedade e como seus processos são estruturados por arranjos sociais e não somente mediados por eles. Ou seja, seria impossível que indivíduos se lembrem de forma coerente fora do contexto do grupo ao qual pertencem. É neste sentido que a memória é um fenômeno social construído coletivamente, portanto, sujeito a mudanças e flutuações constantes (Pollak, 1992). Mena et al. (2016) ressaltam que as memórias podem ser recordadas ou esquecidas e reforçam o papel ativo que alguns atores dentro de uma comunidade adotam na disseminação de determinada versão segundo suas próprias agendas no presente. Em outras palavras, os traços mnemônicos de um evento no passado podem ser recordados ou até mesmo reconfigurados ou reestruturados de acordo com os interesses políticos de determinados atores, o que reforça sua maleabilidade e fluidez.

Kansteiner (2002), por sua vez, declara que a memória coletiva é resultante da interação de três tipos de fatores históricos: as tradições intelectuais e culturais que emolduram a representação do passado, os “construtores” de memória, que selecionam algumas em detrimento de outras e manipulam estas tradições e, por fim, os “consumidores” da memória, que as usam, ignoram ou transformam segundo seus interesses particulares. Ou seja, é um fenômeno ao mesmo tempo coletivo e individual, pois suas manifestações ocorrem por meio de ações de indivíduos, como destacado no trecho abaixo:

“Collective memory is not history, though it is sometimes made from similar material. It is a collective phenomenon but it only manifests itself in the actions and statements of individuals [...] It is as much a result of conscious manipulation as unconscious absorption and it is always mediated” (Kansteiner, 2002, p.180).

De forma análoga, Pollak (1992, p.201) defende a constituição da memória – individual ou coletiva - baseada em três elementos: acontecimentos (vividos

pessoalmente ou “por tabela” pelo grupo ao qual o indivíduo pertence), pessoas ou personagens (pertencentes ou não ao espaço-tempo do indivíduo) e lugares (conhecidos de forma direta ou indireta pelo indivíduo).

Tais definições corroboram a seletividade e a interpretação de experiências, eventos ou narrativas inerentes às memórias coletivas – dominantes ou não – dentro de uma sociedade. “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p.203). Além disso, torna-se evidente o seguinte paradoxo: apesar de ser um fenômeno coletivo, se manifesta somente através das ações e das declarações de indivíduos. Em outras palavras, a memória coletiva não reflete simplesmente experiências do passado – de maneira acurada ou não -, mas também tem função orientacionista para as comunidades e grupos que a compartilham (Olick & Robbins, 1998). A seletividade e o compartilhamento – ou silenciamento – de versões da história refletem, portanto, as movimentações sócio-políticas de grupos de uma sociedade, como destacam Durepos & Mills (2011) e Kansteiner (2002):

“Hegemonic histories act to continuously instill a version of a history that is favourable to a dominant group and thus acts in silencing alternative interpretations” (Durepos & Mills, 2011, p.716).

“Collective memories originate from shared communications about the meaning of the past that are anchored in the life-worlds of individuals who partake in the communal life of the respective collective. As such, collective memories are based in a society and its inventory of signs and symbols” (Kansteiner, 2002, p.188).

A multiplicidade de definições e conceitos de memória coletiva levou alguns pesquisadores, entre eles historiadores, a adotarem o conceito de “memória cultural” em seu lugar (Kansteiner, 2002; Olick & Robbins, 1998). Além disso, a ausência de sinalizações ou fronteiras claras entre os conceitos de memórias coletadas e memórias coletivas é criticada por alguns pesquisadores, como Kansteiner (2002), sendo alvo de intensos debates conforme a literatura consultada. O objetivo desta seção do Referencial Teórico, longe de esgotar e expor todas as discussões a respeito do tema, foi reforçar algumas características da memória, tais como a maleabilidade - dentro de certos limites - (Olick & Robbins, 1998), o dinamismo, o caráter político e a multiplicidade de versões - que a afasta de um potencial rótulo de verdade absoluta – e ressaltar a interpretação polissêmica do passado. A contestação da memória é parte do processo de construção social e a

luta pela interpretação e compartilhamento de determinada memória - para que a mesma se torne dominante - se baseia em uma série de conflitos e interações de interesses de cunho político, social e cultural de um grupo de indivíduos.

Nesse sentido, Rowlinson et al. (2010) reforçam o processo de construção social da memória e argumentam que pessoas são contadoras de histórias por natureza. Ou seja, pensar e falar sobre experiências passadas, não só as ajuda a compreender e entender melhor seu passado, mas também modifica a probabilidade de uma experiência ser recordada no futuro, como destacam Costa & Saraiva (2011):

“Pensar o tema memória permite refletir sobre a ideia de que nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro, uma vez que exprime um sistema de atribuição de valores. Isto significa que a memória torna possível uma (re) elaboração do mundo, transformando e sustentando realidades existentes” [...] (Costa & Saraiva, 2011, p.1761).

Considerado herdeiro de Halbwachs, Pierre Nora, historiador francês, observa a passagem de memória para história - à medida em que a relação viva com o passado se perde - com viés claramente político e de forma ainda mais dramática e irreversível do que Halbwachs (Olick & Robbins, 1998). Para Nora (1989), a memória na sociedade moderna apoia-se na materialização dos traços do passado, seja através de imagens, documentos ou gravações. Sendo assim, o acesso à memória é privilegiado a partir do exterior ao invés do interior de modo urgente e “obsessivo”. Membro da terceira geração da *École des Annales* - movimento de renovação da historiografia francesa - que influenciou fortemente os estudos históricos na contemporaneidade -, Nora tornou-se referência como historiador da memória com a identificação e a análise de lugares de memória (Neves, 2014), tema a ser abordado no tópico 2.5.

2.4.5. Encerramento da seção

De acordo com a literatura consultada, a comunidade acadêmica tem investigado o emprego dos Estudos de Memória no campo dos Estudos Organizacionais, seus usos - indevidos ou não - e as relações de poder intrínsecas ao que se configura como uma memória dominante ou silenciada, bem como o papel que desempenha dentro das organizações e consequentes impactos na

sociedade. Tal seletividade de retenção e recuperação de informações é destacada por Walsh & Ungson (1991) abaixo:

“[...] individuals and groups can manage information to acquire power; once in power, they can selectively retain and retrieve information to consolidate it. By actively managing what information is acquired, retained, and retrieved, people in power can maintain, if not enhance, their standing in ways that correspond to their beliefs and ideology” (Walsh & Ungson, 1991, p.77).

Distanciando-se do caráter utilitarista da abordagem *OMS* e adotando uma visão mais ampla da memória no *SMS*, percebe-se o conceito da memória coletiva socialmente construída, plural, maleável, mutável e de viés intrinsecamente político que reforça a multiplicidade de interpretações e versões de experiências do passado compartilhados por um grupo. Quanto maior o poder do grupo que a corrobora, maior será a sua disseminação e capacidade de ação à distância na sociedade em que está inserida, portanto mais chances de se tornar uma memória dominante, como ressaltado por Olick (1999) no trecho abaixo:

“Halbwachs reminds that it is only individuals who remember, even if they do much of this remembering together. Group memberships provide the materials for memory and prod the individual into recalling particular events into forgetting others. Groups can even produce memories in individuals of events that they never “experienced” in any direct sense” (Olick, 1999, p.335).

Deve-se ressaltar as relações de poder subjacentes a qualquer movimento de memória, pois o compartilhamento – recuperação, difusão e conseqüente reforço de posição – ou o esquecimento de determinadas interpretações do passado estão alinhados aos objetivos de um grupo dominante, que definirá conforme sua própria agenda e interesses, se essa versão da história será corroborada ou enterrada. Há, portanto, uma intencionalidade associada ao que será “resgatado” e que deve ser analisada cuidadosamente por meio de uma lente crítica (Costa & Saraiva, 2011). O esquecimento seletivo, intencional – e, por vezes, estratégico - de memórias ou a reestruturação/reconstrução de memórias é também apontado por Nissley & Casey (2002) e Mena et al. (2016) nos trechos a seguir:

“Strategic forgetting is often an organized, active process of excluding certain artefacts and memories from an organization’s story. By selecting what is not remembered, or what is forgotten, an organization can control what story will be remembered. Consciously or unconsciously, organizations can forget part of their history” (Nissley & Casey, 2002, p.42).

“Hence, some members of a mnemonic community, with an interest in a specific version of the past, act with different levels of intentionality to reconfigure and reconstruct preceding events” (Mena et al., 2016, p.724)

“Collective memory, therefore, should be conceptualized as ‘a highly selective process which oscillates between remembering and forgetting’” (Mena et al., 2016, p.724).

Cabe resgatar e ratificar o argumento de Costa & Saraiva (2011, p.1761) de que “nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro”, pois há valores atribuídos pelos indivíduos com todas suas idiossincrasias e posicionamentos social e político. Em outras palavras, as relações de poder são intrínsecas ao movimento das memórias nas organizações e na sociedade e “não há nada de objetivo ou neutro em qualquer coisa produzida pelos homens, principalmente sua memória” (Costa & Saraiva, 2011, p.1771).

Nesse aspecto, há que se reconhecer a relevante disputa de poder inerente à principal memória coletiva, que é a memória nacional. Por ser um fenômeno construído em nível social e individual, de forma consciente ou não, a memória nacional é altamente disputada e negociada e produz referências – ou limita quadros de referência - para diversos grupos, sendo um dos principais elementos identitários em uma sociedade (Pollak, 1989; 1992). Sendo assim, “a memória quando, quando formalizada, torna possível uma (re) elaboração do mundo, transformando e sustentando realidades existentes” (Costa & Saraiva, 2011, p.1763).

Por fim, o uso de informações ou interpretações do passado no tempo presente deve ser feito de maneira reflexiva e cuidadosa, evitando prescrições ou predições que poderiam restringir o quadro de análise e turvar a visão do indivíduo – ou grupo de indivíduos - que as recupera, tornando a aplicação de tais memórias e histórias do passado inócua ou até mesmo maléfica.

2.5. Lugares de Memória de Resistência

2.5.1. Lugares de Memória

Segundo Margarida de Souza Neves (2014), autora do capítulo sobre Pierre Nora no livro “Os historiadores: clássicos da história, vol. 3”, a definição de Nora para lugares de memória é uma conjunção de três sentidos de “lugar”: (*i*) um lugar

tangível, sendo físico e dotado de materialidade ou não, mas que é sempre possível de ser apreendido sensorialmente, (ii) um lugar funcional cuja finalidade é construir a memória e (iii) um lugar simbólico que reforça “características emblemáticas da memória”, sua identidade. Desenvolvido inicialmente dentro do contexto francês, Nora posteriormente admite a utilização dos conceitos de lugares de memória para cenários de outros países (Neves, 2014, p.211).

As três dimensões da palavra “lugar” sempre coexistem, ou seja, os sentidos material, simbólico e funcional estão presentes simultaneamente, ainda que à primeira vista somente um dos sentidos sobressaia. Os lugares são, portanto, “híbridos” e “mutáveis”, como destacado por Nora (1989) abaixo:

“The *lieux* we speak of, then, are mixed, hybrid, mutant, bound intimately with life and death, with time and eternity; enveloped in a Möbius strip of the collective and the individual, the sacred and the profane, the immutable and the mobile” (Nora, 1989, p.19).

Nora (1989) reforça tal argumento por meio de exemplos de lugares, tais como, arquivos, testamentos, minutos de silêncio ou uma reunião de veteranos e defende que em todos os três sentidos estão presentes, ainda que um seja mais percebido que os demais. Outro exemplo dado por Nora é o da geração histórica, que tem o sentido material - baseado na demografia -, funcional – já que as memórias são cristalizadas e transmitidas entre gerações – e simbólico – pois os eventos e experiências de um grupo menor são compartilhados para grupos maiores que não vivenciaram tais situações (Nora, 1989).

De acordo com esse argumento de Nora, os lugares de memória pertencem simultaneamente aos campos da memória e da história, pois mantêm o dinamismo da memória construída socialmente de forma contínua e presente pelos indivíduos – um elo em constante mutação com o passado - dentro do contexto de um lugar tangível que representa o passado. O lugar de memória é a “memória cristalizada” (Nora, 1989, p.7).

Segundo Neves (2014), a dualidade entre memória e história defendida por Nora seria a condição necessária para entendimento dos conceitos de lugares de memória propostos pelo historiador. Dessa forma, enquanto a *memória verdadeira* é considerada “um fenômeno sempre atual, um laço vivido no eterno presente”, “afetiva”, “mágica” e algo que “instala a lembrança no solo do sagrado”, a *memória*

alcançada pela história é uma “representação do passado”, como ressaltado pela autora no trecho abaixo:

“Os lugares de memória apresentam para Nora a particularidade de pertencerem, ao mesmo tempo, ‘ao domínio da memória e ao da história’ e realizarem assim a proeza de constituir-se na evidência empírica de que, em nosso tempo, a memória foi definitivamente ‘alcançada pela história’. Por essa razão, seus *lugares de memória* postulam, na perspectiva do autor, ‘uma outra história’” (Neves, 2014, p.208. Grifos da autora).

Prost (2000) também resalta a diferença entre história e memória, associando esta última à emoção, como se fosse um “convite à coletividade” feito por um determinado grupo social para compartilhamento de um sentimento, seja ele de indignação ou de luto, por exemplo. Ao passo que a história é racional, está “ao lado do conhecimento” o que pode gerar um potencial antagonismo entre as duas, como destacado abaixo:

“A procura pela memória comporta sempre uma dimensão afetiva: aquilo que se passou, cuja memória deve ser guardada, é seguidamente uma provação, um drama, uma tragédia. As cicatrizes não estão totalmente fechadas e a ferida permanece viva. Evocar então um direito de memória é convidar toda a coletividade a compartilhar uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transformá-la em resolução. [...] uma certa emoção é então requisitada. A história está do lado do conhecimento, do saber; ela é um colocar-se a distância, racionalização, vontade de compreender e de explicar. Isso nem sempre é compatível com a memória viva” (Prost, 2000, p.11).

Nora (1989, p.8-9) reforça a distinção entre memória e história e argumenta que “longe de serem sinônimos” se encontram em “fundamental oposição”. Dessa forma, a memória seria espontânea, múltipla, plural, em constante evolução e “vulnerável a manipulações e apropriações”, ao contrário da história, que “desaloja o sagrado, e torna tudo prosaico”. A memória é considerada, então, como algo “perpetuamente atual” e, devido ao seu caráter “afetivo” e “mágico”, “somente acomoda aquilo que lhe é conveniente”, ao passo que a história exige análise e criticismo, como ressaltado por Nora (1989) em seguida:

“Memory takes root in the concrete, in spaces, gestures, images, and objects; history binds itself strictly to temporal continuities, to progressions and to relations between things. Memory is absolute, while history can only conceive the relative” (Nora, 1989, p.9).

A “memória se torna ‘sempre suspeita para a história, cuja missão verdadeira é destruí-la e rechaçá-la’, enquanto que ‘no coração da história trabalha um

criticismo destruidor da memória espontânea' ”. A memória seria, portanto, absoluta e sagrada dentro do grupo que a constituiu e a história, relativa, profana e pertencente a todos, seria marcada por um discurso crítico ao da memória. Dessa forma, a “memória verdadeira” é espontânea e livre ao passo que a “memória transformada pela sua passagem pela história” ou a “memória alcançada pela história” (Neves, 2014, p.208-209) é deliberada e voluntária. A tensão entre a liberdade da memória espontânea e a necessidade de uma comemoração “vigilante” como pilar para a construção e manutenção da identidade de um grupo ou sociedade sob risco do desaparecimento da história é essencial para o conceito de lugares de memória, como argumenta Nora (1989):

“Lieux de mémoire originate with the sense that there is no spontaneous memory, that we must deliberately create archives, maintain anniversaries, organize celebrations, pronounce eulogies, and notarize bills because such activities no longer occur naturally” (Nora, 1989, p.12).

Se um dos requisitos para a constituição de um lugar de memória é o desejo de recordar (Nora, 1989) e que, por princípio, a memória é seletiva e resultante da conciliação entre memórias individuais e coletivas, dar voz a uma memória silenciada se torna ainda mais importante para a reconstrução da lembrança de uma sociedade. Nesse sentido, longe de impor uma memória como forma de dominação, o resgate de memórias subterrâneas dá a oportunidade de avaliar outras referências e potenciais pontos de contato para que a recordação trazida por outros grupos de indivíduos possa ser empregada para a construção de uma memória sobre uma base comum (Pollak, 1989).

“What makes certain prehistoric, geographical, archaeological locations important as sites is often precisely what ought to exclude them from being *lieux de mémoire*: the absolute absence of a will to remember and, by way of compensation, the crushing weight imposed on them by time, science, and the dreams of men” (Nora, 1989, p.21).

Cabe ressaltar os questionamentos propostos por Neves (2014) para o estudo de lugares de memória e a importância de uma postura reflexiva e crítica sobre sua constituição. É um lugar de memória de quem? Construído e ressignificado por quem? E com que objetivo? Resgatar memórias subterrâneas como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas tem potencial de reabilitar o que é periférico e marginalizado e sua oposição à memória oficial (Pollak, 1989).

2.5.2. Memórias Subterrâneas

Este é o caso das memórias de resistência, que permanecem subterrâneas até o momento em que conseguem “romper o tabu”, tornando suas narrativas e declarações públicas, como o que ocorreu com as memórias de ex-presos e perseguidos políticos na ditadura civil-militar brasileira. Uma vez trazidas à luz, não é possível determinar até que ponto estas novas reivindicações disputarão com a memória oficial, tampouco a extensão das mudanças subsequentes.

O silêncio imposto às memórias subterrâneas não impede os indivíduos que as possuem de transmiti-las oralmente. Portanto, não significa o esquecimento, mas sim a resistência de um grupo minoritário frente à memória de uma sociedade englobante (Pollak, 1989). As razões – políticas e pessoais - que levam ao silenciamento de memórias perante à sociedade são bastante complexas e podem estar associadas à vergonha, à inexistência de uma escuta, à dor e ao sofrimento trazidos à tona pelas recordações para os indivíduos que as vivenciaram, ao desconforto de declarar suas memórias em frente à uma parcela da sociedade que assistiu às violações dos direitos humanos de forma passiva ou até mesmo como forma de proteger familiares da verdade dura e violenta, entre outros motivos, como destacado por Pollak (1989):

“Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (Pollak, 1989, p.8).

Nesse sentido, há que se considerar que o próprio movimento de “ruptura” ou de resgate de uma memória subterrânea ocorre em um contexto propício, quando as condições se tornam favoráveis ao compartilhamento de certas lembranças. Ao reconhecer a necessidade de uma conjuntura apropriada, Pollak (1989, p.8) argumenta que “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado”. Em outras palavras, Pollak (1989) reconhece e reforça o fluxo contínuo entre presente e passado no processo de (re) construção e resgate de memórias dentro de uma sociedade, como também destacado pelo autor no trecho abaixo:

“[...] há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (Pollak, 1989, p.9).

Como já mencionado anteriormente, a memória é um fenômeno socialmente construído por grupos de indivíduos, - resultante da constante interação entre o presente e o passado - e sua aceitação e disseminação é condicionada, entre outros fatores, à sua credibilidade e consistência. Dessa forma, além da conjuntura favorável para a emersão de uma determinada memória, coerência e continuidade seriam reconhecidas como “sinais distintivos” de uma memória “crível” e de “um sentido de identidade” (Pollak, 1989, p.13). Devem ser consideradas, obviamente, as relações de poder políticas e econômicas quando são analisados os motivos do silenciamento de algumas memórias, porém cabe ressaltar que uma memória não pode ser construída arbitrariamente sem as devidas justificativas. Há um limite para a maleabilidade da interpretação do passado, o que torna a coerência nas narrativas dos indivíduos que defendem tais memórias condição fundamental para seu reconhecimento e legitimação perante a sociedade.

O esquecimento e o silenciamento de memórias do passado aparecem em posição contrária ao “dever de memória” (Abrão, 2011, p.126), que se constituiu como um dos princípios e pilares norteadores para divulgação das lembranças dos ex-presos políticos e familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar brasileira – dentro do contexto promovido pela justiça de transição - sobretudo no que diz respeito à denúncia de práticas de tortura (Schmidt, 2007).

A justiça de transição, processo legitimado por políticas internacionais e resultante da combinação entre a demanda por justiça e o processo de redemocratização, busca superar o legado de autoritarismo e efetivar o direito constitucional à reparação naqueles países que passaram por regimes de exceção, como o Brasil, como explicado nos trechos abaixo:

“O termo justiça transicional foi cunhado para expressar métodos e formas de responder a sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos. Assim, a justiça transicional não expressa nenhuma forma especial de justiça, mas diversas iniciativas que têm por intuito reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia” (Pinto, 2010, p.129).

“A noção de ‘justiça de transição’ [...] compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação.

Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destituição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos” (Organização das Nações Unidas, 2009, p.325).

Segundo Abrão & Torelly (2010, p.28-29) e Abrão (2011, p.119), o processo de redemocratização é composto por quatro dimensões fundamentais: “ (i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e construção da memória, (iii) a regularização da justiça e reestabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”. Dessa forma, a apuração dos crimes e violações dos direitos humanos cometidos durante a ditadura brasileira (1964-1985) envolve a investigação de documentos e testemunhos que possibilitam a reparação de versões oficiais hegemônicas (Costa & Silva, 2017).

No contexto brasileiro, a busca por reparação – material e moral - de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial tem sido marcada pelas “lentas e sucessivas conquistas” da justiça de transição (Almeida, 2014, p.269). Nesse ponto, é importante ressaltar a frustração causada pela Lei de Anistia brasileira (Lei nº 6.683 de 1979). Marco inicial da busca pela reparação, a Lei de Anistia não foi considerada ampla, irrestrita e geral conforme reivindicado pela sociedade civil, tornando-se um projeto de lei de anistia restrita ou autoanistia.

Defendida pelo Governo do general João Figueiredo em 1979, a reconciliação nacional foi entendida como uma tentativa de “esquecimento do passado”, anistando tanto os presos políticos, exilados e clandestinos quanto os mandantes e agentes responsáveis por assassinatos e torturas durante o regime ditatorial, sem o devido reconhecimento e julgamento dos crimes cometidos. Seguindo essas premissas, as memórias subterrâneas encontraram ainda mais dificuldades e obstáculos para sair do silenciamento a que foram submetidas, já que a reconciliação proposta pressupunha uma virada de página, sem que a responsabilidade pelas violações contra os direitos humanos fosse apurada e os perpetradores julgados pelo Poder Judiciário. Segundo Almeida (2014, p.270), a Lei de Anistia brasileira permitiu que o “enfoque no processo penal e punitivo dos autores das atrocidades” de um modelo de justiça de transição fosse afastado, o que resultou em diversas críticas de grupos da sociedade.

O relatório do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas de 23 de agosto de 2004 reforça a importância da reparação das injustiças cometidas durante regimes de exceção para manutenção da paz, como destacado abaixo:

“Nossas experiências na última década demonstraram claramente que a consolidação da paz no período imediatamente pós-conflito, assim como a manutenção da paz a longo prazo, não pode ser atingida a menos que a população esteja confiante de que a reparação das injustiças pode ser obtida através de legítimas estruturas para solução pacífica de disputas e a correta administração da justiça” (Organização das Nações Unidas, 2009, p.323).

Torna-se fundamental ressaltar que a disposição para reparação deve reconhecer que os danos causados pelos fatos e ações são de responsabilidade estatal e que cabe ao Estado indenizar os indivíduos e seus familiares pelas violações dos direitos humanos sofridas. Além disso, somente através do reconhecimento de que ocorreram crimes durante o regime ditatorial é que se pode responsabilizar juridicamente os agentes que cometeram tais crimes. Em outras palavras, o Estado deveria “reconhecer os crimes políticos e conexos praticados no período em forma de reparações à restituição de direitos políticos, reintegração ao trabalho, restituição econômica, localização dos restos mortais de desaparecidos, dentre outras ações”, através da Lei de Anistia.

Mais do que a disputa entre versões antagônicas da história e memórias oficiais e silenciadas e subterrâneas, Genro & Abrão (2010, p.21) argumentam que em um “cenário pós-autoritário e traumático para uma sociedade política é a necessidade de exercitamos a memória”. Nesse sentido, os autores reforçam a importância da existência de vontade política para que o “dever de memória” seja consumado, como destacado abaixo:

“O exercício deste dever [de memória] é condição imprescindível para que haja verdadeiramente o apaziguamento social, caso contrário a sociedade repetirá obsessivamente o uso arbitrário da violência, pois ela não será reconhecida como tal. A memória aqui não é importante só para que não se repita jamais, mas também por uma questão de justiça às vítimas que caíram pelo caminho” (Genro & Abrão, 2010, p.22).

Para Abrão (2011, p.126), a pressão popular foi o “pilar central” para que medidas da justiça de transição fossem implementadas, principalmente no contexto brasileiro, quando a agenda concorreu com a reivindicação por eleições livres. Ainda que tenham sido sonogados da sociedade arquivos dos centros de investigação e repressão das Forças Armadas, conforme ressaltado por Abrão

(2011), são percebidos avanços na dimensão do fornecimento da verdade e construção da memória da justiça transicional para o restabelecimento do Estado de direito, como ressaltado no trecho abaixo do mesmo autor:

“O restabelecimento do Estado de direito dá-se de forma combinada: pelo estabelecimento de garantias jurídicas mínimas para o futuro e, ainda, pela reparação e justiça em relação às violações passadas” (Abrão, 2011, p.121).

Por fim, a busca por reparação, verdade e justiça se apresenta em distintas esferas, entre as quais a abertura de arquivos da polícia política, a denúncia de torturadores por meio de atos públicos, troca de nomes de avenidas, escolas, monumentos, entre outros que prestassem homenagem a líderes militares do período, a revisão da história contada em livros didáticos e, finalmente, mas não menos importante, a busca por legitimação de lugares de memória de resistência (Almeida, 2014).

2.5.3. DEOPS/SP – Contexto histórico

A repressão política durante o período da ditadura civil-militar brasileira não foi exercida por uma organização somente, mas sim por uma combinação de instituições, como as Forças Armadas, Polícias Civil, Militar e Federal, além da participação de civis com apoio e/ou financiamento das ações repressivas (Brasil, 2014, p.112). A estrutura dos órgãos de repressão durante a ditadura não era simples e sofreu diversas alterações ao longo deste período com o objetivo de otimizar a articulação e a coordenação dos esforços, bem como a função de cada um dos órgãos. Como destacado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, “em alguns episódios, os serviços secretos das Forças Armadas atuaram de forma concorrente” (Brasil, 2014, p.112). Havia outros órgãos de repressão, mas o foco deste tópico é trazer o contexto de apenas um deles, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP).

Criada com a Lei Estadual nº 2.034 em 1924 e regulamentada 4 anos mais tarde pelo Decreto nº 4.405-A/1928 cujas “atribuições eram, na prática, tão amplas que lhe permitiam investigar mesmo outras forças policiais de São Paulo” (Brasil, 2014, p.162), a então Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) tinha como

função primordial assegurar a ordem no país, como destacado por Corrêa (2008) no trecho abaixo:

“À Delegacia de Ordem Política e Social cabia [...] proceder investigações sobre pessoas suspeitas, lugares onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política e social; organizar, diariamente, boletins de informações de todos os serviços executados nas últimas 24 horas; e finalmente, *identificar e prontuair os indivíduos suspeitos por crimes e contravenções atentatórias à ordem política e social, organizados em fichário apropriado, ‘de modo a facilitar os trabalhos estatísticos de seu movimento e toda e qualquer investigação’*” (Corrêa, 2008, p.2. Grifos da autora).

Através do Decreto nº 4.780-A de 1930, a Delegacia de Ordem Política e Social foi separada em duas: a Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social. Em 1946, o órgão foi estruturado em cinco delegacias: de Ordem Política, de Ordem Social, de Ordem Econômica, de Explosivos, de Armas e Munições, além do Serviço secreto (criado em 1940 e anteriormente denominado Serviço Reservado) (Brasil, 2014; Corrêa, 2008). De acordo com Corrêa (2008), as delegacias eram criadas e extintas de acordo com a intensidade das atividades dos movimentos político-sociais observadas pelos órgãos de repressão, modificando a estrutura interna do órgão.

Em 1975, a Delegacia de Ordem Política e Social teve seu nome alterado para Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) – denominação adotada no presente trabalho - (Brasil, 2014). Resende (2012) ressalta, no entanto, que as mudanças de nome do órgão de repressão não afetaram a definição de sua função e atribuições, conforme destacado no trecho abaixo:

“Embora tenha recebido diferentes denominações ao longo de sua história, as funções desse órgão [DEOPS/SP] eram, em seu conjunto, muito similares, já que essa variedade de nomenclaturas não implicou em uma mudança das suas atribuições, sempre voltadas para a vigilância constante sobre aqueles considerados suspeitos de atentarem contra a ‘ordem político-social’” (Resende, 2012, p.3).

Considerado o mais “atuante” entre todos os Departamentos de Ordem Política e Social do país (Brasil, 2014, p.161), o DEOPS/SP era considerado um “instrumento valioso” para os militares ligados ao golpe de 1964, pois possuía o arquivo mais estruturado, além de técnicos capacitados para realização de monitoramento efetivo da dissidência política do período. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, o órgão recebia o apoio da elite econômica, que se

beneficiou das informações coletadas: “sob uma visão financeira, quem mais lucrou com a criação do DOPS foi o empresariado, que, até o surgimento desse braço da polícia política, era obrigado a manter a suas expensas um caro arquivo com os nomes dos ativistas de questões sociais” (Brasil, 2014, p.162).

A partir de 1964, o DEOPS/SP passou a utilizar informantes infiltrados nos movimentos sociais (Resende, 2012) para coleta de informações e recebeu policiais com experiência em interrogatórios e torturas (Brasil, 2014). Em 1968, Sérgio Fleury⁷ assumiu uma das delegacias após anos atuando como investigador. A trajetória e atuação do delegado no DEOPS/SP é destacada no trecho abaixo:

“Com a morte de Vladimir Herzog [1975] e Manuel Fiel Filho [1976], aumentou o clamor público contra a repressão. Começava o declínio do DOPS/SP. O primeiro a sentir isso na pele foi Sérgio Fleury, que respondia a inquérito por comandar um esquadrão da morte, o da Polícia Civil de São Paulo – que tinha como lema defender a sociedade de criminosos. Fleury respondeu a diversos inquéritos e processos por fazer parte desse esquadrão – quase uma ironia, já que essas mortes não eram relacionadas com a militância política. A equipe de policiais matava criminosos comuns, numa tentativa de limpar a sociedade. Foram implicados ele próprio e vários de seus colegas ou subordinados. Fleury chegou a ser preso, e respondeu a vários inquéritos e processos. Era tão grande o risco de ser condenado e preso que o governo Médici (em 1973), sentindo-se em débito com o delegado, fez aprovar (por sua base de apoio no Congresso) a Lei nº 5.941/1973, que passou a ser conhecida com o nome de seu beneficiário – Lei Fleury –, permitindo que réus primários, e de bons antecedentes, pudessem responder aos processos em liberdade, mesmo quando condenados em primeira instância e até serem julgados em última instância. Assim, Fleury permaneceu na direção do DEIC, até sua morte (em 1979)” (Brasil, 2014, p.166).

A prática de tortura é ressaltada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em diferentes partes dos relatórios, como o destacado no trecho abaixo:

“Antes de 1964, a polícia tinha liberdade só para torturar criminosos habituais, desvalidos, pobres em geral – todos considerados, pelos governantes, cidadãos de segunda categoria. Esses não contavam com nenhuma espécie de proteção. Casos de tortura contra membros das classes médias sempre foram raros no Brasil. Após 1968, essa proteção social deixou de existir, com respaldo das Forças Armadas e conivência de parcela significativa da sociedade, de modo que a polícia deixou de preocupar-se com as consequências, mesmo quando usada métodos ilegais – sobretudo tortura” (Brasil, 2014, p.164).

Até ser extinto em 1983, o DEOPS/SP era um dos departamentos mais ativos e temidos no período da ditadura civil-militar brasileira. Por fim, dado o contexto e

⁷ Sérgio Fleury foi citado de modo recorrente por ex-presos e perseguidos políticos nos depoimentos concedidos à Comissão Nacional da Verdade. O delegado chegou a ser preso e respondeu a vários processos até a sua morte em 1979.

o papel desempenhado pelo DEOPS/SP, a transformação de seu antigo prédio em um lugar de memória de resistência adquire uma relevância ainda mais significativa.

2.5.4.

Lugares de Memória de Resistência

“Quando o Estado, principal garantidor do bem-estar de seus cidadãos, extrapola suas funções e passa a agir em violação dos direitos humanos, promovendo perseguições, torturas, execuções sumárias e outros atos de violência, é preciso trazer à tona a verdade para que qualquer resquício de restrição democrática seja afastado” (Pinto, 2010, p.142).

Os primeiros museus e memoriais dedicados à conscientização em relação às arbitrariedades e violações dos direitos humanos surgiram no cenário sócio-político pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente como reflexo da exposição das atrocidades cometidas durante o Holocausto. Gradualmente, a ampliação da função social destes espaços como importantes instrumentos de educação e de reflexão crítica convidaram a sociedade ao exercício da cidadania, à defesa dos direitos fundamentais do homem e ao respeito pelas diferenças, sejam elas de qualquer natureza – política, étnica, religiosa, etc. (Felipini Neves, 2011).

No contexto latino-americano e seu passado recente de regimes ditatoriais, diversos edifícios públicos ou clandestinos foram utilizados para detenção, tortura e desaparecimento de opositores ao regime. Vários pesquisadores têm estudado a transformação e a ressignificação de tais espaços na América Latina, entre eles, Carolina Aguilera (Chile), Gonzalo Conte (Argentina), Ludmila da Silva Catela (Argentina), Susana Draper (Argentina e Uruguai), Katherine Hite (Argentina), Katrien Klep (Chile), apenas para citar alguns. No Brasil, entre tais edifícios, está aquele que serviu de sede para o antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), posteriormente transformado em Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), lugar de memória cujo processo de constituição é objeto do presente estudo.

Há silêncios e “não-ditos” que se transformam em contestações e reivindicações e emergem sob determinadas circunstâncias e contextos sócio-políticos, de modo a dar voz, frente à sociedade englobante, às memórias subterrâneas cujo compartilhamento era anteriormente restrito. Dessa forma, a

memória dos indivíduos e de seus familiares que foram presos, torturados, mortos ou desaparecidos durante regimes de exceção, cria e transforma a memória social e política da comunidade na qual estas memórias são ativadas (Draper, 2014).

A dimensão social da memória, portanto, ganha importância à medida que se entende o impacto que o contexto social exerce para retenção e construção da memória de indivíduos dentro de uma sociedade. Nesse sentido, reprovam moralmente (e de forma oficial e ampla) os crimes e violações dos direitos humanos perpetrados no passado influencia a seleção e formação da identidade daquela sociedade (Pinto, 2010). Há um efeito pedagógico de aprendizado com os eventos e experiências do passado, uma função social dos museus e memoriais, para que acontecimentos semelhantes não ocorram no futuro (Schmidt, 2007; Felipini Neves, 2011) e segundo Draper (2014), os lugares de memória auxiliam e fomentam este processo. Felipini Neves (2011) reforça a importância da ampla reprovção moral de crimes contra os direitos humanos cometidos em regimes de exceção e sua contribuição na formação das memórias individuais e coletivas de uma sociedade no trecho abaixo:

“Não há espaço ou lugar para dúvidas: somos, sim, capazes de cometer as mais cruéis atrocidades, mas, seres humanos que somos, também de resistir e de acreditar que lutando podemos impedir (ou ao menos colaboramos) que as barbaridades se repitam” (Felipini Neves, 2011, p.47).

Em relação à seleção (e por vezes, disputa) da localidade para a criação de lugares de memória, deve-se levar em consideração que o tombamento ou a desapropriação de edifícios para a constituição de memoriais de resistência não é ocasional. A escolha é decorrente de uma estratégia dos grupos cujas memórias foram silenciadas e enterradas para inscrição de uma memória coletiva antagônica à memória oficial nacional cristalizada nos edifícios que foram locais de violações dos direitos humanos. É a busca da “institucionalização da memória de resistência” (Almeida, 2014, p.271).

Em alguns dos lugares de memória, como o MRSP, o processo de constituição contou com o auxílio de uma equipe multidisciplinar responsável pelo projeto museológico que buscou materializar o *link* entre o passado e o presente por meio das recordações dos sobreviventes, ressignificando tais espaços para projetos educacionais de reforço da cidadania (Conte, 2014; Felipini Neves, 2011). O

projeto museológico para transformação de lugares de memória de resistência deve ser, portanto, planejado e executado de forma que a memória resgatada e concretizada seja fidedigna às recordações daqueles que ali estiveram, evitando que seu conteúdo político seja neutralizado ou que características importantes e caras aos ex-presos políticos sejam desconsideradas (Draper, 2014), como também destaca Conte (2014) no trecho abaixo:

“In the recuperation of sites, it [architecture] plays an even greater role. It links together types of knowledge, containing and representing the spaces where the crimes were committed. It accompanies the conversion of those spaces into sites of memory adapting and materializing those long processes of visits and inspections. It *reinforces and resignifies the meaning of the site*, managing them, along with museology and other disciplines, in *educational projects*” (Conte, 2014, p.87. Grifos da autora desta pesquisa).

É fundamental ressaltar que a edificação, o local físico propriamente dito de um lugar de memória de resistência, não é condição suficiente para que a memória seja preservada e compartilhada, como ressaltado por Allen & Brown (2015) e Rigney (2008) abaixo:

“Crucially, in many cases, the identity, meaning, purpose and use of a memorial – what it is, what it means, what and who it is for – do not seem to be fixed by the design process, but rather emerges and fluctuates over time. [...] The memorial is not then a thing that simply endures in time and whose physical attributes determine the transmission of memory” (Allen & Brown, 2015, p.13).

“Thus, while putting down a monument may seem like a way of ensuring long-term memory by giving it an official status, sometimes after a long struggle for public recognition, it may in fact turn out to mark the slow beginning of amnesia and indifference by foreclosing further discussion” (Rigney, 2008, p.93).

A identidade, o propósito e as lições defendidas pelos sobreviventes e seus familiares devem ser continuamente reforçados, transmitidos e compartilhados por meio de uma “comemoração vigilante”. Dessa forma, não são os atributos físicos ou arquitetônicos que determinam a transmissão da memória, mas sim as atividades desenvolvidas no lugar de memória que fomentam um fluxo de lembranças e narrativas comprometido com a formação de uma cultura em direitos humanos e cidadania a ser compartilhado com a comunidade.

Em outras palavras, a transformação destes espaços em lugares de memória envolve mais do que o registro em pedra: “*the organizing of commemorative spaces for collective memory involves more than simply recording an account of the past in stone or metal*” (Allen & Brown, 2015, p.12). A constituição de um lugar de

memória é resultante de um processo sócio-político complexo e dinâmico, que envolve uma série de articulações entre grupos sociais de interesses divergentes, cujas negociações e mobilizações, na maior parte das vezes, permanecem ocultas. Sendo assim, considerando a organização emergente como “produto final” deste processo, torna-se tão importante quando reconhecer o papel de um lugar de memória para uma sociedade, entender seu processo de formação e dar transparência às mobilizações, associações e negociações feitas pelos diferentes atores.

Por fim, a constituição de lugares de memória de resistência promove reflexões sobre a dignidade humana, fortalece a transmissão de valores e de conceitos de cidadania, além de ressaltar a relevância da mobilização social e de atos de resistência em períodos de exceção. Não se trata de “reabrir feridas do passado” ou de “revanchismo”, mas sim evitar que uma repercussão negativa “indelével” seja causada à sociedade quando a tortura, perseguição e destruição de famílias, além de outras violações dos direitos humanos, por ações do Estado são ignoradas (Pinto, 2010, p.141).

2.5.5. Encerramento da seção

Segundo Genro & Abrão (2010, p.22), é o “dever de memória” que nos impulsiona para a busca de justiça às vítimas que não tiveram chance de compartilhar seus relatos e narrativas sobre as violações e torturas sofridas. Sendo assim, “rememorar as atrocidades cometidas pela ditadura significa dar voz àqueles que não puderam contar” (Schmidt, 2007, p.136). Deste modo, “tanto a memória quanto o esquecimento podem ser instrumentos de dominação” (Pinto, 2010, p. 133).

Ao constituir um lugar de memória, as relações desenvolvidas entre os sobreviventes, o local, a vizinhança e a comunidade resgatam as memórias e materializam as condições do passado, tornando-as visíveis e presentes para as pessoas que não as vivenciaram. A voz é dada àqueles que foram silenciados e somente continua viva e ativa por meio das relações desenvolvidas com a comunidade, tais como as ações educativas promovidas pelo Memorial da Resistência de São Paulo. Ou seja, caso não haja um fluxo comunicativo contínuo,

a memória torna-se “inerte” e silenciada novamente, como ressalta Rigney (2008) nos trechos abaixo:

“[...] memory sites only emerge over a longer period of time and that they continue to change both status and meaning as the mnemonic community is reshaped around them” (Rigney, 2008, p.93-94).

“If you remove the attention, the monument ceases to function as a mnemonic medium and becomes ‘inert’ again” (Rigney, 2008, p.94).

“Collective remembrance is like swimming: in order to stay afloat you have to keep moving. It has its own, open-ended dynamic. This involves the ongoing circulation of acts of remembrance across different media, including monuments, whereby memories are continuously being refigured” (Rigney, 2008, p.94).

Em outras palavras, a importância da disseminação das memórias de superação e enfrentamento dos ex-presos políticos e seus familiares, sobreviventes destes períodos sombrios de tortura e repressão, contrapõe-se à existência silenciosa e despercebida de espaços onde ocorreram violações dos direitos humanos em épocas passadas (Fecher, 2015). Com os lugares de memória da resistência, o esquecimento e a omissão dão lugar à disseminação e compartilhamento de experiências enquanto fonte de aprendizagem e de diálogo para as gerações futuras. Além disso, os lugares de memória representam também uma “tentativa de preservar” um dado evento ou relato do passado na memória coletiva da sociedade, como argumentam Allen & Brown (2015):

“Memorials are attempts to preserve a contemporary account of a past event [...] in perpetuity. The decision to design and install a memorial demonstrates that there is a shared desire to inscribe the collective memory of the event into a material form” (Allen & Brown, 2015, p.11).

3 Procedimentos Metodológicos

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos adotados na investigação do processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) enquanto um ator-rede simplificado ou um *black box*. Para isto, foram desenvolvidas 3 seções: (i) resgate de algumas premissas da *ANTI-History*, que em conjunto com os conceitos e fundamentos apresentados no Referencial Teórico, reforçam as bases ontológicas e epistemológicas para a análise do fenômeno, (ii) breve descrição da unidade de análise do estudo – MRSP e por fim, (iii) procedimento de coleta, seleção e análise de dados.

3.1. Premissas da *ANTI-History*

Caráter relacional: natureza ontologicamente relativista

Dado seu caráter ontologicamente relativista, a teórico-metodologia *ANTI-History* busca entender fenômenos emergentes do *socio-past* por meio das interações entre seus elementos constituintes, deslocando o foco para as associações e movimentos inter-relacionais realizados para a construção social daquela realidade – naquele tempo e naquele contexto. Nesse sentido, qualquer fenômeno só é passível de análise no conjunto de relações estabelecidos e não de forma isolada, pois suas próprias características e atributos são adquiridos como resultado de tais associações. Os dados coletados para investigação do fenômeno de constituição do MRSP foram analisados à luz desta premissa, ou seja, de maneira relacional, não isolada e local (entendendo que o efeito das relações sócio-políticas dos atores-rede que geram o conhecimento sobre dado fenômeno ocorre em circunstâncias específicas).

A principal consequência do deslocamento do foco para os múltiplos movimentos relacionais entre atores é a supressão de esferas anteriormente delimitadas por dicotomias, tais como humanos/não-humanos, micro/macro, antes/depois, agência/estrutura, contexto/conteúdo, material/social (Law, 1999). Dessa forma, torna-se possível transcender, sem comprometimento ou prejuízo à qualidade do estudo, níveis pré-estabelecidos micro-meso-macro de análise, pois, na verdade, restringir a investigação a uma dessas esferas significaria privilegiar um pólo/esfera pré-determinado e teórico em detrimento do movimento relacional e empírico identificado nos atores envolvidos no fenômeno.

Empiricamente realista: contrária a modelos pré-concebidos

Dessa forma, é o processo contínuo de tornar-se (*becoming*), de fluidez e dinamismo que caracteriza a abordagem da *ANTI-History* no estudo de fenômenos em um “tempo-antes-de-agora” (“*time-before-now*”). Não caberia nessa perspectiva buscar a elaboração de um modelo “*one-fits-all*” que se adequasse a todas as situações, dado o dinamismo e a permanente reconstrução ou reordenação e mutabilidade da realidade segundo os fundamentos desta abordagem. Por ser empiricamente realista, não há uma ordenação prévia, uma versão *a priori* ou um padrão que possa ser aplicado para explicação dos fenômenos (Durepos, 2009; Durepos & Mills, 2011). O pesquisador deve ir a campo para investigar e entender as relações estabelecidas, as negociações e os encadeamentos entre os atores. Somente a partir de suas observações é que uma determinada ordenação será sugerida e uma rede-de-atores constituída. Associado ao caráter empiricamente realista da *ANTI-History* e à importância da observação dos movimentos no quadro de análise para investigação do fenômeno pretendido, o pesquisador deve estar atento ao seu papel de “aprendiz”, evitando assumir uma posição de “legislador” em relação à configuração da rede-de-atores – e, conseqüentemente, de uma versão pré-concebida da história a ser constituída - (Latour, 1999, p.19).

Multiplicidade de versões possíveis: “anti” história (enquanto verdade absoluta, única e inequívoca) e “pró” histórias

Mills et al. (2016) argumentam que a abordagem *ANTI-History* foi diretamente influenciada pelo artigo seminal de Booth & Rowlinson (2006), no qual os autores criticam o caráter universalista e presentista dos Estudos Organizacionais

fazendo um apelo direcionado à comunidade acadêmica para elaboração e emprego de métodos históricos e formas de escrita alternativas dentro de um perfil de maior consciência e crítica histórica (“*historical awareness*”). Dessa forma, a *ANTI-History* se propõe a entender – através de uma lente crítica - as conexões entre o conhecimento produzido em um tempo anterior ao presente (história) e o conhecimento vigente (no tempo presente) por meio de redes de relações entre eles.

Assim como o conhecimento, a história é, portanto, um ator-rede resultante das associações entre elementos heterogêneos – com múltiplas possibilidades de configurações de acordo com as conexões estabelecidas – estando sujeita às performatividades de seus elementos constituintes. A criação de conhecimento sobre o *socio-past* é, portanto, múltipla. Ao direcionar o foco para o movimento inter-relacional e reconhecer a diversidade de configurações possíveis, a *ANTI-History* possibilita a emergência de vozes anteriormente silenciadas ou em posições secundárias nas narrativas dominantes (Mills & Durepos, 2010). “Histórias hegemônicas atuam de forma a inculcar de maneira contínua uma versão da história favorável a um grupo dominante e, dessa forma, atuam no silenciamento de interpretações alternativas” (“*hegemonic histories act to continuously instill a version of a history that is favourable to a dominant group and thus acts in silencing alternative interpretations*”) (Durepos & Mills, 2011, p.716).

Caráter performativo: a história emerge dos movimentos de atores na reconstituição do *socio-past*

A história não é dada, mas sim constituída e *performada* a partir das associações de atores, emergindo como um ator-rede resultante de tais movimentações, associações e negociações. Dessa forma, os atores, ao se movimentarem e se associarem, *fazem* história, *performam* história e estabelecem resultados distintos, ou seja, diferentes versões da história: uma “determinada constituição do passado emerge por meio de associações e translações entre atores enquanto *fazem história*” (“*specific constitution of the past comes into being through the associations and translations of actors as they engage in doing history*”) (Durepos & Mills, 2011, p.711. Grifos dos autores).

Caráter reflexivo: o papel do pesquisador e da consciência histórica

Cabe reforçar a importância – e a necessidade - de uma conduta reflexiva do pesquisador ao adotar a *ANTI-History* como abordagem teórico-metodológica. Ao tornar-se ele mesmo um ator na rede mapeada, o pesquisador deve adotar uma lente mais crítica e consciente da história (“*historical awareness*”), reforçando a reflexão a respeito de “como” determinada constituição foi estabelecida e levantando questionamentos acerca das vozes privilegiadas ou silenciadas em dada versão. O pesquisador não deve ser indiferente às movimentações políticas inerentes à produção e interpretação do conhecimento (Durepos, 2009), mas sim considerá-las em sua análise. Além da reflexão associada à constituição da rede-de-atores e das versões possíveis da história, o pesquisador deve analisar criticamente suas fontes – inclusive a (in) disponibilidade e a seletividade das mesmas – entendendo que documentos e narrativas são sempre parciais e por natureza não são inocentes.

A Figura 4 relaciona as bases ou pilares da teórico-metodologia *ANTI-History*, ou seja, o pesquisador - ou ANTi-historiador como denominado por Durepos (2009) - deve estar atento ao caráter relacional, performativo e reflexivo da abordagem de modo a realizar seus estudos apropriadamente.

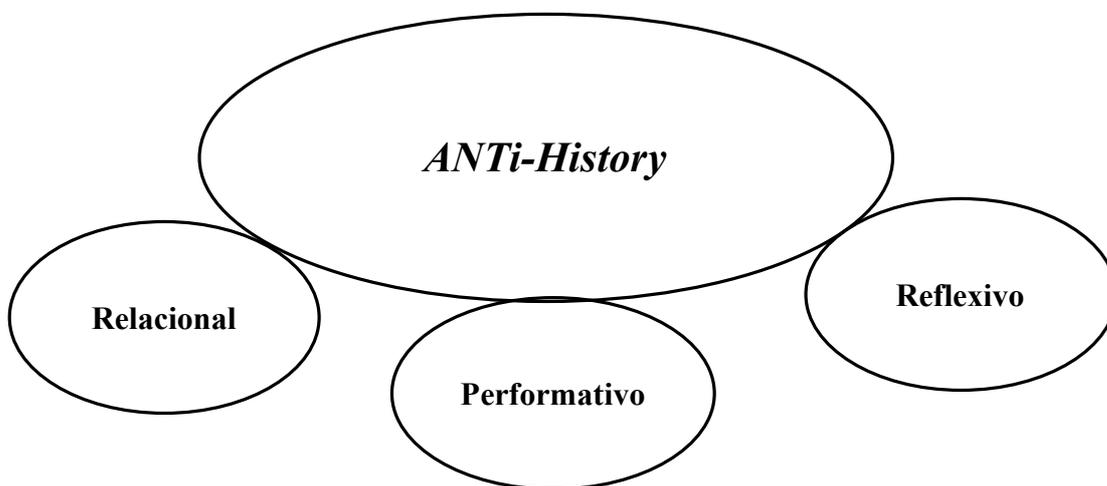


Figura 4: Pilares da *ANTI-History*: caráter relacional, performativo e reflexivo

3.2.

Unidade de Análise: a constituição do MRSP

O reconhecimento do Memorial da Resistência de São Paulo e a narrativa sobre sua constituição como *black box* pressupõe que as associações, mobilizações e negociações ocorridas nas translações entre os atores-rede estejam e permaneçam subjacentes no tempo presente.

Tem-se então: (i) o MRSP que emerge como uma entidade simplificada, dado que seu funcionamento permite que a complexidade das relações e manobras executadas por seus elementos formadores seja desconsiderada (tal como um veículo automotivo, por exemplo, cuja complexidade mecânica é desconsiderada pelo dono até que, porventura, algo deixe de funcionar a contento e se faça necessária uma análise detalhada de todos seus componentes e processos internos para entendimento do fenômeno-problema); e (ii) a própria narrativa ou história oficial do MRSP é um *black box* por definição, pois entende-se que há um extremo alinhamento entre seus elementos constituintes, que simplifica seu processo de criação aos olhos das demais entidades/atores. Tornar-se a versão oficial e dominante está relacionado ao seu poder de ação à distância, ou seja, a cada compartilhamento e disseminação, esta versão específica fortalece e amplia/alonga suas conexões. A principal consequência da intensificação de uma narrativa – a ponto de tornar-se dominante – é que versões alternativas são silenciadas ou tornam-se irrelevantes para grande parte da comunidade.

Ao ser inaugurado em 2009, pode-se afirmar - segundo os princípios da *ANTI-History* – que os movimentos realizados pelos elementos humanos e não-humanos durante o “caminho” percorrido até o momento da inauguração do MRSP tornaram-se subterrâneos e invisíveis para as demais entidades. O processo de constituição, o “*como*” se torna invisível face ao ator-rede formado.

Ao empregar a *ANTI-History* no presente estudo, busca-se resgatar e investigar as relações sócio-políticas dos atores-rede envolvidos na constituição do MRSP de modo a tornar transparentes as condições de seu surgimento. A ordenação dos traços ou vestígios deixados pelos atores durante o processo de translação no *socio-past* resultará em uma versão da história de constituição do Memorial. Cabe ressaltar que a narrativa que emergirá é apenas uma das versões possíveis sobre a criação desse lugar de memória de resistência. Não é a única e não almeja ser

reconhecida como uma verdade absoluta e inequívoca do processo de constituição do MRSP até sua inauguração em 2009.

3.3. Coleta e seleção dos dados

De acordo com o Princípio de Simetria (item 2.2.6) da Teoria Ator-Rede e da *ANTI-History* por consequência, reconhece-se a natureza distinta e heterogênea dos elementos componentes do quadro de análise – humanos e não-humanos - e defende-se a equivalência ontológica entre eles para a explicação do fenômeno. Em outras palavras, analiticamente, o elemento humano não ocupa uma posição privilegiada ou assume a centralidade da análise *a priori*. Somente ao identificar os atores participantes da constituição do MRSP e investigar suas relações é que será então possível analisar a capacidade de mobilização e de associações de cada um, atribuindo em sua análise o caráter central de um determinado ator, seja ele humano ou não-humano.

A observação de tal ressalva é fundamental para que o processo de coleta e análise dos dados, sob a perspectiva da *ANTI-History*, não adquira um viés assimétrico, o que iria contra um de seus fundamentos. Qualquer fonte pesquisada, seja ela, oral ou escrita, primária ou secundária, um documento “oficial” ou não, versões – dominantes ou silenciadas - da história ou memórias, por exemplo, têm igual importância. Efetuar qualquer tipo de ordenação prévia dos dados coletados antes de investigar suas relações poderia gerar uma indesejada assimetria e o comprometimento da análise. Em outras palavras, a versão da história resultante da ordenação dos vestígios do *socio-past* e que emerge por meio das associações e configurações dos atores-rede não deve privilegiar histórias oficiais/hegemônicas em detrimento de outras.

A busca por dados para a análise resultou na seleção de uma variedade de fontes orais, documentais e impressas, entre eles, entrevistas, livros, vídeos, acervos de depoimentos, dissertações e sites de internet de atores identificados durante a investigação, tais como, o Memorial de Resistência de São Paulo, o Núcleo de Preservação da Memória Política, o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, relatórios da

Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre outros⁸ (ver Anexo I contendo todas as fontes utilizadas de pesquisa). É importante reforçar o conceito ampliado de documento, conforme Samara & Tupy (2010b, p.67) que argumentam que “os documentos que fundamentam os estudos históricos assumem, hoje, as formas mais diversas, abordam diferentes conteúdos e podem ser encontrados em lugares os mais variados”, conforme ressaltado nos trechos selecionados abaixo:

“[...] diferente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria definição de documento, permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual” (Samara & Tupy, 2010b, p.68).

“De início, é preciso lembrar que nem todo registro escrito é um documento histórico e nem todas as fontes históricas apresentam-se como um documento escrito. Identificar as formas assumidas pelas mais diversas e variadas fontes históricas, como os artefatos, o vestuário, a iconografia, a música, a fotografia, as entrevistas, entre tantas outras, exige a adoção de procedimentos metodológicos específicos. E isso é o que também acontece com o documento histórico” (Samara & Tupy, 2010b, p.69).

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de se realizar uma operação histórica nos documentos selecionados, independente da forma como ele se apresente (Samara & Tupy, 2010a; 2010b). O pesquisador deve realizar uma análise atenta e detalhada através da leitura crítica e contextualizada dos documentos – triangulando-os sempre que necessário - de modo a estabelecer sua legitimidade, assumindo que o documento não é um depósito da verdade, imparcial e apolítico. Somente após a operação histórica, um documento poderá ser considerado ou não um documento histórico, para que então possam ser investigados e propostos possíveis encadeamentos, como destacado por Samara & Tupy (2010a) abaixo:

“Torna-se imperioso lembrar que a operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do tema estudado – de acordo com o método adaptado a cada caso – e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido” (Samara & Tupy, 2010a, p.119).

Mais uma vez, a exigência de uma postura reflexiva associada a uma leitura crítica dos documentos por parte do pesquisador fica evidente ao se empregar métodos históricos em seus estudos, entre os quais a teórico-metodologia *ANTI-*

⁸ Os dados coletados especificamente no que tange ao objeto de pesquisa em si foram separados à parte no Anexo I a fim de propiciar uma melhor compreensão das fontes utilizadas e seu suporte analítico-metodológico para a presente pesquisa.

History. Perguntas como “Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Por quê? Como?” são sugeridas como fundamentais, além da importância de questionamentos “sobre os silêncios, as ausências e os vazios”, ou seja, pode-se afirmar que a qualidade das respostas obtidas após a operação crítica depende, essencialmente, da pertinência das questões levantadas pelo pesquisador e da legitimidade das respostas obtidas (Samara & Tupy, 2010a, p.124).

A preocupação principal da autora desta pesquisa foi evitar que uma seleção prévia de atores restringisse a observação das redes e das movimentações de outros atores identificados no curso da investigação. Ou seja, ainda que o ponto de partida da pesquisa tenha sido o próprio MRSP com suas narrativas e atores prontamente identificados, não caberia simplesmente reproduzir a história oficial e dominante, mas sim jogar luz no processo de constituição deste lugar de memória, nas relações e negociações performadas pelos atores até o momento da inauguração em 2009.

3.4. Limitações do Método

Uma das limitações da *ANTI-History* é oriunda do seu caráter empiricamente realista e reflexivo. Como o empírico deve se sobrepôr ao teórico, o pesquisador que adota esta abordagem se propõe a observar movimentos dos atores e investigar traços do *socio-past* para (re) ordenar possíveis narrativas, devendo “aprender” – e não “legislar” - a partir do que observa no campo. Dessa forma, ele está limitado ao conhecimento e entendimento que é capaz de absorver dos atores que está observando e seguindo, além do que consegue perceber, apreender e analisar dos contextos em que estas movimentações ocorrem. Em outras palavras, a motivação dos atores pode não ser compreendida em sua totalidade, pois depende de diversos fatores, entre os quais, do próprio *background* e formação do pesquisador, o que pode prejudicar a captura e a inserção da complexidade do fenômeno na narrativa proposta pelo pesquisador.

Outro ponto é o reconhecimento de que pode haver atores que não estejam presentes nos relatos e documentos selecionados ou que tenham sido desmobilizados por outros fatores não captados na investigação pelo pesquisador.

De modo a minimizar essas limitações, a autora desta pesquisa adotou a triangulação de documentos como prática e parte do processo de análise do fenômeno.

4 Análise e Interpretação dos resultados

“Researchers will inevitably decide on the types of data to use. If archival materials are to be used, then an archive must be selected, and once on-site, certain materials are inevitably privileged while others are excluded” (Durepos & Mills, 2017, p.63).

Partindo do princípio que há uma escolha inevitável de fontes a serem consultadas, de atores a serem considerados e seguidos, bem como de documentos a serem incluídos ou descartados, o pesquisador deve estar atento e ciente do impacto de suas escolhas na narrativa que irá construir sobre o fenômeno investigado e privilegiar sempre a voz dos atores.

Ao focar nas movimentações de diversos atores humanos e não-humanos, suas associações, translações e manobras de negociação, persuasão e (des) mobilização, identificadas após análise de fontes distintas - de modo que qualquer assimetria entre narrativas oficiais e não-oficiais fosse minimizada – a autora desta pesquisa tinha como objetivo tornar transparente o processo de constituição do Memorial de Resistência de São Paulo, construindo uma das possíveis versões históricas acerca do fenômeno. Uma vez inaugurado, as relações sócio-políticas entre seus atores-rede constituintes se tornam subjacentes e invisíveis para as demais entidades.

Para isso, diferentes fontes e documentos foram investigados com os seguintes objetivos: primeiro, seguir os múltiplos atores envolvidos e em segundo, identificar e compreender seus movimentos de translação, ou seja, as disputas de poder e negociações nas etapas de *interessement*, *enrollment* e (des) mobilizações intrínsecas à formação dos atores-rede (Callon, 1999).

Considerando: (i) o longo processo de constituição do MRSP (33 anos) - desde o 1º pedido de tombamento em 1976 até sua inauguração em 2009 e (ii) a multiplicidade e complexidade dos atores-rede formados durante esta trajetória, a autora desta pesquisa definiu seis *Turning Points*, ou seja, seis momentos de virada ou marcos conquistados durante os 33 anos do processo para que o MRSP pudesse ser constituído e inaugurado em 2009.

4.1. O Ponto de Partida

De acordo com as informações do site oficial, o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) “é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo por meio de sua Secretaria da Cultura”. “Vinculado à Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)”, o Memorial é descrito como “uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias de resistência e da repressão políticas no Brasil” (São Paulo, s.d.). À primeira vista, então, o site oficial confere um papel de destaque - inclusive visualmente por meio de logotipos e *links* - somente a dois atores envolvidos na formação do MRSP: Pinacoteca de São Paulo e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Não obstante, no decorrer da busca e análise de documentos em outras fontes, incluindo visitas ao MRSP para consulta ao acervo e participação de ações educativas, tais como os “Sábados Resistentes”, entrevistas e investigação sobre o caminho trilhado para elaboração do Plano Museológico, outros elementos humanos e não-humanos começam a surgir evidenciando a rede e os movimentos de translação executados pelos atores para negociação e mobilização de aliados no processo de constituição do Memorial da Resistência.

O próprio prédio onde atualmente funciona a Pinacoteca e o Memorial da Resistência de São Paulo tem um histórico rico e amplamente detalhado em diversas fontes historiográficas (Almeida, 2014; Gumieri, 2012; Felipini Neves, 2011) que remonta a períodos anteriores ao funcionamento do DEOPS/SP entre 1940 e 1983. Infelizmente, o passado ainda recente de violações dos direitos humanos ocorrido na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) ofuscou parte da história do edifício e fomentou uma série de disputas políticas que resultaram em um hiato de 23 anos entre o 1º pedido (feito em 1976 e arquivado) e a promulgação de fato do tombamento do edifício no Diário Oficial da União em 1999.

Ao considerar as ponderações elencadas abaixo, é possível constatar a centralidade do edifício na formação da rede-de-atores:

- (i) A importância da reparação simbólica e moral aos ex-presos e perseguidos políticos, mortos e desaparecidos e seus familiares, dentro do contexto da justiça de transição;

- (ii) O papel fundamental do exercício do “dever de memória” (Abrão, 2011, p.126) e da mobilização social para que as violações aos direitos humanos do passado não sejam esquecidas;
- (iii) A reprovação moral, ampla e oficial dos crimes cometidos enquanto pilar para construção da memória dos indivíduos de nossa sociedade dentro de uma cultura de direitos humanos e cidadania;
- (iv) A preservação da memória dos indivíduos que foram vítimas das graves violações aos direitos humanos, conforme a recomendação nº 28 do relatório da Comissão Nacional da Verdade, cujos objetivos, entre outros, eram: “preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p.974).

Diante do exposto, o edifício – um elemento não-humano - foi considerado um dos atores centrais, influenciando e norteando as negociações entre outros atores devido à sua importância dentro da comunidade brasileira, mais especificamente, paulista, até a sua ressignificação enquanto lugar de memória de resistência. Por essa razão, a autora desta pesquisa atribuiu como primeiro marco na investigação, o tombamento do edifício ocorrido em 1999 (Figura 5), sem o qual não seria possível constituir o MRSP.

4.2. *Turning Points*

Ao resgatar o conceito de rede de acordo com as perspectivas da Teoria Ator-Rede, entende-se que características de ordenação e de estabilidade não são obrigatoriamente associadas à topologia alternativa de rede proposta por Latour (1996; 1999). A integridade da rede constituída se baseia na estabilização desses conjuntos de relações e subverte algumas dicotomias impostas pela geometria euclidiana – e suas formas “naturais”-, como dentro/fora, perto/longe. Uma rede é tão forte quanto sua capacidade de disseminação e de “trançamento”/conectividade de seus laços/elementos mais fracos (Latour, 1996).

Na tentativa de desenhar um modelo esquemático com os “marcos” ou *turning points* identificados durante a análise sem que uma falsa linearidade

cronológica fosse imposta, decidiu-se pelo uso de uma malha, por meio da qual conceitos como fluidez, dobras e sobreposições em uma topologia mutável de acordo com as associações realizadas por seus elementos constituintes se tornassem mais visíveis ao leitor (Figura 5).

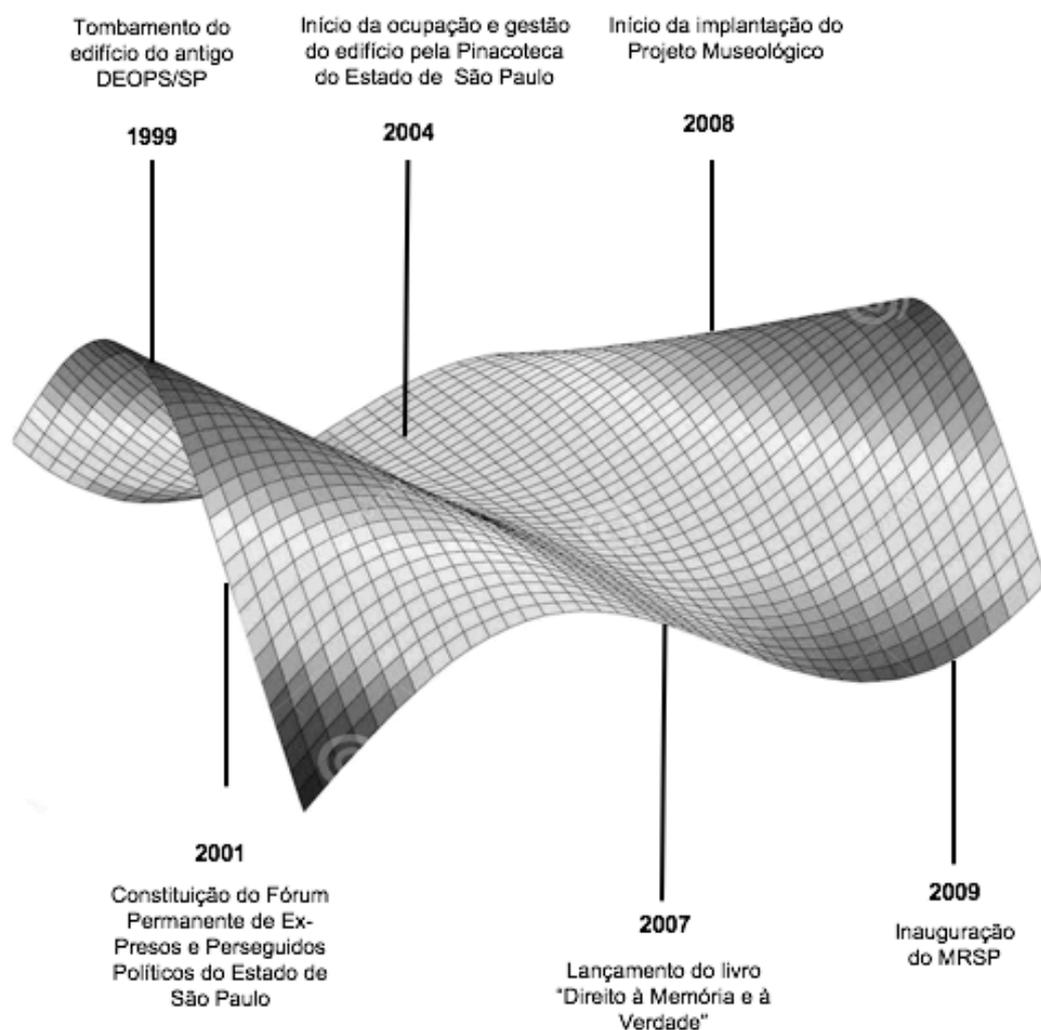


Figura 5: *Turning points* do processo de constituição do MRSP

Tal esquema também está alinhado com a noção de tempo proposta por Michel Serres que influenciou Latour na elaboração de um dos principais conceitos da Teoria Ator-Rede – translação – conforme ressaltado por Tonelli (2016) a partir dos estudos de Serres (1996):

“O tempo não corre sempre como uma linha [...], nem segundo um plano, mas de acordo com uma variedade extraordinariamente complexa, como se aparentasse pontos de paragem, rupturas, poços, chaminés de aceleração espantosa, brechas, lacunas, tudo semeado aleatoriamente, pelo menos numa desordem visível. [...] Não

é muito difícil, quando se compreendeu isso, aceitar que o tempo não se desenvolve sempre segundo uma linha: que podem, portanto, existir na cultura certas coisas que a linha fazia parecer muito afastadas e que estão de facto muito próximas, ou coisas, pelo contrário, muito próximas que, na verdade, estão distantes” (Serres apud Tonelli, 2016, p.385).

4.2.1.

1º *Turning Point*: O tombamento do edifício do antigo DEOPS/SP como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO)

Em 09 de julho de 1999 foi publicado na página 24 do Diário Oficial - D.O.E.; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 109 (129) - através da Resolução nº 28 (São Paulo, 1999), o tombamento do antigo prédio do DEOPS/SP (São Paulo, s.d.), após vinte e três anos desde o arquivamento do primeiro pedido (Almeida, 2014; Leal Neves, 2011) feito pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de São Paulo.

Nesse primeiro momento, não foi identificada uma mobilização específica de atores para transformação do espaço em um lugar de memória de resistência, mas sim um esforço relacionado ao tombamento do edifício, juntamente com outros imóveis da região central de São Paulo, como parte de uma política patrimonial do CONDEPHAAT, órgão criado pelo governo de São Paulo através da Lei nº 10.247 de 1968. Tal política patrimonial se pautava na preocupação do CONDEPHAAT a respeito de uma possível ruptura com o passado da cidade e destruição de seus bens simbólicos devido ao processo de especulação imobiliária, que estaria causando o desaparecimento da antiga estrutura e de características da região (Almeida, 2014; Gumieri, 2012).

Dessa forma, o pedido do tombamento do edifício feito em 1976, arquivado em 1980 e reaberto em 1986, estaria pautado majoritariamente em suas características arquitetônicas de estilo eclético, obra do arquiteto brasileiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, do que por sua ocupação pelo DEOPS/SP de 1942 a 1983 (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Leal Neves, 2011). Conforme ressaltado por Almeida (2014, p.278), “uma parte importante da história da edificação ficaria silenciada no processo de tombamento”, observação confirmada no documento de reabertura do processo de tombamento coletivo nº 24.506 em 1986 (São Paulo, 1986), obtido na página da Prefeitura de São Paulo com as

resoluções do CONDEPHAAT (São Paulo, s.d.), que não faz menção ao DEOPS/SP, mas sim ao valor do conjunto arquitetônico da região:

“Considerando que, apesar do processo de estagnação e modificação sofrido pelo bairro após a década de 30, um significativo conjunto de edificações e espaços urbanos conservam-se como testemunhos inestimáveis do período de formação e desenvolvimento dos Campos Elíseos, deliberou em sua sessão ordinária do dia 17 de março de 1986, abrir Processo de Tombamento do traçado urbano e de um conjunto de imóveis situados na área do bairro dos Campos Elíseos, no município de São Paulo, abrangida pelo polígono definido pela intersecção dos eixos das seguintes vias: Viaduto General Couto de Magalhães, Rua Mauá, Largo General Osório, Rua Mauá, Av. Duque de Caxias, Alameda Barão de Limeira, Alameda Eduardo Prado, Rua Vitorino Carmilo, Rua Lopes de Oliveira, Rua Capistrano de Abreu e a divisa da área da FEPASA (via férrea) [...]” (São Paulo, 1986).

Cabe ressaltar que no ano de abertura do processo de tombamento nº 20.159/1976, submetido pelo diretor técnico do CONDEPHAAT daquela época, Carlos Lemos, o edifício ainda era ocupado pelo DEOPS/SP, o que pode explicar a dificuldade encontrada pela equipe técnica do órgão na obtenção das autorizações necessárias para realizar vistorias no local e acessar as plantas do imóvel, o que resultou no arquivamento do pedido em 1980 pelo então presidente do CONDEPHAAT, Ruy Ohtake (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Leal Neves, 2011). A documentação encontrada permitiu à autora desta pesquisa identificar nominalmente apenas alguns funcionários do CONDEPHAAT, mas é razoável considerar o próprio CONDEPHAAT como um ator, dado que os identificados exerciam cargos de chefia e provavelmente comandavam equipes que também fizeram parte das mobilizações para tombamento do edifício.

Segundo Almeida (2014, p.277), “equipe técnica e sociedade se mobilizaram no esforço de salvaguardar os bens imóveis restantes, que serviriam como reminiscências dos ciclos econômicos e sociais da cidade”. Ou seja, além da equipe técnica do CONDEPHAAT, outro ator aparece na investigação como participante do processo de translação para que o tombamento ocorresse: a sociedade. Ainda que não tenham sido identificados individualmente, a mobilização social por meio de comissões e organizações não governamentais, como a Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Jornal do Brasil, 1991; Marques, 1997), aparece pela primeira vez como um importante ator das distintas redes constituídas ao longo do processo de formação do Memorial da Resistência de São Paulo.

É importante reforçar que a reabertura do pedido de tombamento coletivo em 1986 – com um hiato de 10 anos -, já com toda a documentação necessária

devidamente anexada (Antonini, 2012), se deu somente após o término da ditadura civil-militar (1985) e a extinção dos DOPS (decreto nº 20.728 de 04 de março de 1983), o que fornece um indicativo relevante a respeito das relações políticas de poder que impediram o prosseguimento do processo durante o regime ditatorial.

Ainda a esse respeito, segundo o 1º volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), assume a diretoria-geral do DEOPS/SP no período de 1977 a 1982 o ex-chefe do Serviço Secreto, Romeu Tuma. Descrito como “uma figura mais palatável”, o delegado de polícia assumiu posteriormente a Superintendência da Polícia Federal do Estado de São Paulo entre 1983 e 1985, após a extinção do DOPS, e mais tarde o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal até 1992. Romeu Tuma ainda foi eleito duas vezes senador por São Paulo. Sua biografia demonstra suas fortes e poderosas relações sócio-políticas no estado de São Paulo e ainda que “não haja provas de que Tuma tenha participado de sessões de tortura no DOPS/SP, é fato que trabalhou por anos em edifício onde isso ocorria, chefiando seu Serviço Secreto” (Brasil, 2014, p.166), o que torna possível e factível atribuir à sua gestão e influência política uma parte das dificuldades encontradas para o acesso ao edifício e obtenção da documentação para o processo de tombamento (Filho, 1992; Quadros, 1992; 1994a; 1994b; Mayrink, 1992).

Em outras palavras, o ator DEOPS/SP – representado por seu porta-voz (*spokesperson*) Romeu Tuma - não foi trasladado, não sendo mobilizado pelos demais atores para constituição de um ator-rede no processo de tombamento do edifício. Nem a mobilização social, nem o trabalho dos funcionários do CONDEPHAAT, nem a própria história social do edifício foram capazes de negociar o processo de tombamento do imóvel junto à diretoria do DEOPS/SP durante a sua gestão do edifício. Sob a perspectiva da autora desta pesquisa, o que ocorreu foi a mudança no contexto brasileiro nos anos finais da ditadura civil-militar com a lenta abertura política e extinção do órgão da polícia política, reduzindo seu poder de veto ao acesso dos funcionários do CONDEPHAAT às instalações que ocupou até 1983.

Essa mudança no contexto político e social brasileiro pode ser observada também no texto da resolução nº 28 de 1999 (São Paulo, 1999), onde é possível identificar uma nova narrativa com o reconhecimento da história recente de ocupação do edifício pelo DEOPS/SP (“Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999, publicado no DOE 09/07/99, p. 24. Dispõe sobre o tombamento do edifício

do antigo DOPS”). O documento reforça essa mudança ao ampliar o valor histórico do edifício para além do estilo arquitetônico, passando a incluir a estrutura de celas e o uso do local pelo DEOPS/SP, reconhecendo seu passado recente no regime ditatorial, como destacado abaixo:

“Artigo 1º – Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória social paulista o edifício localizado na Praça General Osório, no 66, 88, 120 e 136, o “antigo DOPS”, construído para abrigar armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, foi ocupado parcial e temporariamente pela direção da mesma empresa até o término das obras da Estação Júlio Prestes, de 1951 a 1953, o do estado e, em seguida, pelo DOPS, Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi projetado pelo Escritório de Ramos de Azevedo, sua importância arquitetônica é grande e decorre principalmente do seu partido arquitetônico. O espaço é definido de forma racional e organiza os ambientes, amplos, entre as prumadas verticais de circulação. Os sistemas estruturais adotados associam elementos modulares em ferro às duas torres de alvenaria portante e resolvem tecnicamente o espaço pretendido. *No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto* (São Paulo, 1999. Grifos da autora desta pesquisa).

Segundo os documentos consultados, houve um desmembramento do pedido de tombamento do conjunto inicial de imóveis do processo de 1986, de modo que o tombamento do antigo edifício do DEOPS foi tramitado em separado para a constituição de uma Escola Superior de Música (Almeida, 2014; Antonini, 2012; Leal Neves, 2011). No entanto, contrariando as expectativas de que uma tramitação em separado pudesse acelerar o processo, o pedido de tombamento do antigo edifício do DEOPS/SP só seria deferido em 1999, após um segundo hiato de 13 anos desde a reabertura em 1986.

Ao buscar o porquê do novo hiato pós-período ditatorial e investigar o contexto dos anos anteriores ao tombamento, um novo ator foi identificado: a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo. Após a extinção do DEOPS/SP em 1983, o edifício permaneceu sob administração da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e até 1998 sediou a Delegacia do Consumidor – Decon (Leal Neves, 2011), quando passou nesse mesmo ano para a gestão da Secretaria da Cultura (Antonini, 2012; Gumieri, 2012). A partir daí é identificada uma série de movimentações da Secretaria de Cultura para utilização do espaço, incluindo a já citada Escola Superior de Música e outras iniciativas após o término das obras de recuperação em 2002 para ressignificação do edifício (entre elas o Memorial do Cárcere, que será abordado no 3º *Turning Point*).

Os anos 1990 foram marcados por uma forte atuação de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar que se mobilizaram em comissões e organizações civis junto ao Poder Público para que o passado fosse trazido à tona dentro do que se esperava de acordo com a Lei de Anistia de 1979 (Lei 6.683/1979) e o processo de justiça de transição. Uma das maiores reivindicações tratava da abertura dos arquivos do DEOPS/SP, cujo acervo permaneceu nove anos sob a guarda do Departamento de Polícia Federal, sendo devolvido para a Secretaria de Cultura em janeiro de 1992 e disponibilizado ao público somente no final de 1994 (Folha de São Paulo, 1992; Jornal do Brasil, 1991; 1994; Marques, 1997), como destacado nos trechos de jornais abaixo:

“Depois de mais de um ano tentando obter permissão para pesquisar os arquivos do Deops paulista, a Comissão de Familiares conseguiu ontem visitar a sala secreta onde eles estão guardados há oito anos, no 5º andar do prédio da Polícia Federal, no centro de São Paulo” (Jornal do Brasil, 1991, p.4).

“Os arquivos do Deops paulista foram abertos ao público no final de 1994. O Departamento foi extinto em 1983, mas seus arquivos foram transferidos para a sede da Polícia Federal em São Paulo, onde ficaram durante onze anos inacessíveis para o público. Neste período, os documentos ficaram sob a guarda do hoje senador Romeu Tuma, último diretor do Deops que se transferiu para a Polícia Federal em 1983. Avalia-se que os arquivos foram “higienizados”. A Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que fez uma pesquisa intensiva sobre os prontuários do período pós-64, diz que documentos sobre o PC do B e da guerrilha do Araguaia foram arrancados do Arquivo” (Marques, 1997, p.4).

Em outras palavras, o próprio contexto sócio-político brasileiro nos anos 1980 e 1990, com o fim da ditadura civil-militar, a extinção da polícia política, as ações e reivindicações de diferentes grupos sociais no sentido de trazer à tona e tornar transparentes os acontecimentos daquele passado recente segundo as premissas da justiça transicional, pode ter potencializado a efetivação do tombamento do edifício em 1999, 23 anos após o primeiro pedido apresentado pelo CONDEPHAAT.

Ao analisar as movimentações dos atores envolvidos no tombamento do prédio do antigo DEOPS/SP, entendendo o próprio imóvel como um ator não-humano, alguns pontos importantes puderam ser observados. O principal deles é em relação ao tempo de maturação do processo de tombamento, iniciado em 1976, ainda durante a ditadura civil-militar, e efetivado em 1999, quatorze anos após o fim do regime. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo com o processo de constituição do Memorial Nacional Irlandês da Guerra (*Irish National War Memorial*) exposto por Ann Rigney (2008) em seu artigo “*Divided pasts: a*

premature memorial and the dynamics of collective remembrance”. A “pedra”, a edificação ou o espaço físico somente se torna um lugar de memória ao ser reconhecido como tal pela comunidade em que está inserido, que aceita e legitima determinadas lembranças como parte da memória nacional, trazendo à tona vozes antes silenciadas. Ou seja, o tombamento do antigo prédio do DEOPS/SP não apontava necessariamente para a constituição de um lugar de memória de resistência - ainda que o texto do Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999 indicasse de maneira sutil a utilização do espaço pelo DEOPS/SP durante o regime civil-militar -, mas sim como o primeiro passo para um novo período de múltiplos projetos e negociações entre grupos para definição do uso do espaço (o que ficou comprovado ao considerar que dez anos se passaram até que o MRSP fosse inaugurado em 2009).

O tombamento do edifício pode ser definido, portanto, como Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) na rede de constituição do Memorial, pois representa uma questão de interesse para todos atores – por mais que seus objetivos individuais fossem díspares – e sem o qual nenhum deles estaria apto a alcançar sua meta (Callon, 1999). O tombamento do imóvel constituía uma etapa essencial, uma questão indispensável para que o CONDEPHAAT, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o prédio e os grupos de Mobilizações Sociais (um macro-ator) pudessem atingir seus objetivos, fato que tornou possível em 1999 após a desmobilização do ator DEOPS/SP dentro da conjuntura sócio-política favorável às reivindicações populares, conforme demonstrado abaixo na Figura 6.

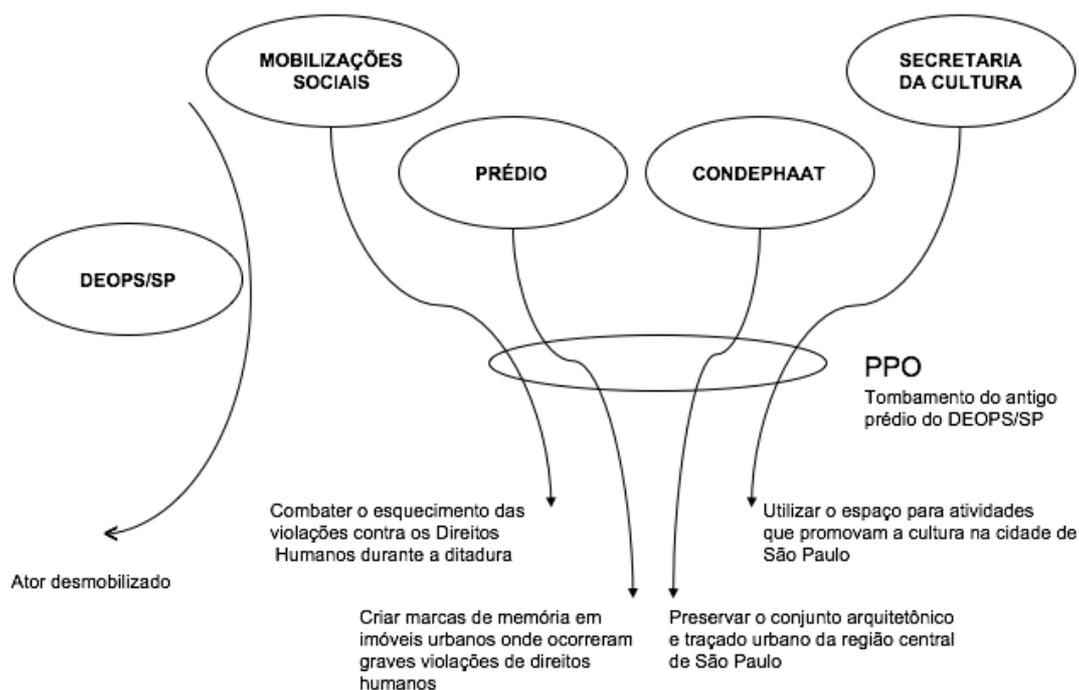


Figura 6: Ponto de Passagem Obrigatória (PPO) no processo de constituição do MRSP, adaptado de Callon (1999, p.71).

4.2.2.

2º Turning Point: Constituição do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo

Ao investigar as movimentações do macro-ator “Mobilizações Sociais” no 1º *Turning Point* foram identificados seus atores constituintes centrais nas fontes pesquisadas. No entanto, como as iniciativas de tais atores foram múltiplas, simultâneas e disseminadas, a autora desta pesquisa optou no 1º *Turning Point* por agregar estas organizações sob a denominação genérica “mobilizações sociais”. Além disso, como o objetivo principal era avaliar e ressaltar o efeito sinérgico das mobilizações desses diversos atores ao longo dos anos 1980 e 1990 - cujas ações pressionaram o tombamento do antigo prédio do DEOPS/SP em 1999 – entende-se que não houve prejuízo na análise.

Dessa forma, dentro daquele contexto, diferentes atores promoveram ativamente debates, trazendo à tona lembranças e reivindicações do passado de violações para o presente da sociedade brasileira. Evitar o esquecimento e buscar a verdade e a reparação por meio das mobilizações eram os objetivos de diversos grupos de familiares e ex-presos políticos, de modo que o período de 1964 a 1985 fosse tratado de forma transparente e “passado a limpo”. Foram várias lutas

travadas, a começar pelo acesso aos documentos e localização dos restos mortais de desaparecidos políticos. Compreender o contexto no qual tais reivindicações foram feitas, em diferentes instâncias e por diversos setores da sociedade, é fundamental para o entendimento da relevância do papel das mobilizações sociais nas distintas etapas do processo de justiça de transição até a transformação do antigo prédio do DEOPS/SP em Memorial da Resistência.

A começar pela luta para obter acesso aos documentos da repressão, Rodrigues (2011) em seu artigo “Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história” contextualiza as diferentes legislações brasileiras relacionadas ao acesso aos arquivos e a ênfase característica ao sigilo, salientando a postura “reativa” do governo brasileiro quando confrontado com a demanda de acesso por grupos da sociedade (Rodrigues, 2011, p.258). A autora ressalta a importância do acesso aos documentos de arquivos públicos por seu caráter probatório e testemunhal, como destacado abaixo:

“No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância, não apenas pelo seu aspecto probatório ou, nas palavras de Arlete Farge, pelo seu potencial poder de culpabilizar e responsabilizar, mas, igualmente, pelo seu caráter testemunhal” (Rodrigues, 2011, p.257).

Ao relacionar a dinâmica de poder com o sigilo determinado aos documentos da ditadura – segregando o privilégio de quem poderia ter acesso ou não aos mesmos - o Governo traça limites e define “o segredo como regra e não como exceção” (Rodrigues, 2011, p.267). Entendendo que: *(i)* o segredo impede o compartilhamento de informações e que *(ii)* a memória é constituída de maneira dinâmica e disputada a partir da comunicação e a relação entre indivíduos dentro de um contexto social, não disponibilizar os documentos da época da ditadura poderia impactar significativamente a construção das memórias daquele período tanto para os indivíduos que o vivenciaram como também para as gerações futuras.

As reivindicações pelo acesso aos documentos, portanto, transbordavam os interesses individuais daqueles diretamente afetados pelas violações dos direitos humanos cometidas entre 1964 e 1985, se tornando fundamentais para a construção da memória coletiva da sociedade pós-ditadura a partir dos testemunhos silenciados e resgate das memórias na iminência de apagamento. Afinal de contas, o fornecimento da verdade e a construção da memória é uma das dimensões

fundamentais do processo de redemocratização. Resgatar e investigar tanto os documentos quanto os testemunhos permitiam, portanto, revisar, reparar e corrigir versões oficiais hegemônicas e dominantes (Abrão & Torelly, 2010; Abrão, 2011; Costa & Silva, 2017).

Rodrigues (2011, p.280) detalhou as legislações promulgadas pelos Governos Fernando Henrique Cardoso (período: 1995 – 2002) e Lula (período: 2003 a 2009) – conforme os Quadros 2 e 3 abaixo - e concluiu que “a tradição brasileira em relação ao acesso aos arquivos, assenta-se, preferencialmente, na ‘salvaguarda’ das informações, o que se traduz, na verdade, pela ênfase no sigilo”. Tal conclusão reforça, mais uma vez, a relevância da mobilização de diversos atores no resgate das memórias da época da ditadura civil-militar brasileira e a centralidade desses atores nas diferentes dimensões da justiça de transição.

Presidente da República	Legislação	Particularidades
Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997	Ênfase no sigilo. Introduz as <i>Comissões Permanentes de Acesso. Restrições ao pesquisador</i>
	Decreto n. 2.182, de 20 de março de 1997	Normatiza transferência e tratamento dos acervos. Estabelece prazo para a criação das <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Lei n. 9.507, de 12 de novembro de 1997	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>
	Decreto n. 2.910, de 29 de dezembro de 1998	Ênfase no sigilo. Mantém as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Decreto n. 3.505, de 13 de junho de 2000	Institui a política de segurança da informação (dados informatizados)
	Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002	Institui as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos</i>
	Decreto n. 4.497, de 4 de dezembro de 2002	Ênfase no sigilo
	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002	Ênfase no sigilo. Institui as <i>Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos Sigilosos</i> nos órgãos públicos. Sigilo eterno

Quadro 2: Legislação relacionada aos arquivos (1997 – 2002) (Rodrigues, 2011, p.272)

Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2010)	Decreto n. 4.850, de 2 de outubro de 2003	Institui comissão interministerial com a finalidade de obter informações e a localização dos mortos na Guerrilha do Araguaia
	Decreto n. 5.301, de 9 de dezembro de 2004	Regulamenta o acesso aos documentos públicos, ressalvadas os de sigilo para segurança da sociedade e do Estado. Institui a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas na Casa Civil da Presidência da República
	Medida Provisória n. 228, de 9 de dezembro de 2004	Retoma os prazos de acesso da Lei de Arquivos n. 8.159, de janeiro de 1991. Reforça o papel da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas
	Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005	Define a composição da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas e a sua metodologia de trabalho
	Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005	Recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)
	PL n. 5.228, de 13 de maio de 2009.	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências

Quadro 3: Legislação relacionada aos arquivos (2003 – 2009) (Rodrigues, 2011, p.277)

Resende (2012, p.1), por sua vez, ressalta a relevância da abertura dos documentos de repressão ao argumentar que “num primeiro momento, a importância desse arquivo estava diretamente vinculada a uma pressão, por parte dos movimentos de direitos humanos, pela responsabilização do Estado pelos crimes ocorridos durante o regime civil-militar iniciado em 1964”. O autor relaciona ainda essa intensa mobilização à insatisfação de cidadãos – anistiados ou não – com o caráter parcial e restrito da Lei de Anistia.

Isto posto, independentemente da motivação dos diferentes atores para acessar os arquivos produzidos durante a ditadura, pode-se afirmar que a mobilização social foi imprescindível para que os documentos fossem disponibilizados em 1994, criando uma situação de exposição e reforço do processo da justiça transicional. Ou seja, ainda que parte do material tenha sido desfalcado ou destruído antes de ser transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, na visão da autora desta pesquisa, a iniciativa bem-sucedida de acesso aos documentos da repressão fortaleceu os diversos grupos sociais na luta pela reparação e também no processo de tombamento do edifício – cujo deferimento

publicado no Diário Oficial da União em 1999 já trazia a informação da ocupação pelo DEOPS/SP, ao contrário das resoluções anteriores.

Nesse sentido, a própria trajetória dos documentos da repressão aliada às reivindicações dos atores centrais nas mobilizações sociais também pode ter contribuído para que o destino do prédio do antigo DEOPS/SP ficasse em evidência. A trajetória de quase onze anos dos arquivos – dos quais nove anos sob a guarda do Departamento de Polícia Federal até que fossem devolvidos para a Secretaria da Cultura em 1992 e finalmente disponibilizados ao público em 1994 -, bem como as reivindicações dos atores amplamente cobertas pela mídia, ajudam a mapear e investigar a conjuntura social do período.

Atores como o grupo *Tortura Nunca Mais* (França & Falcão, 1996; Folha de São Paulo, 1992a; 1996; Neri, 1995), a *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos* (Folha Campinas, 2000; Folha de São Paulo, 1990a, 1990b, 1990c, 1992b; Galhardo, 1998; Rossetti, 1992; Stycer, 1994) e a *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (França & Falcão, 1996; Folha de São Paulo, 1996) receberam - e/ou conquistaram - espaço nos jornais da época, como indicado nas matérias do acervo da Folha de São Paulo no Quadro 4 abaixo:

Mês/Ano	Título	Autoria
Ago./1992	“Meus pais torturados, nem se mexiam”	Rossetti, F.
Jan./1992	Famílias têm acesso prioritário a arquivo	Não informado
Mar./1992	Familiares recebem fichas de desaparecidos	Não informado
Out./1990	Unicamp retira do IML registros sobre ossadas	Não informado
Out./1990	Unicamp reinicia levantamento de ossadas	Não informado
Nov./1990	Prefeitura investiga ossos em Vila Formosa	Não informado
Mai./1998	Unicamp libera ossadas de Perus amanhã	Galhardo, R.
Set./2000	Estado retoma investigação de ossadas	Não informado
Jul./1995	Grupo se especializa em ‘caça’ aos torturadores	Neri, E.
Jun./1994	Famílias fazem apelo sobre ‘desaparecidos’	Stycer, M.
Mai./1996	Entidades temem falta de apoio ao programa	Não informado
Ago./1996	Reale Jr. defende indenizar torturados	França, W e Falcão, D

Quadro 4: Matérias veiculadas no Jornal Folha de São Paulo (Acervo da Folha de São Paulo)

Além dos representantes (*spokesperson* conforme definição no Quadro 1 – p.43) dos atores centrais componentes do macro-ator “Mobilizações Sociais”, como Ivan Seixas – citado de maneira recorrente nas matérias da Folha de São Paulo como representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Amélia Telles, ambos ex-presos políticos – outros elementos (e, nesse caso, não-humanos) foram identificados como atores no processo de mobilização da sociedade pela busca da verdade e da reparação pelas violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura: *livros*.

Nesse sentido, os livros “*Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*”⁹ e “*Brasil: Nunca Mais*”¹⁰, por exemplo, foram identificados como móveis imutáveis (ver Quadro 1 – p.43), cuja competência de reter, preservar e disseminar a informação das torturas e violações ocorridas na ditadura através dos relatos dos ex-presos políticos e/ou familiares, os transformou em atores com capacidade de ação à distância (ver definição no Quadro 1 – p.43), ampliando as associações e mobilizando mais aliados para a luta pela reparação, uma das dimensões fundamentais do processo de redemocratização (Abrão, 2011; Abrão & Torelly, 2010).

É relevante constatar que múltiplas fontes, tais como o relatório da CNV, apontam 1995 como um ano “especial no que se refere à luta por verdade e memória no país” devido aos intensos esforços de ex-presos e perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos na busca por documentos e pela sistematização das informações obtidas. Foi o ano de publicação do livro “Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964” (um dos atores não-humanos identificados) e também o ano de sanção da Lei nº 9.140/1995, considerada “pedra angular de todo o processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas na ditadura militar” (Brasil, 2014, p.25) e que faz referência ao princípio de reconciliação e de pacificação nacional, conforme destacado abaixo (Brasil, 1995):

“Art. 2o A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo *princípio de reconciliação* e de *pacificação nacional*, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia” (Brasil, 1995. Grifos da autora desta

⁹ A primeira versão em 1979, revisado e ampliado em 1995 quando passou a chamar-se “*Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*”.

¹⁰ Publicado inicialmente em 1985 e que já ultrapassou a 40ª edição.

pesquisa).

A Lei nº 9.140 instituiu também a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) do Ministério da Justiça - mais um dos atores centrais mapeados -, primeira comissão criada pelo Estado para “lidar com os legados da ditadura” (Memórias da Ditadura, 2017), cujo objetivo era “elucidar casos de graves violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira”, como ressaltado no relatório da CNV:

“A CEMDP, uma comissão de Estado, foi instituída pela Lei nº 9.140 de 1995, com o objetivo de elucidar casos de graves violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Para seus pareceres, empreendeu ampla pesquisa, que inclui importante levantamento documental e relevantes depoimentos, o que torna seu livro-relatório [Direito à Memória e à Verdade] fonte fundamental sobre o tema” (Brasil, 2014, p.493).

A Figura 7 demonstra de modo esquemático e simplificado a constituição do macro-ator Mobilizações Sociais, indicando seus atores constituintes, cujas ações contribuíram para o acesso aos documentos, localização dos restos mortais de desaparecidos políticos e, também, na análise da autora da presente pesquisa, para pressionar, junto aos demais atores do 1º *Turning Point*, o processo de tombamento do antigo prédio do DEOPS/SP em 1999.

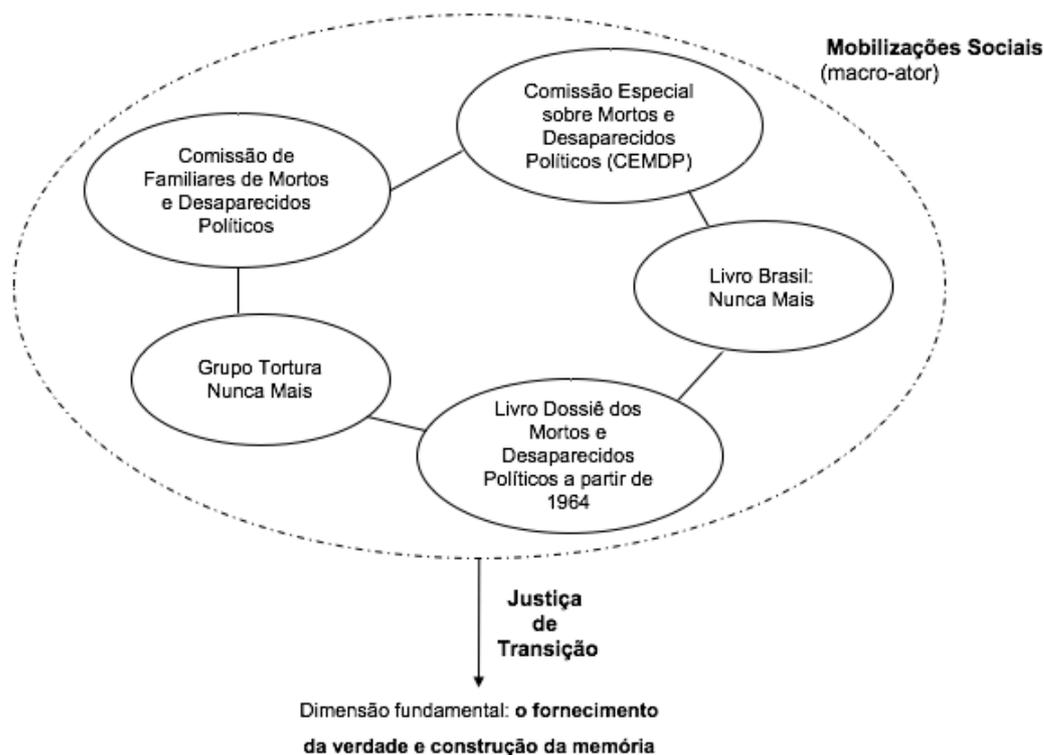


Figura 7: Modelo simplificado do macro-ator "Mobilizações Sociais (Abrão & Torelly, 2010)

Curiosamente, ao identificar e seguir estes múltiplos atores para investigar as associações realizadas na década de 1990 e que contribuíram na construção de uma conjuntura favorável dentro do contexto da justiça de transição, não foram encontrados vestígios das ações do grupo Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo (Fórum), ainda que este ator seja indicado de forma recorrente em outras fontes historiográficas como parte integrante do processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo (Araújo & Bruno, 2009; Araújo et al., 2010; Fecher, 2015; Filipini Neves, 2011). Segue abaixo trecho de uma das fontes no qual o Fórum de Ex-Presos tem seu papel ressaltado na formação do MRSP por Araújo et al. (2010):

“O Memorial da Resistência de São Paulo, um lugar de memória por excelência por ter sido a sede de uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil republicano, nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da sua Secretaria da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação, comunicação visual e audiovisual, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo” (Araújo et al., 2010, p.231).

Algumas explicações possíveis sobre essa ausência, na visão da autora desta pesquisa, são as seguintes: **(i)** o ano da constituição *oficial* do Fórum de Ex-Presos Políticos foi 2001, o que não impede que alguns de seus membros tenham participado das reivindicações nos anos 1990 como integrantes de outros atores indicados na Figura 7, contribuindo para a força do macro-ator “Mobilização Social”, **(ii)** como a finalidade primordial do Fórum era a busca pela reparação simbólica - moral e financeira - aos ex-presos e perseguidos políticos do Estado de São Paulo, é possível que os esforços tenham sido direcionados para o atingimento desse propósito e **(iii)** a possibilidade de que tenham sido formados diferentes atores-rede, de configurações e objetivos distintos, durante o processo de constituição do MRSP. Ou seja, considerando que houve a (des)mobilização de diversos atores no percurso, é possível e factível argumentar que nem todos participaram e/ou permaneceram mobilizados em determinada configuração durante todas as etapas do processo até a inauguração do MRSP em 2009.

A página de apresentação do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo (“O que é o Fórum?”) (Fórum, 2017a) corrobora a explicação sugerida nos itens *(i)* e *(ii)* propostos pela autora da presente pesquisa, ou seja, houve participação ativa de alguns de seus futuros integrantes nas mobilizações sociais antes da criação oficial do Fórum em 2001 e o objetivo primordial do ator era a indenização dos afetados pela ditadura. De acordo com o Fórum:

“Em 1998, o Fórum [Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo] ainda não existia. Neste ano, alguns de seus futuros membros, realizando um trabalho baseado na possibilidade de se votar uma lei que indenizasse todos diretamente atingidos, de alguma maneira, pela ditadura civil-militar, pois a Lei de Anistia de 1979 não indenizava trabalhadores em empresas privadas, mas apenas dirigentes sindicais, militares e funcionários públicos” (Fórum, 2017a).

Ao apontar que “havia também a possibilidade de a Assembleia Legislativa de São Paulo votar uma lei – como já ocorrera pouco antes no Paraná – que indenizasse todos os que não eram atendidos pela legislação federal”, foi identificada a necessidade de criar uma entidade “na qual se buscasse aproximar e aglutinar todas essas pessoas, a luta para que seus direitos fossem colocados em lei” (Fórum, 2017a). O caráter inclusivo do Fórum, ou seja, a capacidade de mobilização deste ator, pode ser constatado na constituição de sua 1ª diretoria e conselho fiscal sob forma colegiada, relação que contava com 45 nomes de ex-

presos e perseguidos políticos (Fórum, 2017b) e reiterado em diversos documentos, tais como o trecho destacado a seguir: “o Fórum iniciou um trabalho com *todo e qualquer companheiro* que tivesse perdido o emprego durante o regime militar por razões de perseguição política e pelos demais que foram presos ou perseguidos” (Fórum, 2017a, p.1. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, os vestígios encontrados nos documentos mostram a forte atuação do Fórum nas diferentes etapas de translação do processo de reparação, com a atração de interesses, envolvimento e mobilização de aliados em torno dessa causa. Ao mobilizar outros atores e torná-los alinhados aos objetivos dos demais elementos integrantes do Fórum, o ator-rede ampliou suas associações e sua capacidade de ação junto ao Poder Público e demais entidades envolvidas na busca pela reparação. Ações como o acompanhamento contínuo de leis, desde a elaboração até a publicação, como no caso da sanção da Lei de reparação estadual (nº 10.726/2001) prévia à lei federal, corroboram a força do papel desempenhado pelo Fórum em São Paulo.

A Lei de reparação estadual nº 10.726 (São Paulo, 2001) foi sancionada pelo governador Mário Covas em 08 de janeiro de 2001. Contudo, devido ao seu falecimento, foi regulamentada somente em 18 de dezembro de 2001 por Geraldo Alckmin, que assumiu o governo do Estado - demora essa que gerou descontentamento junto ao Fórum (2017c), como destacado no trecho abaixo da ata de uma assembleia realizada em 23 de outubro de 2001:

“[...] Prosseguindo, falou sobre os trabalhos que o Fórum dos Ex-Presos veio desenvolvendo durante os anos de 2000 e ao longo de 2001, em função dos trabalhos de acompanhamento do desenvolvimento da Lei da Anistia e assinatura da Medida Provisória Federal e dos Decretos Estaduais que determinou e determina uma reparação aos democratas perseguidos políticos que foram presos, torturados e mortos pela Ditadura Militar, principalmente os dos Estados que já chegaram a esse objetivo, ficando somente o Estado de São Paulo protelando a assinatura da regulamentação e nomeação da Comissão responsável pelo recebimento dos requerimentos e seu julgamento indenizatório, Lei essa já assinada pelo ex-governador Mário Covas em janeiro de 2001. Em vista do seu falecimento em fevereiro de 2001, *a responsabilidade da assinatura de tal regulamentação passou para o atual governador do Estado, Geraldo Alckmin, o que infelizmente até o presente não ocorreu*” (Fórum, 2017c. Grifos da autora desta pesquisa).

Após ser regulamentada, a Lei nº 10.726 (São Paulo, 2001) autorizava o Estado de São Paulo a indenizar todas as pessoas detidas entre 31 de março de 1964 e 15 de agosto de 1979 que comprovassem o comprometimento de sua saúde física

e/ou psicológica decorrente das torturas e maus-tratos sofridos naquele período, como destacado no trecho abaixo:

“O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Estado de São Paulo *autorizado a efetuar o pagamento de indenização, a título reparatório*, às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade ou guarda dos órgãos públicos do Estado de São Paulo ou em quaisquer de suas dependências.

§ 1º - Terão direito à indenização os que *comprovadamente sofreram torturas que causaram comprometimento físico ou psicológico*, desde que não tenham obtido, pelo mesmo motivo, ressarcimento por dano moral ou material.
(São Paulo, 2001. Grifos da autora desta pesquisa).

Importante ressaltar que somente após a avaliação e parecer favorável da solicitação pela Comissão Especial – devidamente amparada em documentos comprobatórios exigidos do solicitante -, instituída na mesma lei como responsável pelo julgamento de tais solicitações, ex-presos ou perseguidos políticos poderiam receber a indenização, como indicado nos trechos da lei nº 10.726 selecionados abaixo:

“Artigo 4º - A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, que lhe prestará apoio e estrutura administrativa.

Artigo 5º - Os interessados deverão requerer à Comissão Especial a análise de seus casos, mediante pedido protocolizado na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, instruído com as informações e documentos necessários.

Artigo 7º - A indenização será concedida mediante decreto do Governador do Estado, *após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta lei*.
(São Paulo, 2001. Grifos da autora desta pesquisa).

A exigência de comprovação de tortura foi contestada pelos ex-presos políticos, considerando a passagem de cerca de 30 anos e a dificuldade de acesso aos documentos já abordada no presente estudo (Estadão, 2002). Todavia, não foi observada pela autora desta pesquisa nenhuma alteração da lei relacionada à essa exigência nos documentos consultados, somente prorrogações do prazo para formulação do pedido de indenização (Leis nº 11.242 de 19.09.2002 e nº 12.714 de 05.10.2007). Tal exigência tornou o processo ainda mais complexo e contribuiu para que os integrantes do Fórum se organizassem de modo a auxiliar aqueles que

tivessem direito à indenização, como ressalta um dos ex-presos políticos envolvidos no processo, Maurice Politi (fundador e atualmente diretor administrativo do Núcleo Memória – organização oriunda do Fórum):

“O Fórum dos ex-Presos de São Paulo surgiu no ano de 2001 quando o governo do estado fez uma lei de reparação, porque depois da ditadura começaram alguns estados, ainda não tinha a lei de reparação nacional, mas alguns dos estados pressionados pelos ex-presos políticos começaram a dar leis estaduais de reparação, começou no Paraná, depois foi em São Paulo, depois foi Rio de Janeiro.... Então quando essa lei foi promulgada na época pelo governo do estado que dava uma reparação simbólica [...], então *surgiu a necessidade de organizar, porque São Paulo teve a maior quantidade de presos políticos do país e dentre eles, muito operários, muitos que não tinham conhecimento de como fazer a burocracia, como entrar com o pedido* e tal, então se criou essa associação que chamou Fórum dos ex-Presos para ajudar justamente as pessoas a requerer a sua indenização, a sua reparação” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

“O Fórum se constitui basicamente para *atender a reivindicação econômica, da reparação econômica do Estado de São Paulo, [...] e é uma lei de certa forma simples, só que você tinha que provar com documentos que você tinha sido preso ou perseguido no estado de São Paulo. [...]* Como o estado de São Paulo foi o estado, junto com o Rio, que mais teve presos, teve muita gente presa que não tinha advogado, que não tinha como pagar advogado, não tinham entendimento do que significava, que tipo de documentos você tinha que juntar. O Arquivo [Público] do Estado de São Paulo tinha sido recém-aberto, era difícil encontrar [documentos]. Então esse Fórum surgiu com essa finalidade: *ajudar essas pessoas a pedir a reparação ao estado de São Paulo* (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, é possível afirmar que a mobilização dos integrantes do Fórum e a atuação deste ator (Fórum) no processo de reparação foram fundamentais para que um maior número de pessoas afetadas pelas violações praticadas durante a ditadura em São Paulo pudesse buscar na justiça seu direito à indenização. Como colocado por Maurice Politi na entrevista concedida em 06 de maio de 2017, o Fórum assumiu um papel relevante e atuou como “organismo gestor desses pedidos [de reparação]”, mobilizando outros elementos na busca pela reparação simbólica, como destacado no manifesto publicado no site oficial do Fórum (Fórum, 2017d):

“Queremos que se respeite a Lei.

Que ela seja aplicada sem casuísmos, e, que a Comissão de Anistia encarregada de analisar os processos observe os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e da eficiência no desenvolvimento de seus trabalhos, que não faça qualquer distinção de corporações, cor, gênero ou religião e nem tenha filiação partidária e que as reparações previstas nas leis de anistias sejam, realmente, estendidas a todos os ex-presos e perseguidos políticos, independente do poder pessoal de cada um ou de suas corporações de barganharem com o poder político estabelecido” (Fórum, 2017d. Grifos dos autores).

Abrão & Torelly (2010, p.31) ressaltam que “o ‘acerto de contas’ com o passado restou, por muito tempo, circunscrito ao tema da reparação aos familiares de mortos e desaparecidos e na localização dos restos mortais e o esclarecimento das circunstâncias dos assassinados nos termos da Lei nº 9.140/95”, e que este cenário de “baixa amplitude de demandas por justiça transicional” começou a se modificar a partir de 2001. Os autores destacam, ainda, a aprovação da Lei nº 10.559/2002 que prevê “a responsabilidade do Estado por todos os demais atos de exceção, na plena abrangência do termo” (Abrão & Torelly, 2010, p.31), reforçando o processo de reparação da justiça transicional dentro daquele contexto.

O Fórum também ressalta o aumento dos pedidos de orientação com a aprovação da Lei nº 10.559 de 2002 e argumenta que para a organização “nunca houve a preocupação de ganhar dinheiro”, como destacado no trecho abaixo:

“Quando foi votada a Lei da Anistia [nº 10.559/2002] em Brasília, o Fórum já constituído recebeu uma enxurrada de pedidos de companheiros que queriam entrar com o processo para receber indenização. Percebeu-se logo que haviam outros interessados que queriam evidentemente ganhar dinheiro, visavam o lado financeiro da luta. Mas para o Fórum nunca houve a preocupação de ganhar dinheiro” (Fórum, 2017a, p.1).

Ainda que não seja possível afirmar que o objetivo do Fórum tenha sido *exclusivamente* a indenização a ex-presos e perseguidos políticos no estado de São Paulo – e que este ator (ou algum de seus integrantes) não tenha participado também da busca por documentos e restos mortais de desaparecidos políticos – é possível considerar que a reparação financeira tenha sido, *majoritariamente*, seu propósito nos anos iniciais da sua constituição. Ao auxiliar e orientar aqueles que recorreram à esta organização, a centralidade do ator Fórum é observada para uma segunda dimensão fundamental da justiça de transição – a reparação - e do processo de redemocratização, como indicado na Figura 8:

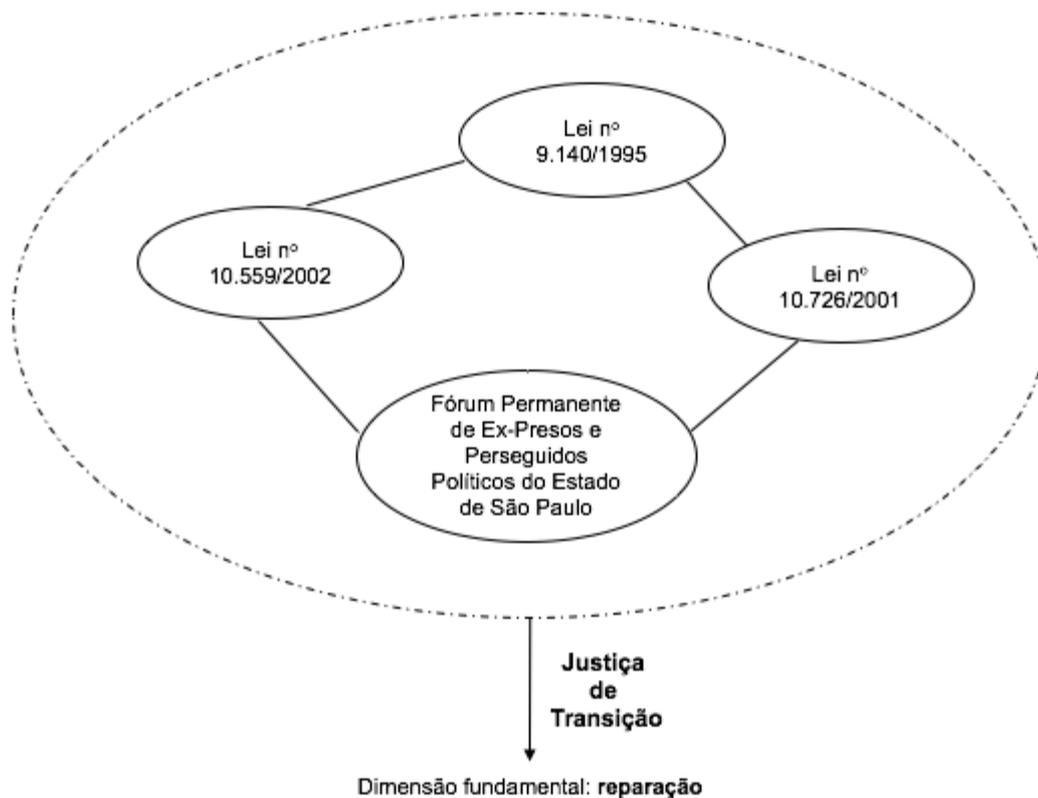


Figura 8: Ator-rede formado na busca pela reparação moral e econômica (Abrão & Torelly, 2010)

Outro indício que corrobora a ideia de uma desmobilização do Fórum após o objetivo primordial haver sido atendido é a agenda da organização, cuja última entrada refere-se a uma reunião ocorrida em 2013 (Fórum, 2017e), mesmo ano do documento da reformulação do estatuto do Fórum (Fórum, 2017f) e sua nova diretoria (Fórum, 2017g). Há que se considerar outras explicações viáveis, como a possibilidade de atuação prática do Fórum sem o devido registro em seu site oficial, no entanto, a entrevista com Maurice Politi confirma tal desmobilização após o atingimento do propósito das indenizações:

“[...] e com o tempo, naturalmente, o objeto da entidade vai sumindo, mas ao mesmo tempo, a gente tinha, principalmente um grupo mais jovem entre os velhos, aqueles que, como eu, tinham sido presos com 19, 20 anos, e que tem 60 [anos hoje], mas tem aqueles que tem 80, 85 [anos], então a gente viu que tinham outros movimentos para a gente atuar. Eu estou falando de 2006, 2007, 10 anos atrás, então a gente começa com uma ressignificação deste lugar [Memorial]” (Politi, 2017).

A falta de atualização do site oficial do Fórum, evidenciada nos documentos pesquisados, não é suficiente para que se assuma que tenha ocorrido a desmobilização de todos seus integrantes ou até mesmo que tenha cessado a atuação

da organização após 2013. No entanto, é possível notar a relativa escassez de documentos no site oficial do Fórum que demonstrem sua contribuição no processo de formação do MRSP, com exceção de um pequeno trecho em sua página de apresentação (“O que é o Fórum? ”) (Fórum, 2017a):

“O Fórum também cumpriu e cumpre até hoje um importante papel no resgate da memória e na luta pela justiça e verdade, foi responsável por várias visitas da Comissão da Anistia a São Paulo e *participou ativamente da construção do Memorial da Resistência*” (Fórum, 2017a. Grifos da autora desta pesquisa).

Por outro lado, a atuação do Fórum por meio de alguns de seus integrantes é bem documentada no livro oficial do MRSP durante as reuniões do Projeto Museológico e das reivindicações para troca de nome do Memorial, como será detalhado no 3º e no 5º *Turning Points*. O que pode ser observado é que nem todos os ex-presos políticos que exerceram papéis importantes na constituição do MRSP, como aqueles que atuaram como assessores de conteúdo no Projeto Museológico em 2007, constavam nos documentos de composição do Fórum. Dessa forma, a trilha deixada pelos movimentos de alguns indivíduos se confunde com a trilha da organização da qual o mesmo faz parte, o que torna quase intercambiável o indivíduo/autor da ação com indivíduo/representante da organização da qual ele faz parte, ainda mais devido ao caráter de decisões colegiadas adotado pelo Fórum.

Um exemplo que demonstra de forma clara a dificuldade encontrada para identificar múltiplos atores em diversas esferas de atuação e seguir os vestígios deixados por suas movimentações é o caso de Ivan Seixas. Ex-presos político extremamente atuante, citado como representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em diversos jornais na luta pelo acesso aos documentos e localização de restos mortais de desaparecidos políticos, além de ter atuado como assessor de conteúdo oriundo do Fórum durante a elaboração do Projeto Museológico em 2007, seu nome só aparece nos documentos disponibilizados pelo Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos na ata da nova diretoria em 2013. Situação semelhante ocorreu com Maurice Politi, também um ex-presos político bastante ativo na luta pela justiça e memória, atualmente um dos diretores do Núcleo Memória, organização oriunda do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos cujo nome não aparece em nenhum dos documentos disponibilizados pelo Fórum em seu site oficial.

Dessa forma, ainda que tenham sido observadas lacunas na documentação pesquisada em relação à constituição do Fórum de Ex-Presos Políticos e as movimentações feitas pelos seus integrantes – se feitas enquanto representantes da entidade ou individualmente antes de serem mobilizados e integrarem seu quadro – é possível afirmar que a atuação do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos foi fundamental no processo de organização e união de esforços anteriormente dispersos de ex-presos e perseguidos políticos na busca pela verdade e reparação, além da participação na constituição do Memorial, enquanto lugar de memória de resistência.

Por fim, os vestígios identificados em função das movimentações sócio-políticas feitas pelos atores-rede no 2º *Turning Point* demonstram a intensa luta por duas dimensões da justiça de transição: (i) o fornecimento da verdade e a construção da memória e (ii) a reparação. Ainda que atores distintos tenham participado mais ativamente da mobilização em função de uma das dimensões, o efeito sinérgico se enquadra no que Abrão & Torelly (2010) argumentam como condição *sine qua non* para que o cenário jurídico-político seja propício à justiça de transição:

“É absolutamente evidente que a implementação de qualquer das quatro dimensões da Justiça Transicional depende, necessariamente, da inclusão das mesmas em um conceito mais abrangente de justiça. É desta maneira que, para fundamentar a ideia de reparação aos perseguidos políticos, é necessária a soma de pelo menos dois fatores no cenário jurídico-político de um país: (i) o reconhecimento de que os fatos ocorridos foram injustificadamente danosos e de responsabilidade estatal e (ii) o reconhecimento da obrigação do Estado de indenizar danos injustos por ele causados” (Abrão & Torelly, 2010, p.30. Grifos da autora desta pesquisa).

4.2.3.

3º *Turning Point*: Início da ocupação e gestão do espaço pela Pinacoteca do Estado de São Paulo

A movimentação sócio-política de um dos atores mapeados no 1º *Turning Point*, as “Mobilizações Sociais”, foi detalhada no 2º *Turning Point* cuja análise evidenciou a constituição de, no mínimo, dois atores-rede com propósitos baseados em duas dimensões da justiça de transição. Diferentes atores, humanos e não-humanos, entre eles o Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do São Paulo, compuseram uma rede heterogênea cujo caminho seguiu em paralelo ao

da Secretaria de Cultura, este também um ator identificado no 1º *Turning Point*, como será argumentado no desenvolvimento do 3º *Turning Point*.

Enquanto os diferentes grupos de Mobilizações Sociais buscavam combater o esquecimento das violações contra os direitos humanos ao resgatar memórias e reparar versões e narrativas dominantes sobre o período da ditadura civil-militar brasileira, a Secretaria da Cultura de São Paulo se concentrou nas negociações e disputas acerca da utilização do antigo edifício do DEOPS/SP, através da análise de diferentes projetos e mobilizações intensas de atores com objetivos díspares a respeito de seu uso. A narrativa proposta pela autora desta pesquisa indica que os caminhos do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do São Paulo e da sua Secretaria de Cultura, além de outros novos atores, se cruzaram novamente para que o projeto do Memorial da Resistência fosse desenvolvido e concretizado.

Já em relação ao CONDEPHAAT, outro ator identificado no 1º *Turning Point*, é possível afirmar que sua desmobilização ocorreu após o tombamento do edifício em 1999, dado que seu objetivo já havia sido atingido naquele momento: preservar o conjunto arquitetônico e traçado urbano da região central de São Paulo. Nesse sentido, observa-se que o texto da Resolução de tombamento SC 28/99—trecho destacado no 1º *Turning Point* - já identifica o edifício como “antigo DOPS” e reconhece o valor histórico do seu passado recente: “No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto” (São Paulo, 1999). Dessa forma, desde que “os elementos originais do projeto” e suas características arquitetônicas, bem como o conjunto de celas fossem preservados, não haveria motivação ou propósito para a participação do CONDEPHAAT nas mobilizações realizadas durante a reforma do imóvel e nas negociações acerca do seu uso, pois as condições para o tombamento já garantiriam a preservação das características e arquitetura do edifício.

O ano do tombamento coincidiu com o aniversário de 20 anos da promulgação da Lei de Anistia (nº 6.683/1979) e intensificou uma série de manifestações, como destaca Resende (2012) no trecho abaixo:

“Em função de suas características, a Lei de Anistia de 1979 não significou o encerramento da demanda por justiça proveniente dos amplos setores atingidos pelo regime civil-militar, incluindo os movimentos pela anistia. O que se verificou foi uma lei que trouxe consigo mobilizações e reivindicações tanto dos cidadãos não

anistiados como daqueles que haviam sido ‘beneficiados’ com a anistia, mas estavam insatisfeitos com o caráter da lei” (Resende, 2012, p.3).

Antes mesmo do início da reforma do edifício, e como parte das movimentações sócio-políticas observadas no 20º aniversário da Lei da Anistia, o espaço abrigou a exposição temporária “Anistia 20 anos” e a apresentação teatral “Lembrar é resistir” com a participação de ex-presos políticos, a peça ficou mais de um ano em cartaz devido ao interesse e receptividade do público, como destacado por Menezes & Neves (2009):

“Organizada e realizada [a exposição ‘Anistia 20 Anos’] pelo Arquivo Público do Estado, pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, tinha como objetivo mostrar o contexto político-social do país durante a ditadura militar e detalhar o processo da luta pela anistia política, culminando no movimento pelas eleições diretas para a Presidência da República, em 1984” (Menezes & Neves, 2009, p.31).

“Além das comemorações da anistia, *Lembrar é resistir* foi concebido por Analy Alvarez com o objetivo de marcar a nova fase do uso do edifício, como um espaço livre e democrático, sem permitir que fossem esquecidas as histórias de resistência e opressão impregnadas nas paredes desse lugar” (Menezes & Neves, 2009, p.31. Grifos das autoras).

A expressiva participação dos visitantes ao antigo espaço do DEOPS/SP nesse período, dentro de um conceito de construção social da memória, ratifica a importância do movimento de trazer à tona lembranças subterrâneas e silenciadas de modo a fomentar a multiplicidade de narrativas possíveis dentro de uma sociedade, como ressaltado por Nissley & Casey (2002). Sendo assim, entende-se que não há uma verdade absoluta e que por trás de cada versão dominante, há versões alternativas silenciadas. Há também que se considerar o cunho político intrínseco e indissociável ao que se deseja esquecer e ao que se deseja recordar e, nesse caso, o sucesso da apresentação teatral pode ter contribuído para que as memórias dos ex-presos e perseguidos políticos pudessem ser debatidas por diferentes grupos da sociedade – e não só os círculos mais diretos como familiares, por exemplo - e compartilhadas de modo a serem consideradas e até mesmo incluídas na memória nacional.

Desse modo, é possível afirmar que tanto a apresentação teatral quanto a exposição contribuíram para a constituição de um contexto favorável para que a articulação dessas memórias silenciadas pudesse ser realizada. Considerando que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da

memória” (Pollak, 1992, p.204), a luta contra o esquecimento das histórias de resistência e repressão vivenciados naquele edifício durante a ditadura civil-militar brasileira pode ser entendida como um elemento de estruturação da memória da nossa sociedade, exercendo um papel fundamental na sua formação.

Conforme mencionado previamente, o antigo prédio do DEOPS/SP passou a ser gerido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1998, um ano antes do tombamento e a partir daí, surgiram vários projetos para utilização do local. Uma vez tombado, foram iniciadas as obras para reforma do espaço, cuja conclusão ocorreu três anos mais tarde, em 2002. Durante esse período foi possível observar uma série de disputas e negociações acerca da ressignificação do edifício, incluindo mudanças de finalidade, de nome e até mesmo a descaracterização do espaço prisional durante a reforma, fato que gerou grande descontentamento nos grupos de ex-presos políticos (Almeida, 2014; Araújo et al., 2010; Politi, 2017).

A multiplicidade de propostas para utilização do espaço pode ser observada em diversas fontes (Almeida, 2014, Antonini, 2012; Araújo et al., 2010; Politi, 2017) entre as quais, matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo no período de 1998 a 2002, onde a atuação da Secretaria da Cultura se concentra na busca de atividades que promovam e disseminem a cultura no estado de São Paulo como agentes de transformação social. Um dos planos para utilização do espaço era a criação de uma Academia Superior de Música e do Memorial do Cárcere (Carvalho, 1999; Folha de São Paulo, 1999), onde as “celas serão mantidas como registro da prisão política que sofreram diversas personalidades, abrigando futuramente obras de presos políticos ou alusivas ao período” (Oliveira, 1998).

Em uma matéria especial publicada na Folha de São Paulo em 06 de julho de 2002 intitulada “DOPS é mais uma peça da revitalização do centro”, o arquiteto Guilherme Wisnik levanta algumas questões e debates sobre o que realmente importa preservar, além do papel da cultura como forma de apagar conflitos e promover apaziguamento social. O arquiteto ainda problematiza as implicações que a decisão acerca do uso de um espaço como o antigo prédio do DEOPS/SP - com uma carga tão forte associada às violações dos direitos humanos ali cometidas – acarretam para uma determinada sociedade, como destacado no trecho abaixo:

“A reciclagem do edifício do Dops em centro cultural parece colocar inicialmente uma questão da ordem do patrimônio: o que é que realmente importa preservar? E, diante disso, de modo semelhante ao que ocorre com a construção de museus judeus

sobre antigos campos de concentração, nos faz oscilar entre a crença de que um uso democrático seja capaz de exorcizar o estigma de um edifício tão diretamente associado à tortura e a impressão de um certo cinismo no ar” (Wisnik, 2002, p.E.2).

Em 21 de janeiro de 2002 são publicados no Diário Oficial os Decretos nº 46.507 (São Paulo, 2002a) - criação do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro (MIPB) - e nº 46.508 (São Paulo, 2002b) - criação do Memorial do Cárcere no espaço prisional -, momento em que também é revogado o Decreto nº 42.991 de 01 de abril de 1998 que determinava a utilização do espaço para a Academia de Música de São Paulo, cuja nova sede deveria ser definida mediante resolução da Secretaria da Cultura.

De acordo com o Decreto nº 46.507, a criação do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro tinha “como finalidade a coleta, difusão, preservação e estímulo à produção das artes e da cultura popular brasileira”, proposta que nunca foi efetivamente implantada (Almeida, 2014; Araújo et al., 2010; Menezes & Neves, 2009).

O Decreto nº 46.508/2002, por sua vez, tinha como objetivo “estimular o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições e outras manifestações artísticas e culturais” e apresentava as seguintes considerações para a criação do Memorial do Cárcere:

“Considerando a importância da *preservação de símbolos da resistência à repressão e da difusão dos ideais de liberdade;*

Considerando a oportunidade de se promover ações educativas que *consolidem os princípios democráticos;* e

Considerando a necessidade da manutenção dos valores democráticos,

Decreta [...]” (São Paulo, 2002b. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, observa-se que o texto do Decreto nº 46.508/2002 reforça a relevância da preservação de “símbolos da resistência” e dos ideais e princípios democráticos. Na visão da autora desta pesquisa, o reconhecimento do edifício enquanto símbolo da luta e da resistência contra a repressão do regime ditatorial, ou seja, o entendimento da importância e da resignificação do local como algo mais do que a arquitetura do espaço físico, fortalece a busca pela verdade e justiça e o caminho para transformação do espaço em um lugar de memória de resistência.

Ao resgatar Pollak (1992) e considerar os três elementos em que a memória

se baseia, a saber: acontecimentos (vividos pessoalmente ou não), pessoas (pertencentes ou não ao espaço-tempo do indivíduo que possui determinada memória) e lugares (conhecidos de forma direta ou não), torna-se mais evidente a relevância da constituição de lugares de memória de resistência, como o MRSP, para que as memórias daqueles indivíduos que vivenciaram os crimes e as violações da ditadura possam ser compartilhadas e ressignificadas em um dos espaços físicos em que foram cometidos. Dessa forma, a memória é, de maneira paradoxal, um fenômeno individual e coletivo, pois somente através da recordação e da voz daqueles indivíduos que a possuem, pode ser disseminada na coletividade (Pollak, 1992).

O MRSP, bem como as ações educativas que conferem a dinâmica para os movimentos de memória, passam a ser um polo de construção e disseminação das memórias anteriormente silenciadas. Sendo assim, “ele deixa de ser apenas um espaço físico ou geográfico e se transforma em ‘lugar de memória’, com sentidos e sentimentos para os que o viveram” (Leal Neves, 2011, p.7) promovendo o resgate de vozes e lembranças daquele período e impedindo o esquecimento dos crimes ali cometidos.

Não obstante a sinalização contida no texto da resolução de tombamento SC 28/99 de que o conjunto de celas utilizado para encarcerar os presos políticos na época da ditadura continha “parte significativa” do valor histórico do edifício (São Paulo, 1999), a preservação das celas – bem como o simbolismo e significado que levantavam - não foi respeitada de acordo com os documentos pesquisados. Segundo Almeida (2014, p.280. Grifos da autora desta pesquisa), havia inicialmente a promessa de se preservar a estrutura prisional, no entanto, “a narrativa na imprensa repercutia a ideia de que os gritos decorrentes de sevícias perpetradas pela polícia política do Estado dariam lugar a sons orquestrais, como forma de *reconstruir a história da edificação ‘exorcizando’ os horrores do passado*”. Cabe o questionamento: a proposta naquela época seria a reconstrução da história ou o (novo) apagamento das memórias silenciadas dos ex-presos e perseguidos políticos?

Kátia Felipini Neves (2011) - coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo durante a implementação do projeto museológico - apresenta rica documentação fotográfica sobre o processo de reforma do edifício em sua dissertação e reforça o argumento de Almeida (2014), também observado em outras

fontes (Antonini, 2012; Araújo et al., 2010; Leal Neves, 2011), a respeito do quase apagamento das memórias de violações dos direitos humanos ocorridos no espaço, conforme trecho abaixo:

“E, ao que tudo indica, não havia intenção de preservar a memória do local: no dia anterior à inauguração do edifício, o então Secretário da Cultura Marcos Mendonça diz que a ideia é usar o espaço para celebrar a liberdade, por meio de exposições, e que sempre sonhou em fazer do prédio um ‘espaço de felicidade’; já Haron Cohen, arquiteto responsável pela reforma, diz que procurou ‘eliminar as lembranças da repressão’” (Felipini Neves, 2011a, p.83. Grifos da autora desta pesquisa).

A construção do conceito de liberdade – em contraste à palavra “cárcere”, que remete à repressão e cerceamento de liberdade, adotada anteriormente no Decreto nº 46.508 de 21 de janeiro 2002 (São Paulo, 2002b) - é demonstrada também em uma matéria da Folha de São Paulo de 03 de julho de 2002 (Angiolillo, 2002):

“Coube ao arquiteto Haron Cohen, 65, transformar o lugar que foi palco de tortura em espaço para a arte. Resgatando um passado anterior aos anos 1960, o futuro Museu do Imaginário do Povo Brasileiro opta por evocar o prédio construído em 1914 por Ramos de Azevedo, para armazéns e escritórios ferroviários, em vez do uso feito pelo Departamento Estadual de Ordem Pública e Social” (Angiolillo, 2002. Grifos da autora desta pesquisa).

O aparente descaso em relação à preservação das memórias sobre o passado de violações dos direitos humanos, torturas e maus-tratos do edifício – ou talvez seu esquecimento forçado em prol de um conceito de liberdade – pode ser observado em outro trecho da mesma matéria da Folha de São Paulo. O então secretário da Cultura Marcos Mendonça afirma que as inscrições feitas pelos ex-presos políticos nas paredes das celas foram apagadas durante o uso do prédio pelo Departamento de Polícia do Consumidor após a extinção do DEOPS/SP em 1983 e declara que o espaço “virou prisão de muambeiro”. A matéria foi veiculada pela Folha de São Paulo apenas alguns dias antes da publicação do Decreto nº 46.900 de 05 de julho de 2002 - que criava o Memorial da Liberdade e revogava o decreto de criação do Memorial do Cárcere – e da inauguração do espaço após as reformas que duraram cerca de três anos. De acordo com Maurice Politi, o governo atendeu parcialmente as reivindicações dos ex-presos políticos ao preservar o espaço prisional:

“Enfim, teve várias propostas [para utilização do espaço após o tombamento] e nós, como ex-presos políticos que éramos do Fórum [Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo], a gente dizia que esse espaço tinha que ser conservado como um espaço de memória. O Governo tinha atendido, em parte, essa reivindicação na medida em que quando fez a reforma do prédio (o prédio foi todo reformado, só a fachada ficou porque estava tombada), eles preservaram o lugar das quatro celas e eles chamaram esse lugar de Memorial da Liberdade” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

A inauguração do edifício reformado ocorreu em 04 de julho de 2002 e foi marcada por três exposições, que na visão da autora desta pesquisa, demonstravam de forma bastante contundente, a utilização do espaço para a luta pelos direitos humanos e contra o esquecimento das torturas perpetradas pelo DEOPS/SP durante a ditadura civil-militar brasileira: (i) exposição “Intolerância” do artista Siron Franco, composta por 10 esculturas e 880 “figuras humanas executadas com roupas e sapatos preenchidos com espuma”, (ii) a mostra “Cotidiano Vigiado – Repressão, Resistência e Liberdade nos Arquivos do DOPS 1924-1983” supervisionada pela professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Tucci Carneiro e, por fim, (iii) a exposição “Cidadania – 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão” no espaço prisional (Menezes & Neves, 2009, p.33).

Ao mesmo tempo em que as atividades culturais realizadas no período apontavam para a vocação do edifício como lugar de memória de resistência, conceitos de liberdade e democracia veiculados na imprensa competiam com o esforço de lembrança das lutas e da resistência ocorridas na ditadura. Quase como uma “queda-de-braço” entre uma corrente que buscava a “reconciliação” com o passado e a transformação de um local de tortura em um espaço para a arte – “esquecendo” e ignorando o período do uso do espaço pelo DEOPS/SP para evitar revanchismos por meio de silêncios e não-ditos -, contra outra corrente que buscava o resgate dessas lembranças como forma de reparação e reconstrução da memória nacional em uma base mais inclusiva e múltipla que representasse as lutas, resistência e mobilizações sociais durante o período de repressão ditatorial.

Desse modo, as exposições, a apresentação teatral e as mostras de 1999 e 2002 podem ser consideradas também como atores não-humanos dentro da rede-de-atores formada após o tombamento do edifício e que contribuíram para a constituição do Memorial de Resistência. A capacidade de ação à distância destes elementos não-humanos é ampliada à medida que é estabelecido um fluxo

comunicativo entre o espaço (e as atividades propostas) e o visitante, quando o indivíduo forma sua própria memória a partir de memórias de resistência resgatadas, expostas e traduzidas em móveis imutáveis, como documentos, quadros e esculturas apreciados durante a visita ao espaço.

O simples fato de tais eventos trazerem atenção e reconhecimento para o espaço anteriormente usado pelo DEOPS/SP para violação dos direitos humanos, evitando, assim sua existência silenciosa (Fecher, 2015), esquecida ou apagada para algumas parcelas da sociedade, já promove o compartilhamento de memórias silenciadas durante o período de repressão. Ou seja, o movimento de trazer à tona estas memórias subterrâneas, entendendo que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p.203), promove seu reconhecimento e debate na sociedade, além de fortalecer a luta contra a seletividade e a interpretação da narrativa dominante.

Quase que de maneira contraditória, enquanto as atividades realizadas no espaço ressaltavam as lutas e reivindicações contra a repressão, enfatizando a importância da resistência e do papel dos indivíduos que se mobilizaram contra a violência e a repressão do Estado, o nome do Memorial foi alterado de Memorial do Cárcere para Memorial da Liberdade.

O Decreto nº 46.900/2002 criou, na Secretaria da Cultura, o Memorial da Liberdade, com sede na área prisional do prédio do antigo DOPS, cujo objetivo era “estimular o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições, formação de acervo, seminários, publicações e outras manifestações artísticas e culturais” (São Paulo, 2002c). A justificativa do Governo de São Paulo para criação do Memorial da Liberdade considerava os seguintes aspectos:

“Considerando que o Estado deve garantir e apoiar sempre a criação e o desenvolvimento de novos espaços e instituições para a promoção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que o Estado tem o *dever de promover e facilitar a educação e o conhecimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais* através de atividades de formação, investigação e estudos para assim *reforçar a compreensão, a tolerância e a paz;*

Considerando a importância da *preservação e da difusão dos ideais de liberdade;*

Considerando a oportunidade de se *promover ações educativas que consolidem os*

princípios democráticos; e

Considerando a necessidade da manutenção dos valores democráticos,

Decreta [...]” (São Paulo, 2002c. Grifos da autora desta pesquisa).

É possível observar a manutenção do caráter socioeducativo proposto para o uso do espaço e o reforço dos fundamentos de tolerância e paz de acordo com os princípios de um regime democrático, como já havia sido identificado no texto do Decreto nº 46.508/2002 (São Paulo, 2002b). No entanto, um dos pilares fundamentais para constituição de um lugar de memória de resistência foi retirado do texto com a mudança de Memorial do Cárcere para Memorial da Liberdade: o simbolismo intrínseco à transformação de um espaço de violação dos direitos humanos em um espaço que exaltasse a luta e a resistência à repressão, como destacado no trecho abaixo do Decreto nº 46.508/2002:

“Considerando a importância da *preservação de símbolos da resistência à repressão e da difusão dos ideais de liberdade; [...]*” (São Paulo, 2002b. Grifos da autora desta pesquisa).

A insatisfação gerada pela escolha do nome Memorial da Liberdade e pelo uso do espaço prisional, iniciada em 2002, somente foi endereçada em 2007. Segundo Menezes & Neves (2009, p.36), “após reiteradas ações de reivindicação junto ao Poder Público, o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo sensibilizou a administração estadual, no ano de 2007, para a necessidade de um novo olhar para esse espaço”. O “novo olhar” seria a elaboração de um Projeto Museológico que representasse as memórias e as lutas dos grupos que ali vivenciaram o período da ditadura e a questão que se apresentou na presente pesquisa foi a seguinte: o que mudou na configuração da rede-de-atores e no contexto sócio-político para que, após cinco anos de reivindicações, conceitos como resistência, repressão e controle fossem resgatados e priorizados na transformação do espaço utilizado pelo DEOPS/SP?

Ao analisar a entrevista concedida por Maurice Politi, é possível identificar uma das possíveis explicações sobre o hiato de cinco anos para que as reivindicações fossem atendidas: a priorização dada pelo Fórum até o ano de 2004 e 2005, para as reparações econômicas, como destacado no trecho abaixo:

“Durante os 3, 4 primeiros anos, até 2004, 2005, essa é a função básica do Fórum [reparação econômica]. Ao mesmo tempo existe a reivindicação por parte da

diretoria do Fórum da conversão do espaço do DOPS, que já tinha sido transformado em Memorial da Liberdade, em uma outra coisa. Só que durante os primeiros anos, isso não ficou tão caracterizado, porque a reivindicação econômica, atender aos companheiros e as pessoas que precisavam receber esse dinheiro era mais prioritário, tinha uma urgência maior [...] [o presidente, Raphael Martinelli] começa a discutir na Secretaria de Justiça sobre a conversão do lugar que nunca ninguém tinha ficado satisfeito com a solução dada ao Memorial da Liberdade, que depois virou Memorial da Resistência” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, a mudança na gestão do então Memorial da Liberdade forneceu indícios sobre o surgimento de um novo ator, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que assumiu um papel central e mobilizador no processo de ressignificação do edifício. O Memorial da Liberdade permaneceu sob gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo, então parte da Secretaria de Estado da Cultura, até 2006, quando sua administração foi transferida para a Pinacoteca do Estado (sob direção de Marcelo Mattos Araújo, identificado como figura fundamental no processo de constituição do Memorial da Resistência), que já ocupava o edifício desde 2004 com a Estação Pinacoteca (Antonini, 2012; Menezes & Neves, 2009).

Além da mudança na gestão do espaço, houve também o ingresso de Maurice Politi e Ivan Seixas no Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

“Entre 2005 e 2006, entram como diretores do Fórum duas pessoas um pouco mais jovens [...] eu volto ao Brasil em 2004 e me integro ao Fórum em 2005, por aí, trato de ajudar também... [...] eu e o Ivan Seixas vemos a possibilidade de fazer outras coisas e com a concordância da presidência e da diretoria, a gente começa a atuar na parte, vamos dizer assim, como a gente chamaria? De relações externas ao Fórum, de procurar posicionar o Fórum em outros ambientes que não aquele só da reivindicação econômica” (Politi, 2017).

A partir de 2006, percebe-se uma aceleração de diversas iniciativas que contribuíram para a constituição do Memorial de Resistência, com a mobilização de acadêmicos, ex-presos políticos e Secretaria da Cultura (com o início da gestão de João Sayad em 02 de janeiro de 2007), além da própria Pinacoteca como ator central na mobilização de aliados, para transformação do espaço em um lugar de memória, sendo o 1º passo, a elaboração de um projeto museológico que norteasse os trabalhos de reformulação e desse voz àquelas memórias de resistência e de luta.

Almeida (2014), por sua vez, ressalta também a importância das mobilizações sociais para que a concepção do Memorial da Liberdade fosse revisada:

“Neste contexto, as reivindicações encampadas pelo Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e demais ex-militantes foram cruciais para que a concepção do Memorial fosse transformada em um projeto museológico representativo da memória do grupo” (Almeida, 2014, p. 281).

Em um trecho da entrevista concedida pela ex-presa política Rose Nogueira para a pesquisadora Viviane Fecher (Fecher, 2015), a atuação do CONDEPE na reformulação do espaço prisional e sua transformação em lugar de memória de resistência é destacada:

“Eu era lá a presidente do CONDEPE e propus pelo CONDEPE, mandei um parecer que ele estava deturpando o prédio e ele deveria se transformar em um memorial. Eu prefiro a palavra memorial do que museu. Apareceram o Politi e o Ivan, foram lá no CONDEPE, o Ivan passou a integrar o Fórum de Ex-presos Políticos, e aí falando com eles, mais o Alípio e a Elza Lobo. Nós estávamos nos reencontrando naquele momento. Eu acho que isso era 2005, 2006, por aí, eu não sei muito bem. Aí a gente conversar para brigar pelo memorial. E aí tinha o CONDEPE, que era um Conselho de Estado brigando junto. Chamamos e assumimos essa luta. E aí conseguimos. Foi transformado em memorial” (FECHER, 2015, p.56, entrevista concedida por Rose Nogueira a Viviane Fecher em 07 de novembro de 2014).

Dentro desse contexto de mobilização, o Projeto Museológico, coordenado pela Pinacoteca do Estado após solicitação da Secretaria da Cultura, foi entregue em 10 de agosto de 2007, sendo aprovado posteriormente e implementado em 2008 (5º *Turning Point*). O projeto foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar formada por Maria Cristina Oliveira Bruno (museóloga da USP), Maria Luiza Tucci Carneiro (historiadora da USP e que havia supervisionado a mostra “Cotidiano Vigiado” em 2002) e Gabriela Aidar (educadora da Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo), com apoio de representantes do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, entre outros ex-presos e militantes políticos (Menezes & Neves, 2009).

O modelo esquemático abaixo demonstra, de maneira simplificada, a rede-de-atores formada neste processo de elaboração do Projeto Museológico em 2007 para a reformulação do então Memorial da Liberdade. De acordo com os vestígios identificados após as movimentações e negociações dos atores, a Pinacoteca do Estado, sob gestão do diretor Marcelo Araújo (2002 a 2012), exerceu papel fundamental, tornando-se o ator central da rede, apontado em diversos documentos como figura indispensável para a mobilização de diferentes grupos sociais, como indicado na Figura 9:

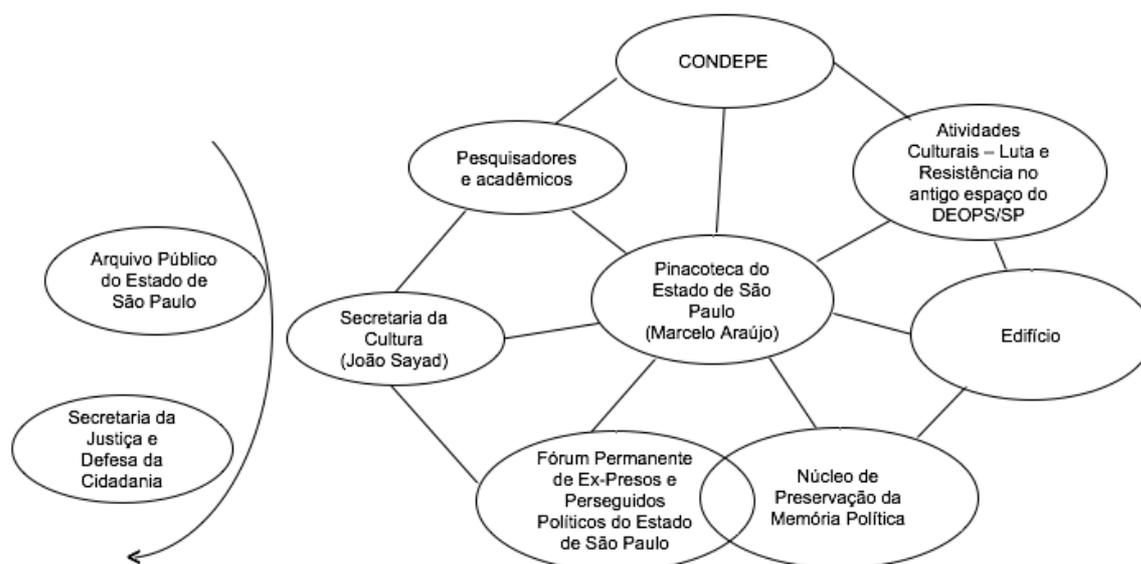


Figura 9: Ator-rede formado para a reformulação do Memorial da Liberdade

Cabe esclarecer nesse momento a configuração adotada na Figura 9 para os atores “Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo” e “Núcleo de Preservação da Memória Política” (Núcleo Memória), representados com uma intersecção. Apesar de ter sido criado oficialmente somente em 2009, o “embrião” do Núcleo Memória foi formado a partir do grupo de trabalho do Fórum de Ex-Presos Políticos durante o processo de reformulação do Memorial da Liberdade, como ricamente ilustrado através de fotos no livro oficial do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP, 2009) e na dissertação de Katia Filipini Neves (Filipini Neves, 2011). Segundo Maurice Politi (2017) foi naquele momento, no qual os ex-presos políticos participaram das reuniões com a equipe do Projeto Museológico, que ficou claro para eles a importância das ações educativas, principalmente junto aos jovens, para promoção dos ideais de resistência e da consciência política.

“Como não houve um entendimento sobre esse papel, a gente decidiu então se separar do Fórum e constituir o Núcleo Memória como uma entidade separada do Fórum. A gente fala sempre que é meio filho do Fórum, mas a gente saiu de casa. A gente se dá bem com eles, mas temos outra visão. A gente viu com a participação que teve aqui [nas reuniões com a equipe do projeto museológico] que o Núcleo deveria se dedicar à educação e a promoção do passado para conhecer e trabalhar mais com jovens. É o que estamos fazendo. O Fórum continua existindo, mais proforma mesmo, continua se reunindo de vez em quando, mas já não tem muito sentido porque ele foi constituído basicamente para ajudar na reparação e o governo

do estado já reparou o que tinha que reparar e já falou que a caixa está fechada, mesmo que tivesse hoje um novo processo, não entraria...” (Politi, 2017).

Por fim, considerando que o Projeto Museológico buscava trazer um “novo olhar” para o espaço ao problematizar, através de uma perspectiva histórica, as trajetórias percorridas pelas memórias da resistência e da repressão na defesa dos valores e ideais democráticos, é possível reconhecer a mobilização de aliados - que resultou na formação deste ator-rede - como condição imprescindível para que o antigo prédio do DEOPS/SP fosse transformado em um lugar de memória de resistência.

Os movimentos sócio-políticos dos atores humanos em diferentes esferas associados à atuação de atores não-humanos nas diversas atividades culturais promovidas no espaço do antigo edifício do DEOPS/SP, tais como peça de teatro, obras, quadros, pinturas, documentos, entre outros, ampliaram a capacidade de ação do pensamento de luta e resistência e também do conhecimento sobre as violações e torturas ocorridas no antigo prédio do DEOPS/SP.

Além dos atores humanos e não-humanos envolvidos mais diretamente nas ações e reivindicações para transformação do espaço do Memorial da Liberdade, é possível atribuir também à alguns eventos ocorridos na sociedade brasileira daquela época uma contribuição relevante para que o contexto dos anos 2007 a 2009 fosse propício às lutas pelo resgate de memórias subterrâneas e silenciadas, tais como o 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos citado por Politi na entrevista de maio/2017.

Dessa forma, para responder de forma completa a inquietação surgida durante a análise sobre o que causou a demora de cinco anos - desde o término das obras do edifício (2002) até que as reivindicações a favor da conversão do espaço em um lugar de memória da resistência fossem ouvidas e o Projeto Museológico elaborado (2007) - foram analisados atores mais diretamente ligados ao espaço (Figura 9) e também atores que, à primeira vista, poderiam parecer mais distantes do processo e menos relacionados ao quadro de análise. Nesse sentido, fez-se necessário analisar o contexto histórico daquele período, de modo a identificar os demais atores que contribuíram para a construção de um cenário sócio-político favorável às lutas contra o esquecimento e apagamento das ações de repressão durante a ditadura civil-militar brasileira (4º *Turning Point*).

4.2.4.

4º *Turning Point*: Lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”

Como já destacado anteriormente, a busca por reparação no contexto brasileiro tem sido marcada por “lentas e sucessivas conquistas” da justiça de transição (Almeida, 2014, p.269) e isso inclui a evolução das quatro dimensões fundamentais do processo de redemocratização e a implementação das ações correspondentes. Sendo assim, a luta entre aqueles que entendiam os esforços pela verdade e justiça como “revanchismo” e os demais que as buscavam como parte fundamental para que as injustiças e violações cometidas durante a ditadura fossem reconhecidas e reparadas, se manteve bastante ativa mesmo após 20-30 anos da promulgação da Lei da Anistia.

A reconciliação nacional não foi alcançada em sua plenitude haja vista a falta de reconhecimento e responsabilização jurídica dos agentes do Estado que cometeram os crimes de violações dos direitos humanos, entre outras ações previstas em um processo amplo e efetivo de justiça de transição. A tentativa de silenciamento das memórias subterrâneas dos ex-presos e perseguidos políticos pôde ser observada em diversos momentos do processo de constituição do Memorial da Resistência, entre os quais, conforme já mencionado, o hiato de cinco anos entre a liberação para uso do antigo prédio do DEOPS/SP após a reforma e a elaboração do Projeto Museológico como ponto de partida para a ressignificação do espaço enquanto lugar de memória da resistência.

Somente por meio das intensas mobilizações sociais observadas ao longo de todo processo e da vontade política, o “dever de memória” pôde ser materializado na transformação do espaço em um espaço de resistência e luta. Nesse sentido, várias atividades entre os anos 2006, 2007 e 2008 contribuíram para que a atenção da sociedade se voltasse para as reivindicações de ex-presos e perseguidos políticos e suas memórias de luta contra a repressão e a violência, criando um momento de visibilidade e debate únicos para as questões associadas à reparação pelas violações e maus-tratos sofridos durante a ditadura.

Um dos eventos, já mencionado no 3º *Turning Point*, foi apontado por Maurice Politi: o 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos realizado em 13 de dezembro de 2007. Promovido pelo Fórum Permanente de Ex-Presos e

Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, o evento teve apoio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), Grupo Tortura Nunca Mais, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. A programação do congresso contou com seminários e debates coordenados por Ivan Seixas, Rose Nogueira, Raphael Martinelli, Alípio Freire, entre outros, além de convidados como o Ministro Paulo Vannuchi e o promotor Marlon Weichert do Ministério Público Federal (Ferrazoli, 2017). Uma segunda reportagem sobre o congresso foi veiculada na Revista Adusp de Janeiro/2008 (Mandelli, 2017) e ressaltava a participação de cerca de 500 pessoas, reproduzindo a opinião do Presidente do Fórum, Raphael Martinelli, sobre o evento: “nós avaliamos que o congresso foi muito positivo, teve uma boa repercussão, comparecimento acima do esperado, e atingiu todos os seus objetivos”.

Outro exemplo de atuação do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo foi o ciclo de atividades “AI-5 Nunca Mais” realizado em dezembro de 2008; evento organizado em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que contou com a participação do então Ministro Paulo Vannuchi (Ministério dos Direitos Humanos, 2017). Os eventos citados reforçam o papel fundamental do Fórum no processo de constituição do Memorial da Resistência, tanto por meio de sua participação direta na reivindicação e atuação junto à equipe técnica da Pinacoteca para transformação do antigo espaço do DEOPS/SP e sua ressignificação como um lugar de memória de resistência, quanto na busca pela reparação e na construção da memória e fornecimento da verdade em um contexto de luta mais amplo junto à sociedade e órgãos do Governo.

Foi também no ano de 2008 que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça - criada em 2001 por meio de Medida Provisória do Presidente da República - instituiu as Caravanas da Anistia, sessões itinerantes realizadas para análise dos requerimentos direcionados à comissão. Ao visitar diferentes localidades, a Comissão de Anistia teve a oportunidade de resgatar histórias de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos ou desaparecidos, trazendo à tona memórias silenciadas daqueles que tiveram seus direitos violados durante a ditadura (Abrão & Torelly, 2010).

Dessa forma, a Comissão de Anistia, por meio das Caravanas, procurava ampliar os caminhos possíveis para busca da verdade e da justiça ao debater publicamente as quatro dimensões da Justiça de Transição. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, foi através das Caravanas que “o maior acervo de depoimentos de sobreviventes e familiares de mortos e de desaparecidos políticos da ditadura no Brasil” pôde ser reunido (Brasil, 2014, p.48).

Ao escutar e acolher os testemunhos sobre os crimes cometidos, as Caravanas abriam a possibilidade de reescrever narrativas oficiais, dando visibilidade e resgatando a memória e a verdade com o compromisso de “transcender a dimensão da reparação econômica para oferecer e afirmar uma reparação simbólica e moral às vítimas da repressão de Estado” (Abrão et al., 2010, p.75). Dessa forma, a memória coletiva resgatada por meio das Caravanas assume uma função orientacionista para as comunidades e grupos que a compartilham (Olick & Robbins, 1998).

É possível pensar que a maior contribuição das Caravanas para a criação de um contexto favorável ao debate dos princípios da justiça de transição tenha sido exatamente fomentar o debate público e a escuta atenta de relatos em diferentes locais do país.

Em outras palavras, a mobilidade da Comissão abriu a possibilidade de ampliar a reflexão acerca das arbitrariedades e violências cometidas durante o período de repressão, bem como dos caminhos escolhidos pela sociedade para o processo de reparação (Brasil, 2014) dentro de um contexto de compartilhamento de vivências e solidariedade, como destacado por Abrão et al. (2010) no trecho abaixo:

“O testemunho compartilhado pelo perseguido político num espaço coletivo como das Caravanas propicia a reconstituição da história, o enfrentamento do passado e uma intensa valorização dos ideais e vivências. Aqueles que escutam são sensibilizados a compreendê-las sob o prisma dos atores sociais que, embora pretensamente invisibilizados pela “política da amnésia”, foram protagonistas da história” (Abrão et al. 2010, p.73).

É possível observar as movimentações sócio-políticas e as negociações realizadas pelo Fórum para mobilização de aliados na luta pela reparação e contra o silenciamento das memórias subterrâneas da época da ditadura, com a participação de vários ex-presos políticos e de representantes do governo em torno da pauta prevista pela justiça de transição. O “sistema reparatório”, como

denominado por Abrão & Torelly (2010, p.41), integrado pela Comissão de Anistia e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), possibilitou o tratamento de crimes e de atos de repressão cometidos durante a ditadura, a localização dos restos mortais de desaparecidos políticos e a sistematização de um acervo amplo e detalhado dos atos de exceção cometidos pelos agentes do Estado no regime ditatorial.

Atores como o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, o Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) exerceram papel central para renovação e intensificação da mobilização social a favor da reparação prevista em uma justiça transicional. Na visão da autora desta pesquisa, ao reunir outros atores, tais como, o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), o ator-rede formado foi capaz de ampliar a mobilização de aliados, atraindo outros atores através de congressos e eventos que reuniam militantes e ex-presos políticos, das Caravanas da Anistia e, por fim, mas talvez o mais importante e significativo de todos por sua ampla capacidade de ação à distância, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, principal ator não-humano da rede formada.

A centralidade do livro enquanto ator não-humano central é reforçada na fala de Maurice Politi que atribui ao lançamento do livro em 2007, o fim do silêncio de 20 anos sobre as torturas, mortes e desaparecimentos – nesse período confinadas somente aos círculos de familiares daqueles que vivenciaram as violações – ocorridos durante a ditadura civil-militar brasileira, e também o papel de principal propulsor para que o Ministério da Justiça convocasse no ano seguinte (2008) uma audiência pública sobre o tema, como destacado abaixo:

“Os anos de 2007 e 2008 no Brasil [...] foram os dois anos em que o tema da justiça de transição, o tema da punição aos torturadores se levantou. Em 2007 tem um marco na história desse capítulo, quando o presidente Lula entrega o livro “Direito à Memória e à Verdade” [Politi se levanta e traz o livro para a sala, posicionando-o no centro da mesa onde a entrevista era conduzida] Esse é um trabalho, é o resultado de um trabalho de 10 anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que está abrigada na Secretaria de Direitos Humanos [...] É a 1ª publicação do Estado brasileiro reconhecendo que essas pessoas foram mortas devido ao Estado” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa)

A audiência mencionada por Maurice Politi também é descrita por Abrão & Torelly (2010):

“[...] a realização da *Audiência Pública* “Os limites e possibilidades para a responsabilização jurídica de agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade durante períodos de exceção” promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 31 de julho de 2008, que expôs oficialmente a controvérsia jurídica relevante acerca desta autoanistia aos atos cometidos pelos agentes de Estado envolvidos na prática sistemática de tortura e desaparecimento forçado como meios de investigação e repressão. Essa audiência pública gerou um movimento para a construção de uma nova cultura político-jurídica no país. Logo após, o seu ápice foi a propositura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) pela Ordem dos Advogados Brasil (OAB) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de interpretar a lei brasileira de anistia de modo compatível com a Carta Magna e o direito internacional. Pela primeira vez, o Governo brasileiro tratou formal e oficialmente do tema” (Abrão & Torelly, 2010, p.36. Grifos da autora desta pesquisa).

Considerado um dos marcos da luta pela justiça, o livro-relatório “*Direito à Memória e à Verdade*” foi lançado em agosto de 2007 em uma cerimônia no Palácio do Planalto e, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, sua publicação trouxe para os familiares um “sentido de complementar a indenização pecuniária e avançar na reparação ética e política” (Brasil, 2014, p.26), ao apurar a responsabilidade de agentes do Estado e desafiar (e reescrever) as narrativas e versões oficiais do fato adotadas naquela época. Elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) do Ministério da Justiça - criada através da Lei nº 9.140/1995 e deslocada para a Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2004 (Abrão & Torelly, 2010) –, o livro foi resultado de uma ampla pesquisa de mais de dez anos baseada em detalhados levantamentos de documentos e de testemunhos. Schmidt (2007) também ressalta o papel do livro, como destacado abaixo:

“Um passo importante foi dado com a publicação, em 29 de agosto de 2007, do livro *Direito à Memória e à Verdade*, resultado de 11 anos de trabalho da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, primeiro documento oficial do governo federal a responsabilizar a ditadura militar pela tortura e morte de vários de seus opositores” (Schmidt, 2007, p.150).

Já na apresentação, assinada por Paulo Vannuchi (Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República) e por Marco Antônio Rodrigues Barbosa (Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), o livro esclarece seu objetivo principal de “contribuir

para que o Brasil avance na consolidação do respeito aos Direitos Humanos, sem medo de conhecer a sua história recente” e o caráter de reconciliação e não de revanchismo buscado pelos trabalhos de onze anos realizados pela CEMDP, como destacado no trecho abaixo:

“Nenhum espírito de revanchismo ou nostalgia do passado será capaz de seduzir o espírito nacional, assim como o silêncio e a omissão funcionarão, na prática, como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta. O lançamento deste livro na data que marca 28 anos da publicação da Lei de Anistia, em 1979, sinaliza a busca de concórdia, o sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os 11 anos de trabalho da Comissão Especial” (Brasil, 2009).

Dessa forma, o livro “*Direito à Memória e à Verdade*” foi identificado pela autora desta pesquisa como um ator não-humano fundamental, tanto devido à riqueza do acervo documental e apuração de inúmeros casos de violações ocorridas durante o regime de exceção em sua etapa de elaboração e conjunção de esforços para publicação, quanto pelo seu potencial de ação à distância, enquanto propagador de uma narrativa de resistência e luta relacionada às memórias silenciadas do período da ditadura civil-militar brasileira.

A Figura 10 apresenta de modo esquemático o ator-rede formado nessa etapa do processo:

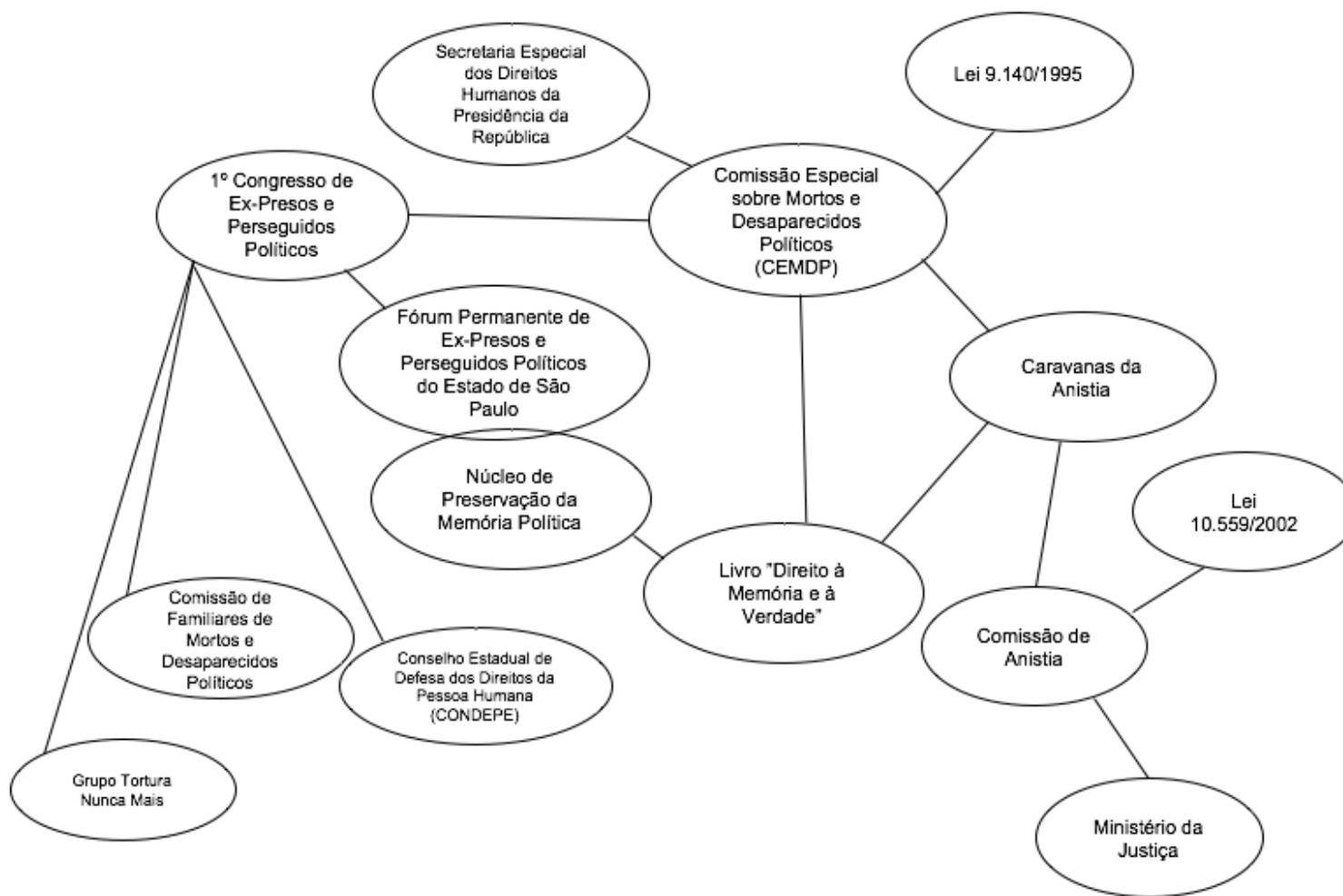


Figura 10: Ator-rede formado no contexto de renovação da justiça de transição de 2006-2008

A Figura 10 demonstra, de forma bastante significativa, a complexidade do ator-rede formado por múltiplos atores que, ao se associarem naquele determinado período, propiciaram um contexto favorável – e único – para que as reivindicações de ex-presos e perseguidos políticos de diferentes organizações, militantes políticos de diferentes esferas e o próprio sistema reparatório do Governo composto pela Comissão de Anistia e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos pudessem ser analisadas e endereçadas dentro do processo de reparação e construção da memória nacional incluindo as memórias até então silenciadas do período da ditadura civil-militar brasileira.

É importante observar que o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos/Núcleo Memória “compartilham” as redes de associações mais diretamente ligadas ao edifício e sua conversão e ressignificação – como representado na Figura 9 – como aquelas mais amplas relacionadas à formação de um contexto mais propício às reivindicações de reconhecimento e reparação dos crimes cometidos, reforçando sua centralidade no processo como um todo.

4.2.5.

5º Turning Point: Início da implantação do Projeto Museológico

Considerado como início do processo de ressignificação do antigo prédio do DEOPS/SP, o evento realizado em 01 de agosto de 2008 marcou a mudança do nome Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência e a implantação do Projeto Museológico. Na mesma ocasião foi inaugurada a exposição “*Direito à Memória e à Verdade. A ditadura no Brasil (1964-1985)*”.

A mudança do nome, com a substituição da palavra “liberdade” por “resistência”, assim como a escolha do tema da exposição na inauguração da nova fase do espaço, são carregadas de simbolismo e significado e devolvem o protagonismo àquelas vozes e memórias de indivíduos que vivenciaram o período de repressão nas celas do DEOPS/SP.

Nesse sentido, a retirada da palavra “liberdade” do nome do Memorial pode ser entendida como resultado de uma intensa negociação de memórias, redirecionando o foco para as memórias de resistência dos ex-presos e perseguidos políticos – vencedores nesta disputa -, que haviam sido relegadas a segundo plano. O grande descontentamento causado em diversos atores e a reprovação do nome

Memorial da Liberdade, sobretudo dos integrantes do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, é destacado nos trechos abaixo:

“A reforma do espaço carcerário que o descaracterizou, e a denominação de Memorial da Liberdade, não condizente com a história de repressão do DEOPS/SP, causavam um enorme descontentamento entre os militantes políticos” (Menezes & Neves, 2009, p.36).

“E o que tinha nesse Memorial da Liberdade? Quatro celas nuas, peladas, né? Não tinha nada, não tinha nenhum sinal. As pessoas vinham aqui [no Memorial], porque no 1º, 2º andar era a Estação Pinacoteca [...] e as pessoas vinha, visitavam e quando perguntavam o que era lá embaixo, diziam que era o Memorial da Liberdade, mas não tinha ninguém, não tinha nenhuma sinalização. As pessoas entravam lá e tinham 4, 5 celas, puseram uns cartazes com reproduções da [revista] Veja daquela época, mas não tinha nenhuma explicação. E a gente começou desde aquele tempo, estamos falando de 2006, 2007, a reivindicar que esse espaço devia se converter em um museu e que *a primeira coisa que deveria fazer era retirar o nome, mudar de nome. A última coisa que aqui tinha havido era liberdade, como é que chamava Memorial da Liberdade?* ” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

Com a mudança do nome para Memorial da Resistência, o privilégio da narrativa é devolvido à resistência política por meio de um forte posicionamento na busca pela verdade e pela justiça, através da reivindicação de uma justiça de transição mais ampla e efetiva.

A reformulação e ressignificação do Memorial da Liberdade proposta no Projeto Museológico buscava “romper com os silêncios propositais da História” (Bruno et al., 2009, p.39) e trazer para o debate a importância da luta e da resistência contra atos de repressão e violência. Ao resgatar as memórias antes silenciadas dos ex-presos e perseguidos políticos dentro de uma perspectiva histórica, o Projeto Museológico lutava contra o esquecimento e apagamento das violações do passado de modo a combater uma possível reprodução.

“Enquanto historiadores, museólogos e educadores, devemos estar atentos à capacidade que a intolerância e a violência têm de retornar disfarçadas de modernidade, de se manter e de se propagar através de novos artificios. E toda vez que isso acontece, retrocedemos no árduo processo de democratização e reconhecimentos dos Direitos Humanos. [...] *é neste sentido – de investir contra a História Oficial e de romper com os silêncios propositais da História – que foi idealizada a remodelação do espaço do Memorial da Liberdade [...]*” (Bruno et al., 2009, p.39. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, é possível afirmar que a participação dos ex-presos políticos, principalmente daqueles oriundos do Fórum, foi fundamental para que o espaço fosse configurado da maneira mais fiel possível às memórias daqueles que o vivenciaram de fato.

Dentre os integrantes do Fórum – indicado como elemento constituinte no ator-rede da Figura 9 -, oito ex-presos políticos foram apontados como assessores de conteúdo e participantes das reuniões junto à equipe técnica do Projeto Museológico: Alípio Freire, Elza Lobo, Frei Beto, Ivan Seixas, José Paiva, Maurice Politi, Raphael Martinelli e Rose Nogueira (Fecher, 2015).

O livro institucional no Memorial da Resistência também apresenta uma Ficha Técnica que traz a participação destes ex-presos nas categorias “consultoria sobre o cotidiano das celas do DEOPS/SP” e “ex-presos que deram testemunho), conforme mostrado na Figura 11 abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Comunicação Visual e Folder Zoldesign
Governador do Estado José Serra	Renato Salgado
Secretário de Estado da Cultura João Sayad	Luiz Dominguez
Secretário-Adjunto Ronaldo Bianchi	Débora O. Lopes
Chefe de Gabinete Sérgio Tiezzi	Marina Carvalho
Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico Claudinéli Moreira Ramos	
PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Projeto Audiovisual Estúdio Preto e Branco
Diretor Executivo Marcelo Mattos Araujo	direção e conceito Mauricio Moreira e Luiz de Franco
Diretor Financeiro Miguel Gutierrez	direção de arte Marlise Greice Kieling
	direção técnica Murilo Celebrone
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA	animação Daniel Grizante (Organograma DEOPS)
Projeto Museológico	Igor Ventura, Marcos Cintra, Flávia Nobre e Fábio Millan (Cela 9)
Coordenação Marcelo Mattos Araujo	James Chang – assistente
Consultoria em Museologia Maria Cristina Oliveira Bruno	pesquisa Luciana Marin
Consultoria em História Maria Luiza Tucci Carneiro	Márcia Baliza
	Mariana Soares
Consultoria em Educação Mila Milene Chiovatto	edição e montagem Orlando Neto
Gabriela Aidar	multimídia Mauricio Celebrone – Imagem e Cia
Amanda Tojal	produção Cláudia Vieira
Margarete de Oliveira	trilha sonora Mauricio Domene – Estúdio Next
Consultoria sobre o Cotidiano nas Celas do DEOPS/SP Ivan Seixas	Maquete Tátil Ateliê de Arte
Maurice Politi	Projeto e execução: Dayse Tarricone
Equipe Técnica de Implantação	Assistente de execução: Magda Pianowski
Museologia Kátia Regina Felipini Neves	Ex-Presos Políticos que deram testemunho
História Erick Reis Godliauskas Zen	Alípio Freire
Educação Caroline Grassi Franco de Menezes	Elza Lobo
Arquitetura Haron Cohen Arquitetura e Programação Visual	Frei Betto
Expografia Hiromo Kinoshita	Ivan Seixas
Flávio Pires	José Paiva
	Maurice Politi
	Rafael Martinelli
	Rose Nogueira
	APOIO INSTITUCIONAL
	• Arquivo Público do Estado de São Paulo
	• Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo
	• Projeto Integrado Arquivo Público do Estado / Universidade de São Paulo – PROIN

Figura 11: Ficha Técnica do Projeto de Exposição de Longa Duração apresentada no livro oficial do MRSP (Bruno et al., 2009, p.97)

Logo, com base nos documentos pesquisados, é possível identificar dentro do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, os integrantes que participaram da implementação do Projeto Museológico, com destaque para a intensa e ativa colaboração de Ivan Seixas e Maurice Politi (que posteriormente fundariam o Núcleo Memória), como ressaltado nos trechos abaixo:

“Os profissionais envolvidos no Projeto Museológico] tiveram essa perspicácia muito inteligente e tem uma pessoa chave, a Maria Cristina Bruno, que foi a chefe de equipe que a Katia [Felipini Neves] fez parte. A Maria Cristina Bruno chefou essa equipe e falou: *‘nós não podemos fazer isso sem a participação dos ex-presos’*. Então, no Fórum dos Ex-Presos Políticos (que a maioria é constituída de pessoas com mais de 90 anos), aqueles que tinham mais pique se decidiram a funcionar um pouco como ‘assessores de conteúdo’, era assim que a gente se chamava, ‘assessores de conteúdo do local’. [...] [durante o processo], os profissionais se reuniam e um de nós participava” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

“Cito aqui a importante colaboração dada por Maurice Politi e Ivan Seixas, ativistas incansáveis do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. A presença de ambos foi fundamental para a implantação e definição de atividades contínuas no Memorial da Resistência” (Carneiro, 2009, p.195. Grifos da autora desta pesquisa).

“Notei que os narradores [termo adotado pela pesquisadora Viviane Fecher para se referir aos ex-presos políticos entrevistados em sua pesquisa] *Ivan Seixas e Maurice Politi transitavam de modo bem confortável pelo espaço, sendo bastante conhecidos dos funcionários*, o que, posteriormente, identifiquei como consequência da parceria do Memorial com o Núcleo Memória, entidade criada por eles e de suas intensas participações nas atividades realizadas no Memorial” (Fecher, 2015, p.23. Grifos da autora desta pesquisa).

Outro indício da participação do Fórum, mais especificamente de alguns de seus integrantes, e da Pinacoteca é fornecida por Felipini Neves (2011). Nos agradecimentos de sua dissertação, a então coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo, Kátia Felipini Neves ressalta a importância do trabalho em conjunto desenvolvido durante a implementação do Projeto Museológico para que o espaço fosse ressignificado enquanto lugar de memória da resistência, reforçando a centralidade de alguns dos atores mapeados na presente pesquisa, tais como o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e o Núcleo de Preservação da Memória Política (nomeando alguns de seus integrantes, como Raphael Martinelli, Maurice Politi e Ivan Seixas) e a Pinacoteca do Estado (sob direção de Marcelo Araújo):

“Aos amigos do *Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e ao Núcleo de Preservação da Memória Política*, por tudo que estamos construindo juntos, desde sempre, acreditando que as instituições museológicas podem colaborar na transformação social. Especialmente quero agradecer a *Raphael Martinelli*, meu ídolo, e ao *Maurice Politi e Ivan Seixas*, parceiros cotidianos e queridos” (Felipini Neves, 2011, p.5. Grifos da autora desta pesquisa).

“Ao *Marcelo Araújo*, que com seu olhar essencialmente museológico, pragmático e sensível, não só aceitou o desafio de acolher o Memorial da Liberdade, mas foi o responsável por dar-lhe um novo destino: o Memorial da Resistência de São Paulo” (Felipini Neves, 2011, p.5. Grifos da autora desta pesquisa).

A importância da multidisciplinaridade da equipe do projeto se mostrou de forma clara e quase inequívoca durante uma das entrevistas concedidas por Maurice Politi. Na ocasião, foi relatado um episódio bastante significativo e que ilustra a relevância da participação e colaboração dos ex-presos políticos para que o espaço pudesse ser constituído de maneira fiel aos eventos e experiências vivenciados ali e se transformasse em um lugar de memória de resistência:

“Aqui nesse prédio trabalhavam 2.000 pessoas. É incrível a gente falar isso, mas a gente tem que pensar que naquela época não tinha celular, não tinha computador, não tinha nada, então tudo era à máquina, tudo era à mão e o controle era total. Então tinha 2.000 pessoas que trabalhavam, claro que se repartiam em turnos de trabalho e tal. Por exemplo, onde nós éramos torturados ficava entre o 3º e o 4º andar, era uma espécie de andar falso. Quando a gente chegou aqui e começou a fazer as reuniões, um funcionário nos disse: ‘tem um elevador aqui que a gente não entende. Porque ele para aqui no 1º, no térreo e ele para no 4º. Ele não para mais em lugar nenhum. Ele não para no 2º, no 3º. E eles não sabiam. E nem a equipe de profissionais sabia. A gente sabia. Sabe por que ele não para? Porque a gente chamava isso de ‘expressinho da morte’, era na nossa gíria, porque eles pegavam os presos embaixo e, como trabalhava tanta gente aqui eles não queriam que você fosse visto. Então eles levavam até o 4º [andar] direto sem parar e do 4º você descia por uma escada até um mezanino, entre um piso e outro, onde tinham aquelas câmaras acolchoadas para não escutar gritos e tudo isso. Então essas coisas eles não poderiam saber se não estivessem com o pessoal que morou aqui um tempo” (Politi, 2017).

De acordo com as fontes consultadas e a observação dos múltiplos atores envolvidos houve, na visão da autora desta pesquisa, uma convergência de fatores sociais e políticos combinados com a ocupação de cargos de decisão por “pessoas chaves”, tais como Marcelo Araújo (na Pinacoteca do Estado), João Sayad (na Secretaria da Cultura associado a José Serra como Governador de São Paulo), Paulo Abrão (Comissão de Anistia), Maria Cristina Oliveira Bruno e Maria Luiza Tucci Carneiro (pesquisadoras e acadêmicas), além da contínua e intensa atuação de alguns ex-presos políticos - que posteriormente participaram do processo de

implementação como assessores de conteúdo – para que fosse iniciada a transformação do espaço. Nesse sentido, é possível afirmar que Maurice Politi e Ivan Seixas assumiram um papel central e transformaram o envolvimento (“*enrollment*”) dos demais atores da rede em um suporte ativo, mobilizando-os como aliados (“*mobilization of allies*”) em torno de uma causa comum para transformação do espaço em um lugar de memória de resistência.

Na entrevista concedida em maio de 2017, Maurice Politi corrobora o papel fundamental exercido por alguns destes atores e sinaliza também a importância de outros fatores contributivos para que um contexto propício de busca pela justiça, verdade e reparação fosse instaurado, como destacado nos trechos abaixo:

“Tivemos a sorte de que no ano de 2007 foi organizado um congresso nacional de presos políticos aqui em São Paulo, que causou uma boa repercussão na mídia porque era a primeira vez que ex-presos políticos de todo Brasil se reuniam com várias reivindicações. *E uma das reivindicações era a transformação deste lugar [Memorial] e como tinha havido repercussão nós fomos recebidos pelo Secretário da Cultura na época, João Sayad*, o governador era o José Serra, os dois tinham sido exilados no Chile durante a juventude. E o João Sayad nos recebeu e nos disse: ‘bom, o que vocês querem desse lugar?’ E tivemos um segundo componente que nos ajudou muito que foi o diretor da Pinacoteca, porque esse espaço aqui era gerenciado pela Pinacoteca. *E o diretor da Pinacoteca daquele momento era o Marcelo Araújo [...] E ele foi uma peça fundamental*” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

“E somos meio felizes nas ‘coincidências’, mas a gente diz que não é só sorte que ajuda, é também a vontade de estar presente e *é a época que a Comissão de Anistia tem um novo presidente, Paulo Abrão*, ele mesmo muito mais jovens que nós, 30 e tantos anos, dinâmico e que quer realmente posicionar a Comissão de Anistia em outro patamar - coisa que ele fez -, *e que precisa de aliados no grupo de ex-presos e ele vê no Fórum um aliado. E a gente começa, então, a se relacionar muito bem com o Paulo Abrão*. O objetivo era, naturalmente, obter o apoio dele para que nós pudessemos atuar em áreas que não fossem só a de reparação econômica, que fosse a cultura, a educação e a conversão [do antigo prédio do DEOPS/SP].

E coincide também, porque a história é feita assim, de coincidências felizes, no momento em que *Marcelo Araújo, diretor da Pinacoteca também é procurado. Ele também uma pessoa ilustre, de posições críticas definidas e que vê naquele Memorial da Liberdade, um espaço que precisava revitalizar*. Então ele encomenda um plano museológico, [...] encomenda esse trabalho para dizer ‘bom, o que nós vamos fazer desse lugar?’ ” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

A Figura 12 representa o ator-rede formado na etapa de implantação do Projeto Museológico, considerando e reconhecendo a atuação fundamental de pessoas em posições-chave em organizações já consideradas em *Turning Points* anteriores:

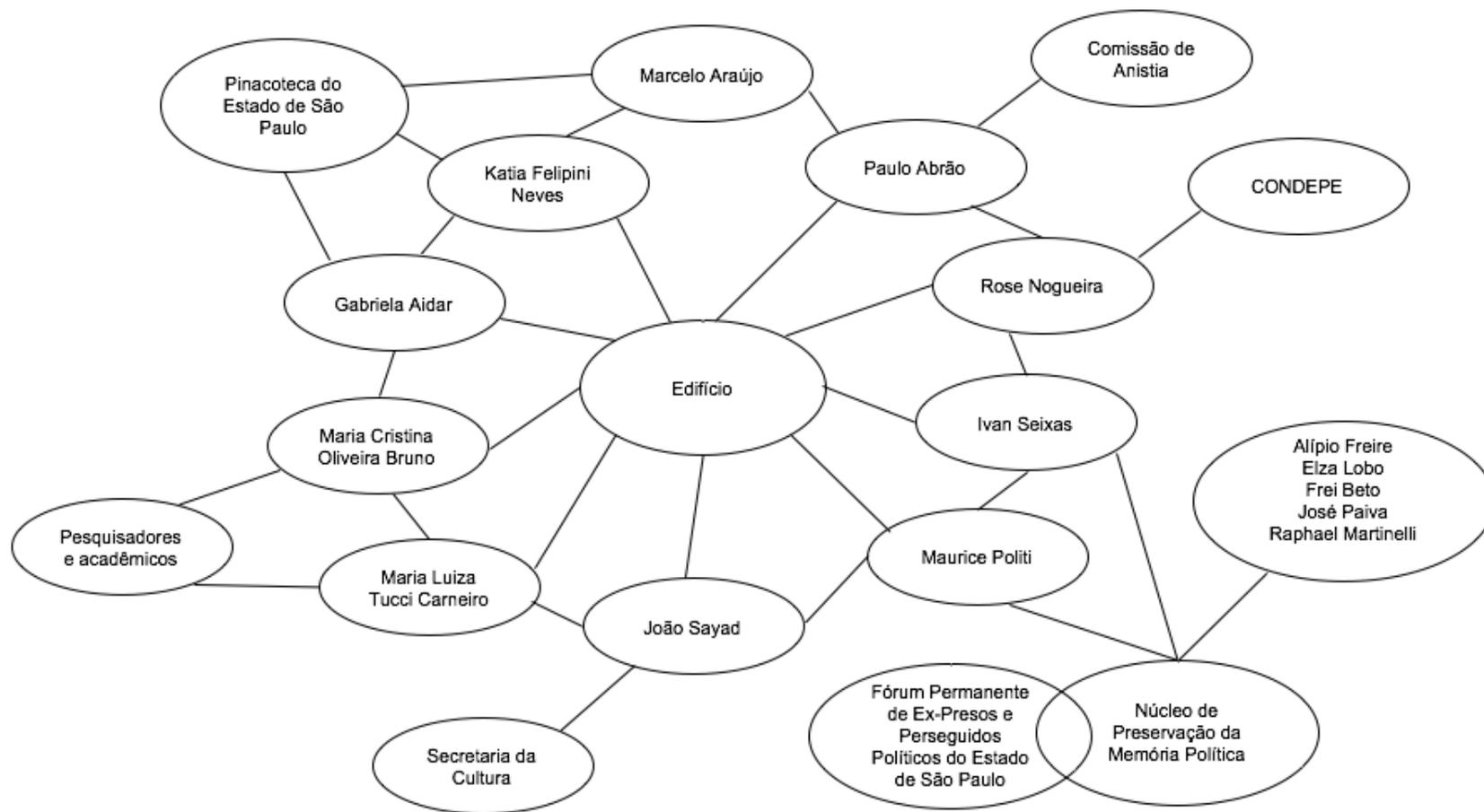


Figura 12: Ator-rede formado na implementação do Projeto Museológico no MRSP

4.2.6.

6º *Turning Point*: Inauguração do MRSP

Por fim, após anos de intensas negociações e disputas de múltiplos atores, o Memorial da Resistência de São Paulo foi inaugurado em 24 de janeiro de 2009 - 33 anos após o 1º pedido de tombamento do edifício do antigo DEOPS/SP. O longo processo foi marcado pelas diversas (des)mobilizações de diferentes atores – conforme esquematizado ao término de cada *Turning Point* apresentado na análise. Cada fase evidencia os esforços coletivos de grupos sociais e também de indivíduos em posições-chave para o resgate das memórias de resistência e de luta dos ex-presos e perseguidos políticos e também dos familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar brasileira.

O Memorial da Resistência é, portanto, resultado de uma série de mobilizações ocorridas em diferentes etapas de sua constituição, cujos processos de translação dos diversos atores resultaram na formação de atores-rede com propósitos intermediários até que o conceito de resistência e de luta emergisse e se consolidasse para a formação de um lugar de memória de resistência. O “novo olhar” direcionou os esforços para representar as memórias e as lutas dos grupos que ali vivenciaram o período da ditadura com base em três eixos temáticos: controle, repressão e resistência.

“Invertendo a lógica do período da repressão, agora o protagonismo é atribuído às memórias dos ex-presos e, a partir delas, a concepção de cada espaço valorizou a resistência como elemento de ligação entre o trágico passado aqui vivenciado e os novos tempos amparados por experiências democráticas” (MRSP, 2017 – Painel “A Construção da Memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP”).

O protagonismo é devolvido àqueles que sofreram, direta ou indiretamente, os efeitos das violações cometidas durante o regime de exceção. A resistência e o espírito de luta e de solidariedade foram exaltados em detrimento da barbárie e das arbitrariedades cometidas com o objetivo de promover a reflexão nos indivíduos das futuras gerações por meio de um diálogo aberto a respeito da liberdade e dos ideais e princípios democráticos, como destacado por Maurice Politi:

“Não estamos aqui para fazer elogio da barbárie, ao contrário. [...] nós queremos mostrar que nesse lugar aqui [o Memorial]... tem aquela última cela com os depoimentos, o cravo... que mostram que a flor venceu, apesar de toda a barbárie que teve esse prédio, a gente quer mostrar isso. Por que? Porque a gente acha que...

quer dizer, é uma visão. É uma visão de que se eu mostro como algumas pessoas gostam [de falar]: ‘ah, fui torturada, me penduraram de cabeça para baixo, me puseram o choque não sei aonde...’ você afugenta os jovens. Eu já vi isso acontecer. O cara fala: ‘olha, se tiver amanhã outra ditadura, nem vou me meter. Porque... eu? Para sofrer o que ele, ou o que ela sofreu, para ser estuprada.... De jeito nenhum, não vou nem me meter. Não é isso que a gente quer. *A gente quer formar cidadãos que participem da vida política e participar da vida política significa entender o espírito de solidariedade, significa entender o espírito de resistência*” (Politi, 2017. Grifos da autora desta pesquisa).

Nesse sentido, a equipe responsável pelo Projeto Museológico defendia a importância do conhecimento histórico e de ações educativas como ferramentas para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade em distinguir entre o certo e errado dos indivíduos de uma sociedade, de modo a combater iniciativas de “higienização da memória”. Além disso, alertava sobre a “capacidade que a intolerância e a violência têm de retornar disfarçadas de modernidade, de se manter e de se propagar através de novos artificios” (Bruno et al. 2009, p.39), reforçando o papel da cultura para formação e instrumentalização de cidadãos conscientes, como destacado abaixo:

“[...] é preciso lembrar sempre que existem parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então, em distorcer os fatos. *Precisamos estar atentos a esta produção intencional de silêncios*, procurando compreender a razão do não-dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de “implícito” ou de “não querer lembrar”. O não-dizer está, na maioria das vezes, ligado à história e à ideologia. Portanto, certas ocorrências não devem ser interpretadas como meros acidentes de linguagem, e sim como um “ato de intenção”. E, para tanto, os nossos jovens têm que estar instrumentalizados (além de serem sensibilizados) para perceber os silêncios e as deturpações impostas pela História Oficial” (Bruno et al., 2009, p.41. Grifos da autora desta pesquisa).

Reconhecendo que a capacidade de repetir atos de violência do passado é ampliada à medida que não são reconhecidas as violações dos direitos humanos e torturas cometidas em tempos anteriores, o Memorial da Resistência de São Paulo buscou conscientizar o público sobre o perigo de ideias e princípios contrários aos democráticos conforme ressaltado por Sayad (2009) no trecho abaixo:

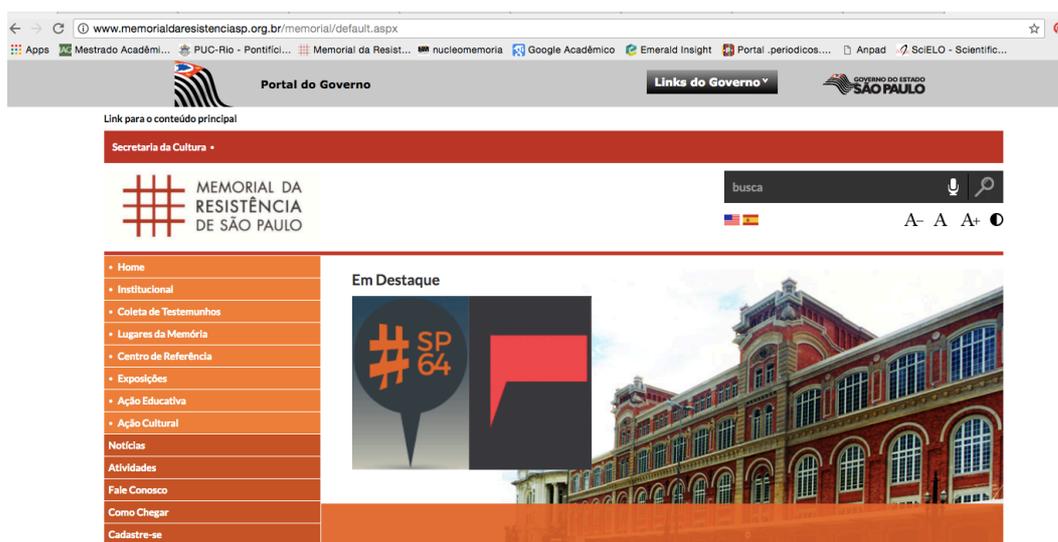
“Ao abraçarmos a causa dos cidadãos militantes que queriam transformar o antigo Memorial da Liberdade em um espaço que falasse das arbitrariedades dos regimes autoritários, das lutas da resistência e, sobretudo, das fragilidades das democracias quando a memória é relegada a segundo plano, mantivemos o compromisso cívico e democrático do governador José Serra de *revelar que esse prédio foi, sim, um centro de torturas e arbitrariedades. Acreditamos na importância de não deixar a história se apagar*, e agora este lugar serve para lembrar às novas gerações que o Brasil

retornou à democracia graças à luta de milhares de pessoas” (Sayad, 2009, p.15. Grifos da autora desta pesquisa).

Dessa forma, as ações educativas são feitas de maneira recorrente e articuladas por meio dos eixos temáticos, sendo o principal objetivo é alertar “o visitante do Memorial para uma possível reprodução de certas circunstâncias históricas que, em diferentes momentos, culminaram na repressão institucionalizada. O desafio, no entanto, está em ‘quebrar’ a corrente do silêncio ajudando a lembrar, sempre” (Carneiro, 2009, p.181).

O movimento de constituição da memória é imprescindível para que a memória não se torne “inerte” e seja silenciada novamente (Rigney, 2008), como já discutido no presente trabalho. A ressignificação constante do MRSP enquanto lugar de memória de resistência para cada um dos seus visitantes é a condição para que o debate continue acontecendo no presente e as memórias antes silenciadas sejam fonte de reflexão e incorporadas na memória nacional (Pollak, 1992).

Nesse momento, cabe resgatar o ponto de partida do presente estudo quando foram identificados na página oficial do Memorial da Resistência de São Paulo somente dois atores na formação do MRSP: a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, como mostrado nas capturas de tela da Figura 13:



Pinacoteca do Estado

A Pinacoteca do Estado de São Paulo é um museu de artes visuais com ênfase na produção brasileira do século XIX até a contemporaneidade. Fundada em 1905 pelo Governo do Estado de São Paulo é o museu de arte mais antigo da cidade.

Estação Pinacoteca

O edifício que hoje abriga a Estação Pinacoteca e o Memorial da Resistência foi inaugurado em 1914 para abrigar os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, que ocupou o prédio até 1938.

Notícias

#carta aberta
correspondências na prisão

Para saber o que tem acontecido no Memorial da Resistência de São Paulo, clique no link abaixo...

Atividades

FEVEREIRO 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28			

Conexões

Serviços

- Mapa do site
- Ouvitoria
- Contato

Memorial da Resistência de São Paulo

Largo General Osório, 66 • Santa Ifigênia • São Paulo • SP
 Telefone: 55 11 3335-4990 • Entrada Gratuita
 Aberto de quarta a segunda (fechado às terças), das 10h00 às 17h30
 faleconosco@memorialdaresistencia.org.br

Logotipos: PINACOTECA DE SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO, APAC, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

Figura 13: Captura de tela do site oficial: destaque para os atores Pinacoteca do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura (Site Oficial do Memorial da Resistência de São Paulo)

Os logotipos da Pinacoteca do Estado de São Paulo e da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo aparecem na página principal do site oficial do Memorial da Resistência de São Paulo (canto inferior direito da página), como destacado no *zoom* acima.

O papel de destaque conferido a estes dois atores somente - a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo - na formação do MRSP, esconde as múltiplas associações realizadas durante o processo de constituição desta organização no *socio-past*, tornando-as transparentes para as demais entidades e transformando o MRSP em um *black box*.

Adotar a *ANTI-History* como teórico-metodologia na presente pesquisa permitiu que as diversas associações, negociações, relações de poder, disputas

sócio-políticas e (des) mobilizações entre múltiplos atores fossem evidenciadas e se tornassem visíveis durante o estudo. Dessa forma, investigar o fenômeno sob uma ótica relacional, assumindo que todo o conhecimento sobre o passado é coletivo, parcial, distribuído e constituído a partir de relações de materialidade heterogênea, permitiu à autora desta pesquisa ampliar o quadro de análise e o entendimento mais aprofundado do contexto no qual a constituição do Memorial da Resistência ocorreu.

O Quadro 5 demonstra de forma bastante clara, a simplificação do processo de constituição do Memorial da Resistência, enquanto um *black box*, ao elencar todos os atores identificados e (des)mobilizados durante a investigação e compará-los aos atores indicados na narrativa oficial.

Atores centrais do <i>black box</i>	Atores centrais identificados na pesquisa
Pinacoteca do Estado	Pinacoteca do Estado
Secretaria da Cultura	Secretaria da Cultura
	Edifício
	CONDEPHAAT
	DEOPS/SP
	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
	Grupo Tortura Nunca Mais
	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)
	Livro “Brasil Nunca Mais”
	Livro “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964
	Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo
	Lei nº 9.140/1995
	Lei nº 10.726/2001
	Lei nº 10.559/2002
	Núcleo de Preservação da Memória Política
	Pesquisadores e acadêmicos
	Arquivo Público do Estado de São Paulo
	Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania
	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE)
	Exposição “Intolerância”
	Mostra “Cotidiano Vigiado – Repressão, Resistência e Liberdade nos Arquivos do DOPS 1924-1983”
	Exposição “Cidadania – 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”
	Exposição “Anistia 20 anos”
	Apresentação teatral “Lembrar é resistir”
	1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos
	Caravanas da Anistia
	Livro “Direito à Memória e à Verdade”
	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
	Comissão de Anistia
	Marcelo Araújo
	João Sayad
	Paulo Abrão
	Rose Nogueira
	Ivan Seixas
	Maurice Politi
	Maria Luiza Tucci Carneiro
	Maria Cristina Oliveira Bruno
	Gabriela Aidar
	Kátia Felipini Neves

Quadro 5: Atores centrais *black box* vs. identificados na pesquisa

5 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo investigar e tornar transparentes as relações sócio-políticas dos atores envolvidos no processo de transformação de um espaço organizacional de violência e de violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (DEOPS/SP) em um lugar de memória de resistência, o Memorial de Resistência de São Paulo (MRSP), através da abordagem *ANTI-History*.

Adotar a *ANTI-History* como abordagem teórico-metodológica na presente pesquisa permitiu trazer à tona a complexidade das movimentações sócio-políticas realizadas pelos múltiplos atores envolvidos no processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo enquanto *black box*, combatendo a aparente simplicidade da narrativa do processo de constituição do Memorial. Ao tornar transparentes as disputas de poder e negociações, diferentes ordenações – e consequentemente possíveis narrativas – são reveladas, evidenciando a formação de atores-rede de configurações e propósitos distintos até o momento da inauguração do MRSP em 2009.

Nesse sentido, a análise e a investigação realizadas sobre o processo de constituição do MRSP, por meio da lente relacional e crítica da abordagem *ANTI-History*, (a) permite que a organização (enquanto *black box*) seja entendida como um processo transitório e instável resultante de associações (re) constituídas e (re) configuradas continuamente; e (b) oferece a oportunidade de desvelar as relações de poder, negociações e manobras dos múltiplos atores envolvidos em sua constituição. Ou seja, ao assumir a organização como uma entidade em permanente mudança e ao tornar transparentes as múltiplas relações e movimentações realizadas pelos atores no *socio-past*, torna-se possível observar a relevância e a contribuição de cada um deles nas várias etapas que resultaram na constituição do MRSP. Identificar, resgatar e demonstrar as ações - e suas implicações - de cada

ator amplia a consciência e a observação crítica do pesquisador, permitindo uma contextualização mais profunda e detalhada da análise do fenômeno, removendo o véu de aparente simplicidade da organização e revelando possíveis apagamentos e silenciamentos.

A *ANTi-History*, como uma abordagem histórica alternativa de caráter emancipatório, rompe com conceitos estáticos adotados anteriormente para o passado, conferindo uma característica mais dinâmica, mutável, fluida e relacional para a produção do conhecimento sobre determinados fenômenos a partir de vestígios do passado. Ao defender a construção social da realidade como base epistemológica, a abordagem *ANTi-History* abre a possibilidade para múltiplas interpretações, conhecimentos e narrativas sobre os fenômenos sociais, assumindo um caráter crítico ao proporcionar espaço para atores até então marginalizados ou silenciados nas versões oficiais da história (Durepos, 2009; Durepos & Mills, 2011), como pôde ser observado nos resultados apresentados e a multiplicidade de atores envolvidos e tornados invisíveis na narrativa oficial após a constituição do Memorial enquanto *black box*.

Cabe ressaltar, mais uma vez, que a narrativa apresentada pela autora na presente pesquisa é uma das versões possíveis e não se propõe a ser uma verdade absoluta sobre a formação do Memorial. A postura reflexiva exigida pela *ANTi-History* não se restringiu apenas à identificação das redes-de-atores durante o processo de constituição do MRSP, mas também à (in) disponibilidade e a seletividade das fontes, entendendo que documentos são sempre parciais e, por natureza, não são inocentes. A autora desta pesquisa buscou durante todo o processo assumir o papel de “aprendiz” e não de “legisladora” conforme recomendado por Latour (1999), privilegiando a voz e os movimentos dos atores em detrimento da sua própria voz e de narrativas pré-concebidas.

Ao resgatar memórias subterrâneas e dar voz àqueles anteriormente silenciados, a sociedade brasileira tem a oportunidade de avaliar e refletir sobre as recordações trazida pelos ex-presos e perseguidos políticos para a construção de uma memória sobre uma base comum (Pollak, 1989). Ao tornar estas relações transparentes, o pesquisador tem a oportunidade de ampliar e aprofundar o entendimento do fenômeno, resgatando vozes e atores apagados, camuflados e/ou silenciados pela versão dominante. A transformação de um espaço de torturas e violações dos direitos humanos da ditadura brasileira em um lugar de memória de

resistência é resultante de um processo sócio-político complexo e dinâmico, que envolve uma série de articulações entre atores de interesses divergentes, cujas negociações e mobilizações, na maior parte das vezes, permanecem ocultas.

Atendendo ao “dever de memória” – que impulsiona a busca de justiça às vítimas que não tiveram chance de compartilhar seus relatos e narrativas sobre as violações e torturas sofridas – e assumindo que (i) “nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro” (Costa & Saraiva, 2011, p.1761) e que (ii) a construção social da memória é feita continuamente no presente (Pollak, 1992), torna-se fundamental investigar as relações de poder intrínsecas a qualquer movimento de memória, de modo a refletir criticamente a respeito da intencionalidade do que é esquecido, do que é lembrado e do que não é dito.

Assim sendo, “rememorar as atrocidades cometidas pela ditadura brasileira significa dar voz àqueles que não puderam contar” (Schmidt, 2007, p.136). Não se trata, portanto, de “reabrir feridas do passado” ou de “revanchismo”, mas sim evitar que uma repercussão negativa “indelével” seja causada à sociedade quando a tortura, perseguição e destruição de famílias, além de outras violações dos direitos humanos, por ações do Estado são ignoradas (Pinto, 2010).

A constituição de um lugar de memória, como o Memorial da Resistência, como parte do processo de reparação e redemocratização, promove o desenvolvimento de alianças entre os sobreviventes, o local, a vizinhança e a comunidade, mobilizando-os neste propósito, além de resgatar e materializar as memórias e as condições do passado, tornando-as visíveis e presentes para as pessoas que não as vivenciaram. A voz é dada àqueles que foram silenciados no passado e a memória permanece viva e ativa por meio das relações desenvolvidas com a comunidade, por meio das ações do programa educativo promovido pelo MRSP, evitando que se torne “inerte” e silenciada novamente, como ressalta Rigney (2008). Dessa forma, a força da palavra resistência, o resgate e o compartilhamento das memórias de luta contra a repressão, mas também das lembranças de solidariedade e coletividade entre aqueles que vivenciaram o período da ditadura civil-militar brasileira, são transportados para a atualidade diante do compromisso com as ações socioeducativas do Memorial da Resistência e da promoção de uma relação dialógica com a comunidade.

Por fim, mas não menos importante, o estudo do processo de constituição do Memorial da Resistência de São Paulo mostra-se relevante para a autora desta

pesquisa por promover uma reflexão acerca dos princípios defendidos por esta organização sobre a dignidade humana, a importância do fortalecimento de uma cultura em direitos humanos para a nossa sociedade e da transmissão de conceitos de cidadania para gerações futuras, abrindo espaço para o diálogo, debate crítico e compartilhamento de experiências de um período tão sombrio de nossa história.

Referências bibliográficas

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, v.24, n.1, p.119-138, jan./jun. 2011.

ABRÃO, P.; CARLET, F.; FRANTZ, D.; FERREIRA, K. M. M.; OLIVEIRA, V. D. F; GRAMA, T. T. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.60-87.

ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.26-59.

AGUILERA, C. Memories and Silences of a Segregated City: Monuments and political violence in Santiago, Chile, 1970–1991. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.102-114, 2015.

ALCADIPANI, R.; HASSARD, J. Actor-Network Theory, Organizations and Critique: towards a politics of organizing. **Organization**, v.17, n.4, p.419-435, 2010.

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria Ator-Rede e Estudos Críticos em Administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7, n.3, p.405-418, set./2009a.

__. Teoria Ator-Rede e Análise Organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações e Sociedade**, v.16, n.51, p.647-664, out./dez. 2009b.

ALLEN, M.; BROWN, S. D. Memorial Meshwork: the making of the commemorative space of the Hyde Park 7/7 Memorial. **Organization**, v.23, n.1, p.10-28, 2015.

ALMEIDA, P. C. **Lugar de Memória da Resistência: verdade e negociação no processo de tombamento do prédio do DEOPS/SP**. In: THIESEN, I. (Org.) Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p.269-288.

AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Actor-Network Theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes inter-organizacionais? **Cadernos EBAPE.BR**, v.2, n.2, p.1-14, jul./2004.

ANGIOLILLO, F. Projeto Foca Período Anterior à Repressão”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.1.

ANTONINI, A. V. **Marcas da Memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo**. São Paulo, 2012. 70p. Monografia (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coords). A Ocupação dos Espaços e A Articulação Entre As Linguagens Expositivas: a construção dos sentidos e significados inerentes aos enfoques temáticos. In: __. **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.69-

140.

ARAUJO, M. M.; NEVES, K. R. F.; MENEZES, C. G. F. O Memorial da Resistência de São Paulo e os desafios comunicacionais. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, n.3, jan./jun. 2010, p.230-243.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O Cotidiano e a História: construindo novos olhares na Administração. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v.55, n.2, p.151-161, mar./abr. 2015.

BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization Studies. **O&S - Organizações & Sociedade**, v.23, n.79, p.609-623, out./dez. 2016.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and Organizational History: prospects. **Management & Organizational History**, v.1, n.1, p.5-30, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília – DF: Governo Federal, v.1, 2014.

__. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília – DF: Governo Federal, 2009. 400p.

__. Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995 [Lei dos Mortos e dos Desaparecidos Políticos]. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 dez. 1995, p.19985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-norma-pl.html>> Acesso em: 10 dez. 2017.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M.L.T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p.39-49.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay. In: BIAGIOLI, M. (Ed.). **The Science Studies Reader**. London: Routledge. 1999. p.67-83.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (Eds.). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an integration of micro and macro sociologies**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.p.277-303.

CARNEIRO, M. L. T. A Caixa de Pandora: o potencial de comunicação museológica do arquivo DEOPS/SP. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.181-198.

CARVALHO, M. C. Empreiteira Monopoliza Obras da Cultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jul. 1999. Caderno Brasil, p.12. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc04079925.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. A ANT Vai À Campo: Teoria Ator-Rede, crítica e a contribuição de John Law. In: **III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis/SC, mar. 2013a.

__. Organizações Como Processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n.4, p.556-568, dez. 2013b.

CATELA, L. S. Staged Memories: Conflicts and tensions in Argentine public memory sites. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.9-21, 2015.

CHIA, R. From Modern to Postmodern Organizational Analysis. **Organization Studies**, v.16, n.4, p.579-604, 1995.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The Treatment of History in Organization Studies: towards an 'Historic Turn'? **Business History**, v.46, n.3, p.331-352, jul. 2004.

COHEN, M.; BACDAYAN, P. Organizational Routines as Stored in Procedural Memory. Evidence from a Laboratory Study. **Organization Science**, v.5, n.4, p.554-568, 1994.

CONTE, G. A Topography of Memory: reconstructing the architectures of terror in the Argentine dictatorship. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.86-104, 2014.

COOREN, F.; THOMPSON, F.; CANESTRARO, D.; BODOR, T. From Agency to Structure: Analysis of an episode in a facilitation process. **Human Relations**, v.59, n.4, p.533-565, 2006.

CORRÊA, L. R. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.33, 2008.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.3, p.288-299, jul./set. 2010.

COSTA, A. S. M.; SARAIVA, L. A. S. Memória e Formalização Social do Passado nas Organizações. **RAP- Revista de Administração Pública**, v.45, n.6, p.1761-1780, nov./dez. 2011.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. Novas Fontes, Novas Versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.21, n.2, p.163-183, mar./abr. 2017.

COIMBRA, M. N. O Dever de Não Esquecer Como Dever de Preservar o Legado Histórico. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.88-103.

CRESSMAN, D. A Brief Overview of Actor-Network Theory: punctualization, heterogeneous engineering & translation. In: **ACT Lab/Centre for Policy Research on Science & Technology (CPROST)**. School of Communication, Simon Fraser University, 2009.

CROSS, R.; BAIRD, L. Technology Is Not Enough: Improving performance by building organizational Memory. **Sloan Management Review**, v.41, n.3, p.69-78, 2000.

CYPRIANO, F. Expressões da LIBERDADE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.E.1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0307200206.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

CZARNIAWSKA, B. Emerging Institutions: pyramids or anthills? **Organization Studies**, v.30, n.4, p.423-441, 2009.

__. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v.3, n.1, p.4-20, 2008.

__. **Book Reviews: Bruno Latour: Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. **Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos**, s.d. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/quem_somos_comissao.php?m=2> Acesso em: 23 jan. 2018.

DRAPER, S. Against Depolitization: prison-museums, escape memories, and the place of rights. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.62-74, 2014.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do Organizar (Organizing) para os Estudos Organizacionais. **O&S - Organizações & Sociedade**, v.23, n.76, p.57-72, jan./mar. 2016.

DUREPOS, G. A. T. **ANTi-History: Toward an Historiographical Approach to (Re)assembling Knowledge of the Past.** 352p. Halifax, 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Saint Mary's University.

DUREPOS, G. A. T.; MILLS, A. J. Actor-Network Theory, ANTi-History and critical organizational historiography. **Organization**, v.19, n.6, p.703-721, 2011.

__. ANTi-History, Relationalism and the Historic Turn in Management and Organization Studies. **Management and Organization Studies**, v.12, n.1, p.53-67, 2017.

ESTADÃO. Governo de SP Indenizará Ex-Presos Políticos. **Jornal Estadão**, São Paulo, 07 jan. 2002. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-indenizara-ex-presos-politicos,20020107p51767>> Acesso em: 10 dez. 2017.

FECHER, V. **A história é de todos nós: narrativas sobre a formação do Memorial da Resistência**. Brasília, 2015. 211p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília. 2015.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v.22, n.5, p.1240-1253, set./out. 2011.

FELDMAN, R. S.; FELDMAN, S. P. What Links the Chain: an essay on organizational remembering as practice. **Organization**, v.13, n.6, p.861-887, 2006.

FERRAZOLI, M. Congresso Reúne Perseguidos Políticos e Vai Avaliar Censura. **Jornal JCNET – Jornal da cidade Bauru e região**, 2007. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=119701&ano=2007> Acesso em: 07 dez. 2017.

FILHO, M. S. Tuma Conhecia Destino de Desaparecidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 1992, Caderno Brasil, p.11. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11731&keyword=Tuma&anchor=4787627&origem=busca&pd=28024a57ea837e0a5721d61ed0736b1f>> Acesso em: 05 dez. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Novo Centro: Júlio Prestes “estreia” 9 de Julho: Atração é a sala de concertos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1999, p.3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20069902.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

__. Entidades temem falta de apoio ao programa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mai.1996, Caderno Brasil, p.7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13154&keyword=entidades&anchor=4741947&origem=busca&pd=eaa3dd4d694eb61f718dfc5b31ef83f8>> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Famílias têm acesso prioritário a arquivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 1992a. Caderno Brasil, p.13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11578&keyword=arquivo&anchor=4769654&origem=busca&pd=9d76467e7e3e4a369797439753b30501>> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Familiares Recebem Fichas de Desaparecidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1992b, Caderno Brasil, p.7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11637&keyword=desaparecida&anchor=4771908&origem=busca&pd=049ff4e8104a1c091de99526a052c4ff>> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Unicamp Retira do IML Registros Sobre Ossadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 1990a, Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11107&keyword=Unicamp&anchor=4062795&origem=busca&pd=94ce77ab27acd737701fa3cc5d9803f7>> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Unicamp Reinicia Levantamento de Ossadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 1990b. Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11115&keyword=ossada&anchor=4069666&origem=busca&pd=aedd914f1cfe1c4564cc9511f76969bf>> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Prefeitura Investiga Ossos em Vila Formosa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 1990c, Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11147&keyword=ossos&anchor=4074263&origem=busca&pd=2a6f98c58923c3250d49e26aa43b59d3>> Acesso em: 05 dez. 2017.

FOLHA CAMPINAS. Estado retoma investigação de ossadas. **Folha Campinas**, São Paulo, 14 set. 2000. Caderno Cotidiano, p.1. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14738&keyword=ossadas&anchor=596042&origem=busca&pd=52a3df614ecdb9aba8aa3521e89f042>
f> Acesso em: 05 dez. 2017.

FÓRUM (FÓRUM PERMANENTE DE EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO). O Que É O Fórum?. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://forumexpresospoliticosp.wordpress.com/o-que-e-o-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017a.

__. Qualificação dos Eleitos para a 1ª Diretoria Colegiada, Diretores Executivos e Conselho Fiscal do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/composic3a7c3a3o_1c2aadiretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017b.

__. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária de 23 de outubro de 2001. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/documentos_fundac3a7c3a3o_forum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017c.

__. Manifesto. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/manifesto_do_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017d.

__. Agenda do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://forumexpresospoliticosp.wordpress.com/agenda-do-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017e.

___ . Reformulação do Estatuto do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/reformuac3a7c3a3o_estatuto_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017f.

___ . Nova Diretoria do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/nova_diretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017g.

FRANÇA, W.; FALCÃO, D. Reale Jr. defende indenizar torturados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 ago.1996, Caderno Brasil, p.12. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13236&keyword=torturados&anchor=478969&origem=busca&pd=1dc069480d6de5b773e39ac163aeb999>> Acesso em: 05 dez. 2017.

GALHARDO, R. Unicamp Libera Ossadas de Perus Amanhã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mai.1998, Caderno Campinas, p.3. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13889&keyword=ossadas&anchor=608699&origem=busca&pd=092c8ad300f312243fbe9e684004b61b>> Acesso em: 05 dez. 2017.

GENRO, T.; ABRÃO, P. Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia Sem Fim. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.16-24.

GUMIERI, J.C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, jun. 2012, p.1-11.

HASSARD, J.; ALCADIPANI, R. Actor-Network Theory. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G. A. T.; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopedia of Case Study Research**, v.1. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2010. p.7-12.

HASSARD, J.; LAW, J.; LEE, N. Preface: Actor-Network Theory. **Organization**, v.6, n.3, p.387-390, 1999.

HERNES, T. Actor-Network Theory, Callon's scallops, and process-based Organization Studies. In: HERNES, T.; MAITLIS, S. (Eds.). **Process, Sensemaking & Organizing**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p.161-184.

HITE, K. Empathic Unsettling and the Outsider Within Argentine Spaces of Memory. **Memory Studies**, v.8, n.1, p.38-48, 2015.

HUBER, G.; DAVENPORT, T. H.; KING, D. R. Perspectives on Organizational Memory. **Anais do 31st Annual Hawaii International Conference on System Sciences Task Force on Organizational Memory**, jan. 1998.

JORNAL DO BRASIL. Arquivo Secreto do Deops será aberto ao público. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 23 ago.1994, p.9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=122851> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Tuma Entregará Dossiês do Deops Sobre Presidentes. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 12 nov.1991. 1º Caderno, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%20199&pesq=dossi%C3%AAs%20do%20deops> Acesso em: 05 dez. 2017

KANSTEINER, W. Finding Meaning in Memory: a methodological critique of collective memory studies. **History and Theory**, v.41, n.2, p.179-197, 2002.

KIESER, A. Why Organization Theory needs historical analysis: and how this should be performed. **Organization Science**, v.5, n.4, p.608-620, nov. 1994.

KLEP, K. Tracing Collective Memory: Chilean truth commissions and memorial sites. **Memory Studies**, v.5, n.3, p.259-269, 2012.

LATOURETTE, B. "What's the story?" Organizing as a mode of existence. In: PASSO, J.; PEUKER, B.; SCHILLMEIER, M. (Eds.) **Agency Without Actors? New Approaches to Collective Action**. Londres: Routledge, 2011. p.1-12.

_____. Third Source of Uncertainty: Objects too have agency. In: _____. **Reassembling the Social: an introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 63-86.

_____. Why Has Critique Run Out of Steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v.30, n.2, p.225-248, 2004.

_____. On Recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.) **The Editorial Board of The Sociological Review**. New Jersey: Blackwell Publishers, 1999. p. 15-25.

_____. On Actor-Network Theory: A few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, v.47, p.369-381, 1996.

_____. **Technology is Society Made Durable**. The Sociological Review, v.38, n.1, p.103-131, mai. 1990.

__. Give Me a Laboratory and I Will Raise the World. In: KNORR-CETINA, K. D.; MULKAY, M. (Eds.) **Science Observed: perspectives on the social study of science**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1983. p.141-169.

LAW, J. Actor-Network Theory and Material Semiotics. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 2007. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016

__. Traduction/trahison: notes on ANT. **Centre for Science Studies**. Lancaster : Lancaster University, 1999a. Disponível em : <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Traduction-Trahison.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.) **The Editorial Board of The Sociological Review**. New Jersey: Blackwell Publishers, 1999b.p. 1-14.

__. Topology and the Naming of Complexity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997a. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. Heterogeneities. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997b. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. The Manager and His Powers. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1997c. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Manager-and-his-Powers.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

__. Notes On the Theory of the Actor Network: ordering, strategy and heterogeneity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University, 1992. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2016.

LEE, N.; HASSARD, J. Organization Unbound: Actor-Network Theory, research strategy and institutional flexibility. **Organization**, v.6, n.3, p.391-404, 1999.

MANDELLI, B. SP Tem o 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos. **Revista Adusp**, jan. /2008. Disponível em: <<http://adusp.org.br/files/revistas/42/r42a11.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2017.

MARQUES, F. A Subversiva Toliche Policial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1997, Caderno B, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=197967> Acesso em: 05 dez. 2017.

MAYRINK, J. M. Tuma Sabia Onde Estava Corpo de Desaparecido. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 abr. 1992, 1º Caderno, p.9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=57332> Acesso em: 05 dez. 2017.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Justiça de Transição no Brasil. **Memórias da Ditadura**, s.d. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao-no-brasil/index.html>> Acesso em 20 dez. 2017.

MENA, S.; RINTAMÄKI, J.; FLEMING, P; SPICER, A. On the Forgetting of Corporate Irresponsibility. **Academy of Management Review**, v.41, n.4, p.720-738, 2016.

MENEZES, C. G. F.; NEVES, K. F. Rotas Para Um Novo Destino. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.29-38.

MILLS, A. J.; SUDDABY, R.; FOSTER, W.M.; DUREPOS, G. Re-Visiting the Historic Turn 10 Years Later: current debates in management and organizational history: an introduction. **Management & Organizational History**, v.11, n.2, p.67-76, 2016.

MILLS, A. J.; DUREPOS, G. **ANTI-History**. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G. A. T; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopedia of Case Study Research**, v.1, Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2010. p.26-29.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Ciclo de atividades resgata a memória dos 40 anos do Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. **Ministério dos Direitos Humanos**, 2008. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/importacao/noticias/ultimas_noticias/2008/12/MySQLNoticia.2008-12-11.2252> Acesso em: 07 dez. 2017.

MISOCZKY, M. C. A.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. A. Quem Tem Medo do Fazer Acadêmico Enquanto Práxis. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v.9, n.1, p.219- 225, jan./mar. 2005.

MONTENEGRO, L.M.; BULGACOV, S. Reflections on Actor-Network Theory, Governance Networks, and Strategic Outcomes. **BAR - Brazilian Administration Review**, v.11, n.1, art. 6, p.107-124, jan./mar. 2014.

MOORMAN, C.; MINER, A.S. Organizational Improvisation and Organizational Memory. **Academy of Management Review**, v.23, n.4, p.698-723, 1998.

MYRICK, K.; MILLS, J. H; MILLS, A. J. History-Making and the Academy of Management: an ANTi-History perspective. **Management & Organizational History**, v.8, n.4, p.345-370, 2013.

MURRO, E. V. B.; BEUREN, I. M. Redes de Atores na Perícia Contábil Judicial: uma análise à luz da Teoria Ator-Rede. **RBGN: Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.18, n.62, p.633-657, out./dez. 2016.

NERI, E. Grupo se Especializa em 'Caça' aos Torturadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul.1995, Caderno Brasil, p.11. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12850&keyword=torturador&anchor=495363&origem=busca&pd=6b9b4670e8e0f1e38e8631d33cfaafe5>> Acesso em: 05 dez. 2017.

NEVES D. R. [LEAL]. O Desafio da Preservação da Memória da Ditadura: o patrimônio histórico em questão. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

NEVES, M. S. Pierre Nora (1931-). In: PARADA, M. (Org.) **Os Historiadores: clássicos da história, Ricoeur a Chartier**, vol.3. Rio de Janeiro: Editoras Vozes e PUC-Rio, 2014.

NEVES, K. R. [FELIPINI]. **A Potencialidade dos Lugares da Memória sob uma Perspectiva Museológica Processual: um estudo de caso**. Lisboa, 2011. 182p. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2011.

NÚCLEO MEMÓRIA. Sobre o Núcleo. **Núcleo Memória**, 2017a. Disponível em <<https://www.nucleomemoria.org/copia-o-nucleo>> Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Estatuto Social do Núcleo de Preservação da Memória Política. **Núcleo Memória**, 2017b. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/f22bb0_5fed6c31a54c476eb10fc32f25664099.pdf> Acesso em: 06 dez. 2017.

NISSLEY, N.; CASEY, A. The Politics of the Exhibition: viewing corporate museums through the paradigmatic lens of organizational memory. **British Journal of Management**, v.13, p. S35-S45, 2002.

NORA, P. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations**, n.26, p.7-24, 1989.

OLICK, J. K. Collective Memory: the two cultures. **Sociological Theory**, v.17, n.3, p.333-348, 1999.

OLICK, J. K.; ROBBINS, J. Social Memory Studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. **Annual Review of Sociology**, v.24, p.105-140, 1998.

OLIVERA, F. Memory Systems in Organizations: An empirical investigation of mechanisms for knowledge collection, storage and access. **Journal of Management Studies**, v.37, n.6, p.811-832, 2000.

OLIVEIRA, T. Prédio do DOPS Abriga Academia de Música. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 1998. Folha Ilustrada, p.3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq01049805.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, n.1, p.319-351, jan./jun. 2009.

PECI, A.; ALCADIPANI, R. Demarcação Científica: uma reflexão crítica. **Organizações e Sociedade**, v.13, n.36, p.145-161, 2006.

PINTO, C. C.; DOMENICO, S. M. R. A Mudança de Uma Ontologia de Fluxo: contribuições da Teoria Ator-Rede. Anais do IV Colóquio

Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis/SC, mar. 2014.

PINTO, S. R. Direito à Memória e à Verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates**, v.4, n.1, p.128-143, jan./jun. 2010.

POLITI, M. Maurice Politi: entrevistas [06 de maio de 2017 e 02 de outubro de 2017]. Entrevistadoras: Alessandra de Sá Mello da Costa, Renata Guimarães Quelha de Sá & Talita de Oliveira Trindade. Memorial da Resistência de São Paulo, 2017. Entrevistas concedidas para o Grupo de Pesquisa Histórica da PUC-Rio e utilizadas para elaboração da presente dissertação de mestrado.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

__. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PROST, A. Os Tempos da História. In: __. **Doze Lições Sobre a História**. Coleção História e Historiografia. São Paulo: Editora Autêntica, 2010. p.95-114.

__. Como a História Faz o Historiador? **Revista Anos 90**, n.14, p.7-22, dez. 2000.

PUTNAM, L. L.; PHILLIPS, N.; CHAPMAN, P. Metáforas da Comunicação e da Organização. In: HARDY, C.; CLEGG, S. R.; NORD, W. R. (Eds.) **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

QUADROS, V. Xerife, Agora, Caça Apenas Votos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 set. 1994a, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=123712> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Tuma Guardava os Arquivos do Deops. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 set. 1994b, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=123724> Acesso em: 05 dez. 2017.

___ . Delegado do DPF é o “Capitão Ubirajara” da Tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1992, 1º Caderno, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=57225> Acesso em: 05 dez. 2017.

RESENDE, P. A. Visita ao Centro da Mentalidade Autoritária: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, jun. 2012.

RIGNEY, A. Divided Pasts: A premature memorial and the dynamics of collective remembrance. **Memory Studies**, v.1, n.1, p.89-97, 2008.

RODRIGUES, G. M. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, v.24, n.1, p.257-286, jan./jun. 2011.

ROEDIGER, H. L.; WERTSCH, J. V. Creating a New Discipline of Memory Studies. **Memory Studies**, v.1, n.1, p.9-22, 2008.

ROSSETTI, F. “Meus Pais Torturados, Nem Se Mexiam”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1992, Caderno Cotidiano, p.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11787&keyword=torturada&anchor=4776643&origem=busca&pd=cb3c233d00a4b6c43939a2451a9f1200>> Acesso em: 05 dez. 2017.

ROWLINSON, M.; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A.; PROCTER, S. Social Remembering and Organizational Memory. **Organization Studies**, v.31, n.1, p.69-87, 2010.

SACCOL, A. Z. Um Retorno Ao Básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração UFSM**, v.2, n.2, p.250-269, mai./ago. 2009.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. **A Leitura Crítica do Documento**. In: __. História & Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.

__. **O Trabalho Com o Documento**. In: __. História & Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 13.426, de 25 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a divulgação da relação de bens tombados entre 1968 e 2002, no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

__. Decreto n.º 46.507, de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002a, p.2.

__. Decreto n.º 46.508 de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial do Cárcere. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002b, p.2.

__. Decreto n.º 46.900 de 05 de julho de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial da Liberdade (antigo DOPS). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 06 jul. 2002c, p.2.

__. Lei n.º 10.726, de 8 de janeiro de 2001. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que

tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 10 jan. 2001, p.2. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10726-08.01.2001.html>> Acesso em: 10 dez. 2017.

___ **Infopatrimônio: São Paulo – Prédio do Antigo DOPS**, s.d. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=84#!/map=38329&loc=-23.53479597150884,-46.638835072517395,17>> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ **CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico**, s.d. Disponível em <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/edificio-do-antigo-dops-atual-estacao-pinacoteca/>> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ **Secretaria de Cultura: Resoluções do Condephaat**, s.d. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cit/index.php?p=1157> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ **Secretaria da Cultura. Histórico. Memorial da Resistência de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.sp.gov.br/memorial/default.aspx?mn=19&c=86&s=0>> Acesso em: 15 nov. 2017.

___ **Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999**. Dispõe sobre o tombamento do edifício do antigo DOPS. **Diário Oficial**, São Paulo, SP, 09 jul. 1999a, Seção I, p.24.

___ CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo SC 24.506/86 de 20 março de 1986**. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/27f4b_PROC.%20SC%20N%20>

24.506%20-%20Bairro%20de%20Campos%20Eliseos.pdf> Acesso em: 30 nov. 2017.

SAYAD, J. O Memorial da Resistência de São Paulo: uma conquista da luta pelos direitos humanos. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.15-16.

SAYES, E. Actor–Network Theory and Methodology: Just what does it mean to say that nonhumans have agency? **Social Studies of Science**, v.44, n.1, p.134-149, 2013.

SCHMIDT, B. B. Cicatriz Aberta ou Página Virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Revista Anos 90**, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

SERVA, M. A Contribuição do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência ao campo da Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.1, p.1-11, jan./mar. 2016.

STEIN, E. W. Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management. **International Journal of Information Management**, v.15, n.2, p.17-32, 1995.

STYCER, M. Famílias Fazem Apelo Sobre ‘Desaparecidos’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun.1994. Caderno Brasil, p.6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12441&keyword=desaparecidos&anchor=4861048&origem=busca&pd=fb6a381a75188ac4830565f602df5124>> Acesso em: 05 dez. 2017.

TONELLI, D. F. Origens e Afiliações Epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.2, p.377-390, abr./jun. 2016.

TONELLI, D. F.; BRITO, M. J.; ZAMBALDE, A. L. Empreendedorismo na Ótica da Teoria Ator-Rede: explorando alternativa às perspectivas subjetivista e objetivista. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, artigo 7, p.586-603, jul. 2011.

TURETA, C. **Práticas Organizativas em Escolas de Samba: o Setor de Harmonia na Produção do Desfile do Vai-Vai**. 325f. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O Objeto na Análise Organizacional: a Teoria Ator-Rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7, n.1, p.50-70, mar. 2009.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational Memory. **Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.57-91, 1991.

WHITTLE, A.; SPICER, A. Is Actor-Network Theory Critique? **Organization Studies**, v.29, n.4, p.611-629, 2008.

WISNIK, G. Dops É Mais Uma Peça da Revitalização do Centro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.E.2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0607200210.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

Anexo 1

Embora previamente disponibilizadas na seção anterior, esta seção se destina a destacar a lista das referências bibliográficas específicas que delimitam o objeto de estudo do presente trabalho.

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: As alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, v.24, n.1, p.119-138, jan./jun. 2011.

ABRÃO, P.; CARLET, F.; FRANTZ, D.; FERREIRA, K. M. M.; OLIVEIRA, V. D. F; GRAMA, T. T. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.60-87.

ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.26-59.

ALMEIDA, P. C. **Lugar de Memória da Resistência: verdade e negociação no processo de tombamento do prédio do DEOPS/SP**. In: THIESEN, I. (Org.) Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p.269-288.

ANGIOLILLO, F. Projeto Foca Período Anterior à Repressão”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.1.

ANTONINI, A. V. **Marcas da Memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo**. São Paulo, 2012. 70p. Monografia (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coords). A Ocupação dos Espaços e A Articulação Entre As Linguagens Expositivas: a construção dos sentidos e significados inerentes aos enfoques temáticos. In: __. **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.69-140.

ARAUJO, M. M.; NEVES, K. R. F.; MENEZES, C. G. F. O Memorial da Resistência de São Paulo e os desafios comunicacionais. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, n.3, jan./jun. 2010, p.230-243.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília – DF: Governo Federal, v.1, 2014.

__. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília – DF: Governo Federal, 2009. 400p.

__. Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995 [Lei dos Mortos e dos Desaparecidos Políticos]. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 dez. 1995, p.19985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-norma-pl.html>> Acesso em: 10 dez. 2017.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M.L.T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p.39-49.

CARNEIRO, M. L. T. A Caixa de Pandora: o potencial de comunicação museológica do arquivo DEOPS/SP. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.181-198.

CARVALHO, M. C. Empreiteira Monopoliza Obras da Cultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jul. 1999. Caderno Brasil, p.12. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc04079925.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

CORRÊA, L. R. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.33, 2008.

COIMBRA, M. N. O Dever de Não Esquecer Como Dever de Preservar o Legado Histórico. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.88-103.

CYPRIANO, F. Expressões da LIBERDADE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.E.1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0307200206.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. **Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos**, s.d. Disponível em:

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/quem_somos_comissao.php?m=2> Acesso em: 23 jan. 2018.

ESTADÃO. Governo de SP Indenizará Ex-Presos Políticos. **Jornal Estadão**, São Paulo, 07 jan. 2002. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-indenizara-ex-presos-politicos,20020107p51767>> Acesso em: 10 dez. 2017.

FECHER, V. **A história é de todos nós: narrativas sobre a formação do Memorial da Resistência**. Brasília, 2015. 211p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília. 2015.

FERRAZOLI, M. Congresso Reúne Perseguidos Políticos e Vai Avaliar Censura. **Jornal JCNET – Jornal da cidade Bauru e região**, 2007. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=119701&ano=2007> Acesso em: 07 dez. 2017.

FILHO, M. S. Tuma Conhecia Destino de Desaparecidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 1992, Caderno Brasil, p.11. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11731&keyword=Tuma&anchor=4787627&origem=busca&pd=28024a57ea837e0a5721d61ed0736b1f>> Acesso em: 05 dez. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Novo Centro: Júlio Prestes “estreia” 9 de Julho: Atração é a sala de concertos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1999, p.3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20069902.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

__. Entidades temem falta de apoio ao programa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mai.1996, Caderno Brasil, p.7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13154&keyword=entidades>>

&anchor=4741947&origem=busca&pd=eaa3dd4d694eb61f718dfc5b31ef83f8> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Famílias têm acesso prioritário a arquivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 1992a. Caderno Brasil, p.13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11578&keyword=arquivo&anchor=4769654&origem=busca&pd=9d76467e7e3e4a369797439753b30501>> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Familiares Recebem Fichas de Desaparecidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1992b, Caderno Brasil, p.7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11637&keyword=desaparecida&anchor=4771908&origem=busca&pd=049ff4e8104a1c091de99526a052c4ff>> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Unicamp Retira do IML Registros Sobre Ossadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 1990a, Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11107&keyword=Unicamp&anchor=4062795&origem=busca&pd=94ce77ab27acd737701fa3cc5d9803f7>> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Unicamp Reinicia Levantamento de Ossadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 1990b. Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11115&keyword=ossada&anchor=4069666&origem=busca&pd=aedd914f1cfe1c4564cc9511f76969bf>> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Prefeitura Investiga Ossos em Vila Formosa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 1990c, Caderno Política, p.A-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11147&keyword=ossos&anchor=4074263&origem=busca&pd=2a6f98c58923c3250d49e26aa43b59d3>> Acesso em: 05 dez. 2017.

FOLHA CAMPINAS. Estado retoma investigação de ossadas. **Folha Campinas**, São Paulo, 14 set. 2000. Caderno Cotidiano, p.1. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14738&keyword=ossadas&anchor=596042&origem=busca&pd=52a3df614ecdb9aba8aa3521e89f042f>> Acesso em: 05 dez. 2017.

FÓRUM (FÓRUM PERMANENTE DE EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO). O Que É O Fórum?. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<<https://forumexpresospoliticosp.wordpress.com/o-que-e-o-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017a.

__. Qualificação dos Eleitos para a 1ª Diretoria Colegiada, Diretores Executivos e Conselho Fiscal do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/composic3a7c3a3o_1c2aadiretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017b.

__. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária de 23 de outubro de 2001. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/documentos_fundac3a7c3a3o_forum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017c.

__. Manifesto. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em:

<https://forumexpresospoliticosp.files.wordpress.com/2013/08/manifesto_do_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017d.

___ . Agenda do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<https://forumexpresospoliticosspp.wordpress.com/agenda-do-forum/>> Acesso em: 07 jul. 2017e.

___ . Reformulação do Estatuto do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosspp.files.wordpress.com/2013/08/reformuacao_3a7c3a3o_estatuto_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017f.

___ . Nova Diretoria do Fórum. **Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, s.d. Disponível em: <https://forumexpresospoliticosspp.files.wordpress.com/2013/08/nova_diretoria_fc3b3rum.pdf> Acesso em: 07 jul. 2017g.

FRANÇA, W.; FALCÃO, D. Reale Jr. defende indenizar torturados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 ago.1996, Caderno Brasil, p.12. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13236&keyword=torturados&anchor=478969&origem=busca&pd=1dc069480d6de5b773e39ac163aeb999>> Acesso em: 05 dez. 2017.

GALHARDO, R. Unicamp Libera Ossadas de Perus Amanhã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mai.1998, Caderno Campinas, p.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13889&keyword=ossadas&anchor=608699&origem=busca&pd=092c8ad300f312243fbe9e684004b61b>> Acesso em: 05 dez. 2017.

GENRO, T.; ABRÃO, P. Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia Sem Fim. In: SANTOS, B. S; ABRÃO, P.; SANTOS, C. M.; TORELLY, M. D. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.16-24.

GUMIERI, J.C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, jun. 2012, p.1-11.

JORNAL DO BRASIL. Arquivo Secreto do Deops será aberto ao público. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 23 ago.1994, p.9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=122851> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Tuma Entregará Dossiês do Deops Sobre Presidentes. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 12 nov.1991. 1º Caderno, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%20199&pesq=dossi%C3%AAs%20do%20deops> Acesso em: 05 dez. 2017

MANDELLI, B. SP Tem o 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos. **Revista Adusp**, jan. /2008. Disponível em: <<http://adusp.org.br/files/revistas/42/r42a11.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2017.

MARQUES, F. A Subversiva Tolice Policial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1997, Caderno B, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=197967> Acesso em: 05 dez. 2017.

MAYRINK, J. M. Tuma Sabia Onde Estava Corpo de Desaparecido. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 abr. 1992, 1º Caderno, p.9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=57332> Acesso em: 05 dez. 2017.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Justiça de Transição no Brasil. **Memórias da Ditadura**, s.d. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/justica-de-transicao-no-brasil/index.html>> Acesso em 20 dez. 2017.

MENEZES, C. G. F.; NEVES, K. F. Rotas Para Um Novo Destino. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.29-38.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Ciclo de atividades resgata a memória dos 40 anos do Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. **Ministério dos Direitos Humanos**, 2008. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/importacao/noticias/ultimas_noticias/2008/12/MySQLNoticia.2008-12-11.2252> Acesso em: 07 dez. 2017.

NERI, E. Grupo se Especializa em 'Caça' aos Torturadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul.1995, Caderno Brasil, p.11. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12850&keyword=torturador&anchor=495363&origem=busca&pd=6b9b4670e8e0f1e38e8631d33cfaafe5>> Acesso em: 05 dez. 2017.

NEVES D. R. [LEAL]. O Desafio da Preservação da Memória da Ditadura: o patrimônio histórico em questão. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

NEVES, K. R. [FELIPINI]. **A Potencialidade dos Lugares da Memória sob uma Perspectiva Museológica Processual: um estudo de caso**. Lisboa, 2011. 182p. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2011.

NÚCLEO MEMÓRIA. Sobre o Núcleo. **Núcleo Memória**, 2017a. Disponível em <<https://www.nucleomemoria.org/copia-o-nucleo>> Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Estatuto Social do Núcleo de Preservação da Memória Política. **Núcleo Memória**, 2017b. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/f22bb0_5fed6c31a54c476eb10fc32f25664099.pdf> Acesso em: 06 dez. 2017.

OLIVEIRA, T. Prédio do DOPS Abriga Academia de Música. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 1998. Folha Ilustrada, p.3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq01049805.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, n.1, p.319-351, jan./jun. 2009.

PINTO, C. C.; DOMENICO, S. M. R. A Mudança de Uma Ontologia de Fluxo: contribuições da Teoria Ator-Rede. Anais do IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis/SC, mar. 2014.

PINTO, S. R. Direito à Memória e à Verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates**, v.4, n.1, p.128-143, jan./jun. 2010.

POLITI, M. Maurice Politi: entrevistas [06 de maio de 2017 e 02 de outubro de 2017]. Entrevistadoras: Alessandra de Sá Mello da Costa, Renata Guimarães Quelha de Sá & Talita de Oliveira Trindade. Memorial da Resistência de São Paulo, 2017. Entrevistas concedidas para o Grupo de Pesquisa Histórica da PUC-Rio e utilizadas para elaboração da presente dissertação de mestrado.

QUADROS, V. Xerife, Agora, Caça Apenas Votos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 set. 1994a, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=123712> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Tuma Guardava os Arquivos do Deops. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 set. 1994b, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=123724> Acesso em: 05 dez. 2017.

__. Delegado do DPF é o “Capitão Ubirajara” da Tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1992, 1º Caderno, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=57225> Acesso em: 05 dez. 2017.

RESENDE, P. A. Visita ao Centro da Mentalidade Autoritária: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, jun. 2012.

RODRIGUES, G. M. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, v.24, n.1, p.257-286, jan./jun. 2011.

ROSSETTI, F. “Meus Pais Torturados, Nem Se Mexiam”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1992, Caderno Cotidiano, p.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11787&keyword=torturada&anchor=4776643&origem=busca&pd=cb3c233d00a4b6c43939a2451a9f1200>> Acesso em: 05 dez. 2017.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 13.426, de 25 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a divulgação da relação de bens tombados entre 1968 e 2002, no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

__. Decreto nº 46.507, de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002a, p.2.

__. Decreto nº 46.508 de 21 de janeiro de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial do Cárcere. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 jan. 2002b, p.2.

___ . Decreto nº 46.900 de 05 de julho de 2002. Cria, na Secretaria da Cultura, o Memorial da Liberdade (antigo DOPS). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 06 jul. 2002c, p.2.

___ . Lei nº 10.726, de 8 de janeiro de 2001. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 10 jan. 2001, p.2. Disponível em:
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10726-08.01.2001.html>> Acesso em: 10 dez. 2017.

___ . **Infopatrimônio: São Paulo – Prédio do Antigo DOPS**, s.d. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=84#!/map=38329&loc=-23.53479597150884,-46.638835072517395,17>> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ . **CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico**, s.d. Disponível em <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/edificio-do-antigo-dops-atual-estacao-pinacoteca/>> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ . **Secretaria de Cultura: Resoluções do Condephaat**, s.d. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cit/index.php?p=1157> Acesso em: 27 nov. 2017.

___ . **Secretaria da Cultura. Histórico. Memorial da Resistência de São Paulo**, s.d. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.sp.gov.br/memorial/default.aspx?mn=19&c=86&s=0>> Acesso em: 15 nov. 2017.

___ . **Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999.** Dispõe sobre o tombamento do edifício do antigo DOPS. Diário Oficial, São Paulo, SP, 09 jul. 1999a, Seção I, p.24.

___ . CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo SC 24.506/86 de 20 março de 1986.** Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/27f4b_PROC.%20SC%20N%2024.506%20-%20Bairro%20de%20Campos%20Eliseos.pdf> Acesso em: 30 nov. 2017.

SAYAD, J. O Memorial da Resistência de São Paulo: uma conquista da luta pelos direitos humanos. In: ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). **Memorial da Resistência de São Paulo.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p.15-16.

SCHMIDT, B. B. Cicatriz Aberta ou Página Virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Revista Anos 90**, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

STYCER, M. Famílias Fazem Apelo Sobre ‘Desaparecidos’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun.1994. Caderno Brasil, p.6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12441&keyword=desaparecidos&anchor=4861048&origem=busca&pd=fb6a381a75188ac4830565f602df5124>> Acesso em: 05 dez. 2017.

WISNIK, G. Dops É Mais Uma Peça da Revitalização do Centro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2002. Folha Ilustrada, p.E.2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0607200210.htm>> Acesso em: 06 dez. 2017.